



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – MESTRADO

**A (RE) PRODUÇÃO DO ESPAÇO NA CIDADE DE CAMPINA GRANDE-PB:
ANÁLISE DO CONJUNTO HABITACIONAL ACÁCIO FIGUEIREDO**

TIAGO MARQUES SAMPAIO

JOÃO PESSOA-PB
AGOSTO DE 2019

TIAGO MARQUES SAMPAIO

**A (RE) PRODUÇÃO DO ESPAÇO NA CIDADE DE CAMPINA GRANDE-PB:
ANÁLISE DO CONJUNTO HABITACIONAL ACÁCIO FIGUEIREDO**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba (PPGG/UFPB), como parte dos requisitos para a obtenção do grau de mestre.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Faleiros de Pádua

**JOÃO PESSOA-PB
AGOSTO DE 2019**

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S192r Sampaio, Tiago Marques.

A (re)produção do espaço na cidade de Campina Grande-PB: análise do conjunto habitacional Acácio Figueiredo / Tiago Marques Sampaio. - João Pessoa, 2019.

158 f.

Orientação: Rafael Faleiros de Pádua.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCEN.

1. Habitação. 2. Política Habitacional. 3. Programa Minha Casa Minha Vida. 4. Campina Grande. I. Pádua, Rafael Faleiros de. II. Título.

UFPB/BC

**“A (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO NA CIDADE DE CAMPINA GRANDE-PB:
ANÁLISE DO CONJUNTO HABITACIONAL ACÁCIO FIGUEIREDO”**

por

Tiago Marques Sampaio

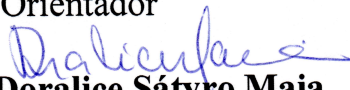
Dissertação apresentada ao Corpo Docente do Programa de
Pós-Graduação em Geografia do CCEN-UFPB, como requisito parcial para
obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Território, Trabalho e Ambiente

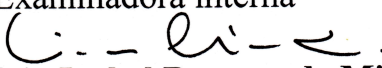
Aprovada por:


Prof. Dr. **Rafael Faleiros de Padua**

Orientador


Profª. Drª. **Doralice Sátyro Maia**

Examinadora interna


Profª. Drª. **Livia Izabel Bezerra de Miranda**

Examinadora externa

**Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Exatas e da Natureza
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Curso de Mestrado e Doutorado em Geografia**

Agosto/2019

AGRADECIMENTOS

Agradeço Deus por ter me ajudado a chegar até aqui e a superar as dificuldades que, em muitos momentos, pareciam que não iriam findar.

A minha família, em especial à minha mãe, Sandra, minha irmã, Mariane e minha avó, Marinete por terem me dado o suporte, emocional e material, para a realização de mais essa etapa da minha vida a qual, sem elas, não teria sido possível.

Ao meu orientador, professor Rafael Faleiros de Pádua, por toda dedicação e contribuição ao longo desses dois anos de curso. Agradeço por ter acreditado nesta pesquisa e ajudado a torná-la realidade.

Aos professores do PPGG/UFPB, em especial os tive a oportunidade de conhecer e que contribuíram, direta ou indiretamente, não apenas na realização desta dissertação, mas também na minha formação enquanto professor e pesquisador.

As professoras Doralice Sátyro Maia e Livia Izabel Bezerra de Miranda, por terem aceitado o convite para participar da banca examinadora e contribuírem para o desenvolvimento dessa pesquisa. Agradeço pelas correções às quais enriqueceram este trabalho desde a etapa da qualificação.

A Capes, pela concessão da bolsa de mestrado.

E, por fim, agradeço aos moradores do conjunto Acácio Figueiredo que aceitaram participar desta pesquisa.

A todos, muito obrigado!

RESUMO

Esta pesquisa busca analisar o processo de (re)produção do espaço da cidade de Campina Grande através do estudo do conjunto habitacional Acácio Figueiredo que consiste em um empreendimento do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) destinado às classes populares, localizado na região periférica da referida cidade. Sua construção reproduz os mesmos problemas encontrados nos conjuntos habitacionais das políticas nacionais de habitação anteriores: construído em meio a uma região de vazios urbanos, longe dos locais nos quais a vida se realiza, utilizando o mesmo padrão arquitetônico em exaustão e sem incluir espaços destinados para outros usos além da moradia. No entanto, os espaços residenciais, ao tornarem-se habitados, ganharam novas formas e passaram a desempenhar novas funções, destacando-se, nesse sentido, os espaços residenciais que foram adaptados para uso comercial. Diante disso, buscamos compreender os fatores que contribuíram para a produção de moradias nas áreas periféricas das cidades no contexto recente; identificar as principais formas de uso e apropriação do espaço no conjunto habitacional Acácio Figueiredo enfocando, em especial, na construção de estabelecimentos comerciais, locais de prestação de serviços e espaços de uso coletivo; e analisar a acessibilidade dos moradores do referido conjunto em relação aos locais de comércio. A análise da (re)produção espacial no Acácio Figueiredo, que se dá mediante o uso e apropriação do espaço pelos moradores, aponta que embora já tenham se passado quase quatro anos da entrega das casas alguns tipos de estabelecimentos comerciais necessários para a vida cotidiana permanecem inexistentes nas proximidades do empreendimento, como farmácias e agências de serviços bancários, o que também ocorre com os espaços públicos de lazer. Constata-se, ademais, a presença de estabelecimentos comerciais de outros bairros nos hábitos de consumo dos moradores entrevistados mesmo em relação a produtos que são comercializados no Acácio Figueiredo, o que é reflexo da procura por preços mais acessíveis e por uma maior variedade de mercadorias. A pesquisa ressalta, portanto, as dificuldades que os moradores do conjunto habitacional em análise enfrentam devido à localização e o desenho urbano do empreendimento, o qual foi concebido com um forte caráter monofuncional, e a ausência da gestão municipal diante dessas questões.

Palavras-chave: Habitação; Política Habitacional; Programa Minha Casa Minha Vida; Campina Grande.

ABSTRACT

This research seeks to analyze the process of (re)production of Campina Grande's city space through the study of the Acácio Figueiredo housing development from Minha Casa Minha Vida Program (PMCMV) intended for the popular classes, located in the city peripheral area. Its construction reproduces the same problems that are seen in other housing developments from previous national housing policies: built in the midst of a region with "urban voids", far from where life actually takes place, using the same exhaustive pattern of architectural design and not including spaces intended for uses other than habitation. In this sense, the residential spaces, as they become inhabited, gained new forms and began to perform new functions, such as the residential spaces that have been adapted for commercial use. Given this, we seek to understand the factors that contributed to the production of housing in the peripheral areas of cities in recent context; identify the main forms of use and appropriation of space in the Acácio Figueiredo housing development, focusing especially in the construction of commercial establishments, places that provide services and spaces for collective use; and analyze the accessibility of the residents to the commercial areas. The analysis of spatial (re)production in Acácio Figueiredo, which takes place through the use and appropriation of space by residents, points out that although almost four years have passed since the delivery of houses, some types of commercial establishments necessary for daily life remain nonexistent in the vicinity of the venture, such as pharmacies and banking agencies, as do public leisure spaces. In addition, the presence of commercial establishments in other neighborhoods in the consumption habits of residents interviewed, even in relation to products sold in Acácio Figueiredo, reflects the demand for more affordable prices and a greater variety of goods. The search highlights, therefore, the difficulties that the residents of the housing have due to the location and urban design of the venture, designed with strong monofunctional character, and the absence of municipal management facing of these questions.

Keywords: Habitation; Housing policy; Minha Casa Minha Vida Program; Campina Grande.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Antiga vila operária da Indústria Têxtil de Bodocongó	19
Figura 2: Rua 7 de Setembro (1937)	22
Figura 3: Fardos de algodão na Rua Marquês do Herval (década de 1920).....	23
Figura 4: Rua Marquês do Herval (1942).....	24
Figura 5: Largo da Matriz (década de 1920), hoje trecho da Avenida Floriano Peixoto	25
Figura 6a e 6b: Rua do Progresso e Largo do Rosário (década de 1930).....	25
Figuras 7a e 7b: Imagens do anúncio do imóvel	51
Figura 8a e 8b: Condomínio Major Veneziano e Portal Sudoeste	57
Figura 9a e 9b: Conjuntos Hab. Acácio Figueiredo e Raimundo Suassuna	58
Figura 10: Construções precárias localizadas no bairro Três Irmãs	59
Figura 11: Construções precárias localizadas no bairro Três Irmãs	60
Figura 12: Imagem de divulgação do Portal Sudoeste	61
Figuras 13a, 13b e 13c: Exemplos da construção de muros e estabelecimentos comerciais. ..	62
Figura 14: Complexo Habitacional Aluísio Campos	88
Figura 15: Residencial Vila Nova da Rainha II.....	88
Figura 16: Residencial Major Veneziano	89
Figura 17: Acácio Figueiredo	89
Figuras 18a e 18b: Cerimônia de entrega das casas	91
Figuras 19a e 19b: Sorteio das famílias contempladas.....	92
Figura 20: Distribuição dos lotes nos conjuntos Acácio Figueiredo e Raimundo Suassuna....	93
Figura 21: Tipologia das unidades habitacionais tipo 1 (padrão).....	94
Figuras 22a e 22b: Tipologias destinadas aos beneficiários idosos e PNE	94
Figura 23: Distribuição espacial das casas destinadas aos idosos e PNE.....	95
Figura 24a e 24b: UBS Enf ^a . Anailda C. Marinho e UBS Aluísio S. de Farias	99
Figura 25a e 25b: Escola Estadual e Escola Municipal	99
Figura 26: Feira Sudoeste (2017)	101
Figura 27: Local onde acontece a Feira Sudoeste atualmente	101
Figura 28: Terreno localizado por trás da escola municipal.....	102
Figura 29a e 29b: Barracas nas proximidades do condomínio Major Veneziano	103
Figura 30: Igreja Cristã Monte Sagrado	103
Figura 31: Casa de Oração.....	103
Figura 32: Igreja Assembleia de Deus.....	104
Figura 33: Igreja Pentecostal	104
Figura 34: Igreja Assembleia de Deus.....	104
Figura 35: Centro Educacional Carrossel.....	105
Figura 36: Escola Trem da Alegria.....	105
Figura 37: Terreno localizado ao leste do conjunto Acácio Figueiredo	109
Figura 38: Exemplo de mini box/ mercadinho encontrado no Acácio Figueiredo.....	110
Figura 39: Barbearia encontrada no empreendimento.....	110
Figura 40: Borracharia e salão de beleza encontrados no empreendimento.....	111
Figura 41: Conjunto habitacional localizado ao norte do Acácio Figueiredo	113

Figura 42a, 42b e 42c: Estabelecimento visitado durante a pesquisa.....	116
Figura 43: Exemplo de padaria encontrada no empreendimento	125
Figura 44: Canal do conjunto Raimundo Suassuna.....	130
Figura 45a e 45b: Rio que passa por dentro do conjunto Raimundo Suassuna.....	131
Figura 46: Praça do conjunto habitacional Raimundo Suassuna.....	131

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Unidades contratadas pelo PMCMV até 31/12/2016	71
Tabela 2: Unidades entregues pelo PMCMV até 31/12/2016	71
Tabela 3: Fontes e emprego dos recursos do PMCMV (fase 1).....	75
Tabela 4: Quantidades de unidades habitacionais contratadas (em milhões de reais) por ano (2009-mar.2018) na modalidade FAR-Empresas, faixa 1 do PMCMV	77
Tabela 5: Empreendimentos do PMCMV construídos em Campina Grande.....	81
Tabela 6: Distribuição das unidades habitacionais por lote	93
Tabela 7: Perfil dos chefes de família	119

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Localização do conjunto Acácio Figueiredo	13
Mapas 2a e 2b: Condição da infraestrutura: setores censitários – 2000/2010.....	55
Mapa 3: Empreendimentos construídos no bairro Três Irmãs recentemente	57
Mapa 4: Empreendimentos do PMCMV em Campina Grande	82
Mapa 5: Empreendimentos do PMCMV em Campina Grande por faixa.....	83
Mapa 6: Vazios urbanos no entorno do conjunto habitacional Major Veneziano.....	84
Mapa 7: Vazios urbanos no entorno do conjunto Acácio Figueiredo	85
Mapa 8: Equipamentos públicos no conjunto habitacional Acácio Figueiredo	100
Mapa 9: Estabelecimentos comerciais e espaços privados de uso coletivo	108

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Déficit habitacional no Brasil (milhões de moradias)	72
Gráfico 2: Evolução dos gastos com infraestrutura (R\$ bilhões, preços de ago/17)	75
Gráfico 3: Acesso aos locais de comércio após a mudança	122
Gráfico 4: Supermercado (alimentação): local de compra	123
Gráfico 5: Frutas e verduras: local de compra	124
Gráfico 6: Restaurante, pizzeria, lanchonete, sorveteria, etc.: local de compra	126
Gráfico 7: Vestuário e Complementos: local de compra	126
Gráfico 8: Medicamentos: local de compra	128
Gráfico 9: Serviços financeiros (pagamentos, saques, depósitos, etc.)	129

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Ações realizadas no município de Campina Grande entre os anos de 1997 e 2000 no âmbito da questão habitacional	67
Quadro 2: Comparação entre as fases do PMCMV	70
Quadro 3: Estabelecimentos comerciais encontrados no conjunto Acácio Figueiredo	107

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO I	
O ESPAÇO URBANO DA CIDADE DE CAMPINA GRANDE-PB ENQUANTO UM PRODUTO DO TRABALHO.....	16
1.1 O processo de urbanização da cidade de Campina Grande	17
1.2 Os agentes sociais da produção do espaço.....	32
1.2.1 Os proprietários fundiários	34
1.2.2 Os proprietários dos meios de produção e os grupos sociais excluídos ...	35
1.2.3 O Estado	38
1.3 O mercado imobiliário e o capital imobiliário e financeiro no processo de financeirização das políticas habitacionais	41
CAPÍTULO II	
AS ESTRATÉGIAS CAPITALISTAS E AS POLÍTICAS NACIONAIS DE HABITAÇÃO: IMPLICAÇÕES DO PMCMV	47
2.1 A produção do espaço nas áreas periféricas da cidade: valorização fragmentada e ausência do urbano.....	48
2.2 As políticas nacionais de habitação: breve resgate histórico	63
2.3 O PMCMV em Campina Grande: principais efeitos	81
2.3.1 O Conjunto Habitacional Acácio Figueiredo	91
CAPÍTULO III	
ANÁLISE DO CONJUNTO HABITACIONAL ACÁCIO FIGUEIREDO: APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO, TRABALHO E DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL.....	96
3.1 Mapeamento das formas de uso e ocupação do espaço no conjunto habitacional Acácio Figueiredo	98
3.1.1 Equipamentos públicos	98
3.1.2 Espaços privados de uso coletivo.....	103
3.1.3 Estabelecimentos comerciais	107
3.2 Análise da acessibilidade dos moradores em relação aos locais de comércio	117
3.2.1 Perfil das famílias entrevistadas.....	118
3.2.2 Avaliação do conjunto Acácio Figueiredo pelos moradores.....	120
3.2.3 Hábitos de consumo dos moradores.....	121
3.3. As barreiras físicas no conjunto habitacional	129
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	133
5. REFERÊNCIAS	136
ANEXOS	144

INTRODUÇÃO

Após um período no qual a intervenção do poder público nas questões sociais foi reduzida progressivamente o Estado ganha no Brasil um maior protagonismo enquanto um agente da produção do espaço durante a primeira década do século XXI promovendo políticas públicas que atingem diretamente o crescimento das cidades. Destacam-se, nesse sentido, as obras relacionadas ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e ao Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), ambos concebidos e implementados durante a administração do Partido dos Trabalhadores (PT) no governo federal.

No caso específico do PMCMV, sua criação favoreceu, por um lado, um aumento gradativo dos gastos com habitação em relação aos anos anteriores. Por outro, no entanto, prevaleceu os interesses do setor imobiliário, gerando efeitos colaterais que se materializaram concretamente na vida dos beneficiados pelo programa. Tornou-se comum no âmbito do referido programa a construção de grandes empreendimentos em regiões afastadas do centro da cidade, em locais onde os serviços são oferecidos de forma mais precária. Soma-se a isso a utilização do mesmo padrão arquitetônico em exaustão pelo PMCMV em todo país. A construção desses empreendimentos acabou gerando a monofuncionalidade do solo ao não incluir espaços destinados para outras atividades além de moradia. Isso acontece pois tanto a decisão sobre a localização dos empreendimentos como o desenho do projeto dos conjuntos habitacionais foram atribuídos aos agentes privados. A rentabilidade desses empreendedores, por sua vez, segundo Rolnik (2015, p. 310), “é obtida através da padronização, da escala (número de unidades reproduzidas), da rapidez de aprovação e construção e do menor custo possível com a compra do terreno” o que gerou “a construção de megaempreendimentos padronizados inseridos nas piores localizações das cidades, isto é, onde o solo urbano é mais barato”.

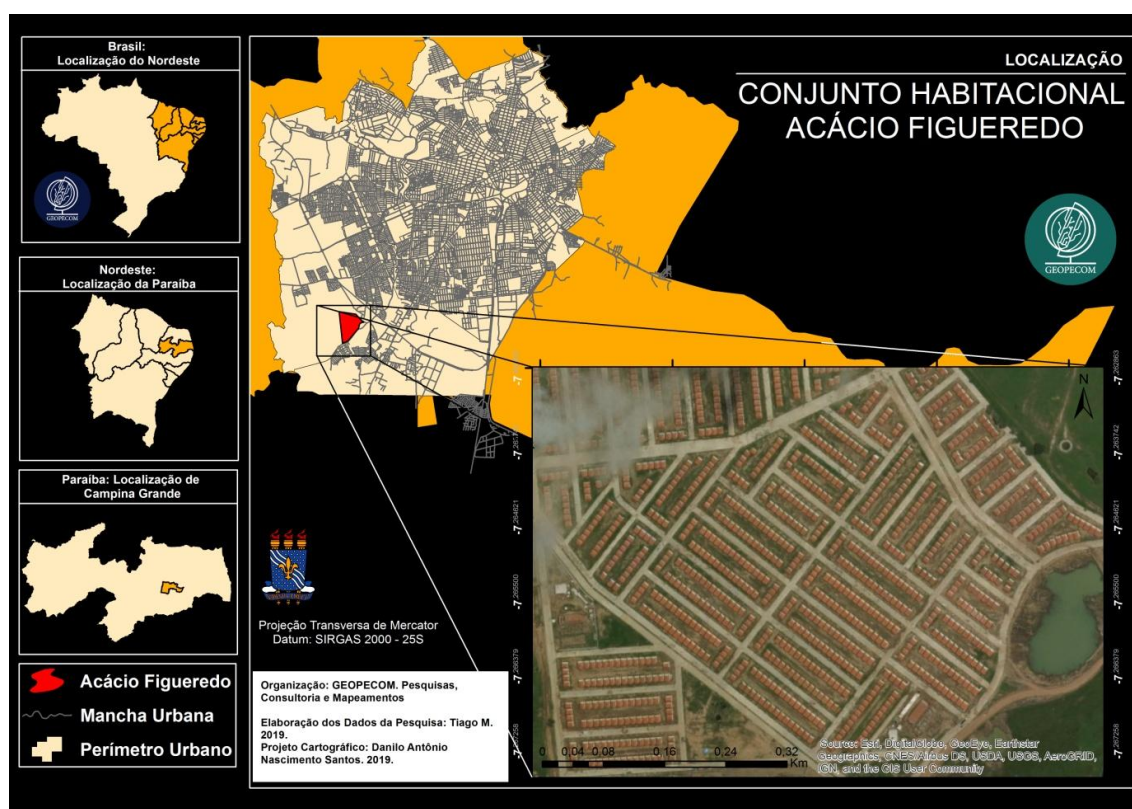
Nesse sentido, esta pesquisa se insere no esforço coletivo de pensar os desdobramentos dos empreendimentos do PMCMV na produção espacial campinense. Tem se destacado nesse processo as pesquisas que adotam o conjunto Major Veneziano como objeto de estudo devido os problemas enfrentados pelos moradores em decorrência do padrão arquitetônico e da localização do empreendimento, localização essa que tem gerado a segregação das famílias contempladas.

Isto posto, tomamos como objeto de estudo o conjunto Acácio Figueiredo, localizado próximo ao outro conjunto acima citado, dada a ausência de pesquisas até o momento sobre a

vida concreta de seus moradores. O Acácio Figueiredo se diferencia do conjunto Major Veneziano em dois aspectos: não adota o modelo de prédios como também não foi construído na forma de condomínio fechado. Ambos pertencem a faixa 1 do PMCMV, que é aquela destinada para famílias com renda mensal de até R\$ 1.800,00.

Inaugurados em 13 de setembro de 2015 os conjuntos Acácio Figueiredo e Raimundo Suassuna totalizam 1.948 casas distribuídas em cinco lotes¹ os quais foram construídos de maneira contígua. Sua construção ocorreu no bairro Três Irmãs, região periférica da cidade, em meio a uma área de expansão do tecido urbano, como mostra o mapa 1.

Mapa 1: Localização do conjunto Acácio Figueiredo



Org: Elaborado por Geopocom Pesquisas, Consultoria e Mapeamentos para esta pesquisa. Julho de 2019.

A partir do seu cotidiano os moradores, em meio às privações do espaço urbano periférico, vêm se apropriando de diversas formas dos espaços residenciais, os quais passaram a exercer novas funções e ganharam novas formas, o que se contrapõe, em parte, ao espaço padronizado produzido através da articulação entre o Estado e o mercado imobiliário.

¹ Número que, somado com a quantidade de apartamentos dos conjuntos Major Veneziano (1.984) totaliza 3.932 habitações construídas no mesmo bairro (Três Irmãs) e destinadas aos beneficiários da faixa 1 do PMCMV.

Diante disso, estabelecemos os seguintes objetivos específicos: compreender os fatores que contribuíram para a produção de moradias nas áreas periféricas das cidades no contexto recente; identificar as principais formas de uso e apropriação do espaço no conjunto habitacional Acácio Figueiredo enfocando, em especial, na construção de estabelecimentos comerciais, locais de prestação de serviços e espaços de uso coletivo; e analisar a acessibilidade dos moradores do conjunto Acácio Figueiredo em relação aos locais de comércio.

Para alcançarmos estes objetivos adotamos os seguintes procedimentos metodológicos: realização de pesquisa bibliográfica; visita a CEHAP (Companhia Estadual Habitação Popular), responsável pela entrega das casas; trabalho de campo para identificação das formas de uso e apropriação do espaço no conjunto habitacional em análise; e aplicação de questionários com moradores do conjunto Acácio Figueiredo.

Para sistematização dos resultados estruturamos este trabalho em três capítulos. No primeiro capítulo, intitulado *O espaço urbano da cidade de Campina Grande-PB enquanto um produto do trabalho*, é realizado um resgate histórico do processo de produção espacial na referida cidade, buscando mostrar, entre outras questões, como a questão habitacional foi tratada ao longo do tempo. No segundo capítulo, intitulado *As estratégias capitalistas e as políticas nacionais de habitação: implicações do PMCMV*, enfocamos na questão habitacional, abordando de maneira especial como essa problemática foi tratada no contexto recente pelas políticas públicas e a repercussão destas na produção espacial campinense. Por fim, o terceiro capítulo intitulado *Análise do conjunto habitacional Acácio Figueiredo: apropriação do espaço, trabalho e desigualdade socioespacial*, trás a discussão dos dados obtidos nas pesquisas de campo, análise essa realizada à luz da noção do *direito à cidade* enquanto um horizonte utópico e uma orientação para a ação política e prática.

Acreditamos que essa pesquisa se justifica, inicialmente, pela ausência de trabalhos sobre o conjunto Acácio Figueiredo. Com os objetivos elencados buscamos compreender como os moradores estão conseguindo realizar a sua vida em meio às dificuldades decorrentes da produção massificada de moradias na região periférica da cidade. Com esta pesquisa podemos analisar o PMCMV na escala do lugar, do empreendimento, verificando a disponibilidade de equipamentos públicos para os moradores contemplados e, de modo especial, a acessibilidade dos mesmos em relação aos locais de comércio e serviços, o que inclui os espaços das moradias que foram adaptadas para uso comercial. Com isso, esperamos

que essa pesquisa possa favorecer o surgimento de novas reflexões acerca da produção padronizada de moradias e sobre a construção de empreendimentos em áreas distantes dos locais de trabalho e de realização das necessidades cotidianas. Ambos os fatores constituem em marcas do programa e sua análise pode favorecer no processo de aperfeiçoamento das políticas habitacionais.

Ademais, considerando as medidas adotadas na esfera econômica em escala nacional recentemente, marcadas pelo viés de austeridade fiscal e que tem gerado, por sua vez, o desmonte das políticas públicas, esta pesquisa se insere na defesa dessas políticas, buscando mostrar a importância das políticas nacionais de habitação como um instrumento de acesso à moradia para as classes populares.

CAPÍTULO I

O ESPAÇO URBANO DA CIDADE DE CAMPINA GRANDE-PB ENQUANTO UM PRODUTO DO TRABALHO

(...) O capital, essa forma de riqueza social, essa abstração (que, em certo sentido, e em si mesma, é somente um jogo de escritas comerciais e bancárias), impõe suas exigências à sociedade inteira, implicando uma organização contraditória da sociedade, ou seja, a escravização e o empobrecimento relativos da maior parte dela. Assim, os produtos do trabalho do homem escapam à sua vontade, à sua consciência, ao seu controle.

Henri Lefebvre, Marxismo: uma breve introdução (2017, p. 42)

Este capítulo tem como objetivo principal construir uma revisão bibliográfica que permita a compreensão da produção espacial recente da cidade de Campina Grande-PB. Para tanto, foram utilizadas contribuições de autores como Lefebvre (2016), Santos (2017), Corrêa (2011), Maia et. al. (2013) e Moreira (2002), dentre outros, que são autores cujas obras proporcionam o entendimento do espaço geográfico enquanto um produto do trabalho, socialmente produzido no processo de trabalho, através das relações sociais; e reflexo do modo de produção dominante (neste caso, o capitalismo).

Busca-se, desse modo, a construção de uma discussão que oportunize uma interpretação crítica em relação às contradições inerentes ao processo de urbanização da referida cidade, no qual se encontra, dentre outros problemas urbanos, a questão habitacional.

1.1 O processo de urbanização da cidade de Campina Grande

Para a compreensão da “problemática urbana” Lefebvre (2016, p. 11) estabelece como ponto de partida o processo de industrialização afirmando que “sem possibilidade de contestação, esse processo é, há um século e meio, o motor das transformações na sociedade”. A partir disso Lefebvre estabelece duas categorias de análise dessas transformações: o elemento *indutor* e o *induzido*. Considerando o processo de industrialização como indutor entre os induzidos, ou seja, aqueles que são impulsionados pelo elemento indutor, estariam “os problemas relativos ao crescimento e à planificação, as questões referentes à cidade e ao desenvolvimento da realidade urbana, sem omitir a crescente importância dos lazeres e das questões relativas à ‘cultura’”. Lefebvre (op. cit, p. 16) mostra que através dessa distinção entre indutor e induzido é possível perceber a complexidade da industrialização, observando “a importância dos fenômenos induzidos e sua interação sobre os indutores”.

No caso específico da cidade de Campina Grande-PB suas origens remontam ao século XVII, época de início de sua ocupação e na qual “o capitão-mor Teodósio de Oliveira Ledo fundou a aldeia de Campina Grande nas margens do riacho das Piabas (ou Açude Velho), no sítio das Barrocas, local onde hoje se encontra a Rua Vila Nova da Rainha” (SOUZA, 2013, p. 58). Segundo Costa (2012, p. 14) “Teodósio de Oliveira Ledo fundou a povoação de Campina Grande, conhecida como sertão do Cariri – região desta concessão, no ano de 1697”.

Após o início da ocupação da região, Campina Grande surge, de fato, no século XVIII, a partir “do entroncamento de caminhos que ligavam o litoral ao sertão, em local onde os

antigos tropeiros faziam pouso. Sua origem, bem como seus primeiros impulsos de expansão, deve-se à comercialização de mercadorias vindas das duas regiões” (MAIA, 2014, p. 99). Assim, Campina Grande é elevada a categoria de vila em 1790 e, em seguida, de cidade em 1864. Ainda no século XIX, segundo Diniz (2004, p. 32), esta cidade “se restringia a um pequeno aglomerado de casas e casebres distribuídos por algumas ruelas e becos” ². As primeiras repercussões da indústria na produção do espaço campinense foram vislumbradas apenas no início do século XX.

Conforme afirma Farias e Costa (2017, p. 9) “o Nordeste brasileiro se inseriu como região produtora de algodão e participante dos circuitos internacionais do capitalismo industrial na segunda metade do século XVIII”. Esta região passou a fornecer, segundo estes autores, matéria-prima para a indústria inglesa, processo esse que teve início no estado do Maranhão. Campina Grande passa a desempenhar um papel mais importante nesse contexto a partir de 1907, época em que ocorreu a chegada da estrada de ferro, transformando esta cidade

em ponta de trilho com localização geográfica excepcional, o que reforçou o seu papel de centro de captação, beneficiamento e distribuição do algodão para os mercados de consumo. Assim, afigurou-se como a segunda praça de comercialização do algodão do mundo nas três primeiras décadas do século XX (ARANHA, 1991, apud. FARIAS e COSTA, 2017, p. 13).

As transformações espaciais mais intensas causadas pela atividade industrial, no entanto, ocorreram somente a partir da segunda metade do século XX. Maia et. al. (2013, p. 49) mostram que, embora já existissem algumas indústrias antes da década de 1950, é a partir desta década que “Campina Grande inaugura um novo momento de sua história, com a constituição de relevante parque industrial que passaria a representar o núcleo principal e a força motriz de seu desenvolvimento. Transforma-se, portanto, de cidade do algodão em cidade da indústria”.

Ainda hoje muitas edificações que abrigaram antigas indústrias podem ser vislumbradas na paisagem urbana campinense, tal como salienta Farias e Costa (2017), que mostram em seu estudo as *rugosidades* deixadas em Campina Grande pela industrialização. As rugosidades são, nas palavras de Santos (2017, p. 140), o “que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares”. Ainda segundo este autor “as rugosidades nos trazem os restos de divisões do trabalho já passadas

² Para uma melhor compreensão sobre o surgimento da cidade de Campina Grande recomendamos consultar DINIZ (2004), ARANHA (1991), MAIA et. al. (2013) e SOUZA (2013) dentre outras obras.

(todas as escalas da divisão do trabalho), os restos dos tipos de capital utilizados e suas combinações técnicas e sociais com o trabalho”.

Segundo Farias e Costa (2017, p. 20) são as indústrias relacionadas à produção algodoeira que introduziram no espaço campinense as vilas operárias “como forma de manter, controlar e disciplinar a força de trabalho e mantê-la em ambiente higienizado. Em Campina Grande, essa tipologia espacial para classe operária se fez presente através da Indústria Têxtil, em Bodocongó, e da SAMBRA, no Bairro da Liberdade”.

Figura 1: Antiga vila operária da Indústria Têxtil de Bodocongó



Fonte: Almeida (2015 apud. FARIAS e COSTA, 2017, p. 20).

A repercussão da atividade industrial na urbanização não se restringe a uma pequena parcela da superfície terrestre. O “assalto da cidade pela industrialização”, nas palavras de Lefebvre (2016, p. 21), é considerado por ele em escala global. O referido autor destaca ainda as intencionalidades existentes nesse contexto, mostrando que esse processo não ocorre de maneira natural e sem interesses. Segundo Lefebvre

Num tal processo intervêm ativamente, voluntariamente, classes ou frações de classes dirigentes, que possuem o capital (os meios de produção) e que geram não apenas o emprego econômico do capital e os investimentos produtivos, como também a sociedade inteira, com o emprego de uma parte das riquezas produzidas na “cultura”, na arte, no conhecimento, na ideologia. Ao lado, ou antes, diante dos grupos sociais dominantes (classes e frações de classes), existe a classe operária: o proletariado, ele mesmo dividido em camadas, em grupos parciais, em tendências diversas, segundo os ramos da indústria, as tradições locais e nacionais (LEFEBVRE, 2016, p. 21).

Na produção algodoeira que era comandada a partir de Campina Grande já era notória essa divisão da sociedade em classes. Podemos citar como exemplo da materialização dessa divisão a vila operária citada acima (figura 1), considerando as intencionalidades por trás da sua criação, nas quais se destaca a questão ideológica da classe que possui os meios de produção. Isto posto, é importante salientar que as relações de produção da indústria

algodoeira estavam fortemente baseadas na exploração, expressando “uma cadeia de extração de mais-valia que envolvia os parceiros (meeiros e foreiros), aos grandes proprietários das terras, aos atravessadores, aos operários das indústrias de beneficiamento e, no ápice, os representantes do capital comercial e financeiro” (FARIAS e COSTA, 2017, p. 13).

Após o aumento da atividade industrial na cidade de Campina Grande ocorrido nas décadas de 1950 e 1960, esse setor passou por um declínio durante a década de 1970 marcando “o fim da fase áurea de industrialização e pode-se afirmar que foi, também, o fim do período mais vigoroso de seu crescimento econômico” (MAIA et. al. 2013, p. 52).

Entre os fatores que contribuíram para esse panorama, os referidos autores destacam o redirecionamento dos recursos feito pelos governos militares que favoreceu as capitais do país, em especial as das regiões centro-sul. Por essa razão, outras atividades econômicas passaram a exercer maior influência no desenvolvimento de Campina Grande concomitantemente ao declínio da industrialização. Atualmente, segundo Maia et. al (op cit, p. 60), o principal “motor econômico” da referida cidade é a atividade comercial: “essa característica, que consagrou a origem e a expansão da cidade em vários momentos do seu processo de urbanização, como bem demonstra Costa (2003), apresenta-se ainda como forte componente para o entendimento da sua dinâmica e da sua estrutura”.

A industrialização, portanto, perdeu nesta cidade o seu protagonismo enquanto atividade econômica e, conseqüentemente, enquanto um elemento indutor da urbanização, concomitantemente a ascensão do comércio. Este último passa a constituir no principal indutor das transformações espaciais, semelhante ao que aconteceu com a urbanização pretérita dessa cidade. Essa realidade corrobora com a análise de Lefebvre (2016, p. 17), na qual reconhece que, embora existam “inúmeras cidades submersas pela industrialização”, existem, em outros casos, cidades e um processo de urbanização com pouca industrialização e a presença de favelas, consistindo em um “caso geral das cidades da América do Sul e da África”. Nesses casos, segundo Lefebvre (op. cit) “as antigas estruturas agrárias se dissolvem; [e os] camponeses sem posses ou arruinados afluem para as cidades a fim de nelas encontrar trabalho e subsistência”.

Campina Grande faz parte de um país de capitalismo periférico em que a industrialização ocorreu de maneira tardia, diferentemente de países como Estados Unidos e Inglaterra que vivenciaram a industrialização clássica e nos quais a reorganização espacial em

função desse processo ocorreu de maneira mais intensa. Por essa razão, esta cidade situa-se na realidade apontada acima por Lefebvre, em que existe pouca industrialização, chegada de camponeses em busca de emprego e a presença de habitações precárias. São justamente esses tipos de construções que passaram a ser visadas no país por médicos e higienistas ainda no século XIX devido à sua localização. Nesta época, segundo Sousa (2003, p. 64), “as habitações populares, os becos e travessas passaram a ser assediados por médicos sanitaristas, administradores e letrados em geral, por serem considerados ambientes propícios à difusão de doenças e de práticas genericamente denominadas de ‘promíscuas’”. Consequentemente, em muitas cidades brasileiras passaram a ser registradas “denúncias contra cortiços e casas de cômodos, os maus hábitos que aí proliferavam **e apelos para que fossem excluídos das áreas centrais**” (Destaque nosso).

Essa perspectiva higienista se difundia em outros países, estando em consonância com “os discursos e valores que se expandiam junto às empresas e investimentos de capitais ingleses, franceses e americanos mundo afora” (SOUSA, 2003, p. 64), estando, portanto, fortemente baseada em interesses de classe. Ainda segundo o referido autor

Esse olhar voltado para as habitações e costumes dos moradores da cidade tinha, no entanto, facetas diversas: por um lado, denunciava e identificava problemas, especialmente quando localizados nas áreas centrais ou em áreas que estavam sendo incorporadas a estas. Não há na bibliografia exemplos marcantes de preocupações de letrados com habitações localizadas nos subúrbios, ou em áreas muito afastadas dos centros das cidades; contrariamente, encontram-se nas fontes para Campina Grande e outras cidades brasileiras, discursos em que explicitamente afirma-se que o lugar dos pobres e dos trabalhadores é o subúrbio. Como as áreas centrais eram os lugares que mais se valorizavam, sendo centro comercial e, até um certo momento, local de moradia das elites proprietárias, **estas investidas têm uma dimensão tanto sanitária quanto econômica e de segregação social** (SOUSA, 2003, p. 64) (Destaque nosso).

A partir dessa perspectiva higienista, com viés sanitário e econômico, é realizada em Campina Grande uma experiência de reforma urbanística e arquitetônica nas áreas centrais entre as décadas de 1930 e 1940. Isso ocorreu principalmente durante as administrações de Vergniaud Wanderley na prefeitura da cidade (1935-1938 e 1940-1945), o que causou um reordenamento do espaço urbano e marcou profundamente a vida dos seus habitantes. Diante dos traços de cidade tradicional que existiam em Campina Grande, para Vergniaud Wanderley “urgia desarticulá-los e literalmente abrir caminhos para as exigências das novas formas de circulação, movimento e relações de dominação modernas” (SOUSA, 2003, p. 71). Para tanto, em suas duas gestões foram desapropriadas “mais de uma centena de casebres, casarões, armazéns, igreja e tudo que interceptasse o seu caminho na empreitada de dar à cidade ares de

urbe moderna” (SOUSA, op. cit.). Reproduz-se, assim, o padrão de exportar os mais pobres para as regiões periféricas da cidade, fato que ainda acontece atualmente. Ademais, nessas ações prevalece a ideia de que tudo aquilo que representa o passado deve ser descartado para dar lugar ao que se considera moderno³.

A figura 2, por exemplo, mostra a Rua 7 de Setembro antes da reforma urbana. Como é possível perceber esta rua, que atualmente é conhecida pelos serviços financeiros que oferece, abrigava antigos casarões e ainda não possuía conexão com a Rua Venâncio Neiva à esquerda.

Figura 2: Rua 7 de Setembro (1937)



Fonte: Retalhos Históricos de Campina Grande. Disponível em: cgretalhos.blogspot.com

Uma das áreas que mais sofreu modificações durante a reforma de Wanderley foi a Rua Marquês do Herval. Autores como Afonso e Carvalho (2015), França (2015) e Oliveira e Lourencetti (2018) mostram que essa rua recebeu diversos nomes ligados à indústria algodoeira em virtude da centralidade que esse espaço exercia nessa produção, como pode ser observado na figura 3.

³ Essa lógica, aliás, ainda reverbera na produção do espaço campinense, sendo notória a ausência de medidas que visem preservar o patrimônio histórico devido à “aspiração ao moderno”, a exemplo dos prédios do antigo Cine Capitólio e do antigo Cassino Eldorado. Ambos encontram-se no centro da cidade em completo abandono

Figura 3: Fardos de algodão na Rua Marquês do Herval (década de 1920)



Fonte: Oliveira e Lourencetti (2018, p. 9).

Inicialmente esta rua era conhecida como “Praça do Algodão”, época em que ela se constituía em um espaço público no qual os fardos de algodão vindos das regiões produtoras eram comercializados. Em seguida passou a se chamar “Rua dos Armazéns”, abrigando grandes galpões para armazenar os fardos de algodão que seriam exportados (AFONSO e CARVALHO, 2015). Por fim a rua ganhou o nome de “Marquês do Herval”, “militar do século XIX, que não tinha, a princípio, nenhuma ligação com a história local, destacando-se na Guerra do Paraguai e como Ministro da Guerra” (FRANÇA, 2015, p. 314). Na figura 4, de 1942, época do segundo mandato do prefeito acima citado, esta rua aparece em meio à reforma urbanística em plena transformação.

Figura 4: Rua Marquês do Herval (1942)



Fonte: Retalhos Históricos de Campina Grande

Sobre os efeitos dessas transformações na vida cotidiana dos moradores existem poucos relatos documentados. Aqui gostaríamos de destacar a fala do então promotor e juiz de direito de Vergniaud Wanderley resgatada por Sousa (2003, p. 71) em sua pesquisa. Ao falar sobre os obstáculos da “Revolução Urbana de Campina”, este juiz afirma:

(...) enfrentei as resistências com obstinação e energia, não dando ouvido às ameaças e resistências por parte daqueles que se julgavam prejudicados. Fiz cumprir uma lei existente e não aplicada anteriormente. Sobre os gabaritos dos prédios do centro da cidade, desapropriei, comprei, botei e preendi, a tal ponto que me chamavam de violento, mas diz Sorel, o homem da teoria da Violência ... “Sou um homem do Direito que em si mesmo encerra a ideia de força, sem a qual, no dizer de Hering, transformar-se-ia na importância da Lei”.

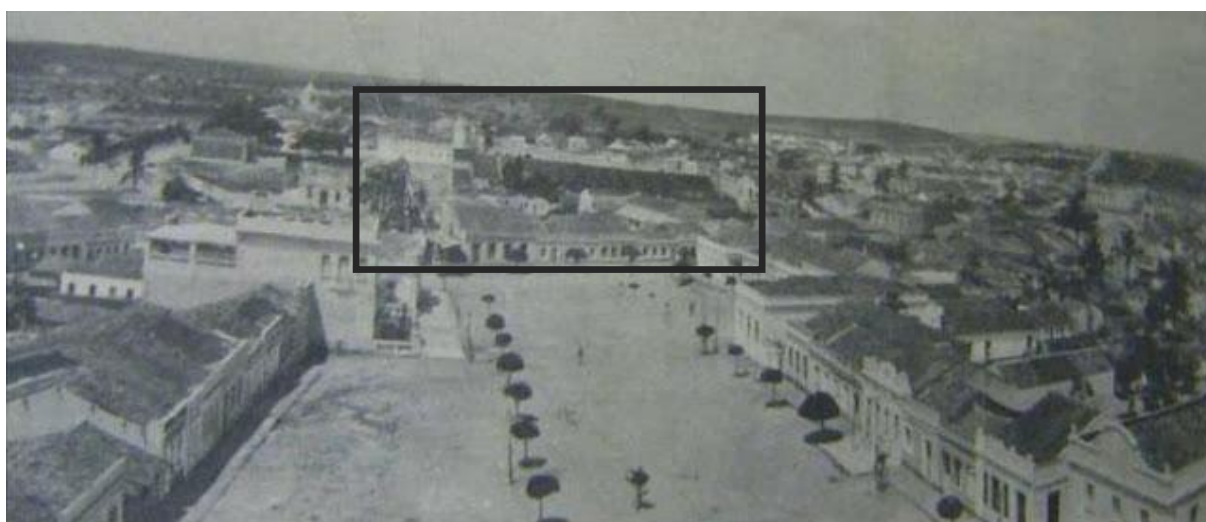
Ainda se baseando na lei para justificar o uso da violência para aqueles que eram contra a esse projeto de reforma urbana que foi imposto pelos dirigentes da época, este juiz exemplifica como a truculência era adotada em resposta aos atos de resistência dos moradores:

De outra feita, um morador de uma pequena casa que atravancava a rua Tiradentes e que já estava paga ao proprietário [tentou protelar a saída], mandei que um caminhão abalasse a sua estrutura com uma forte marcha ré, para que o referido morador se atemorizasse com o próximo desabamento (SOUSA, 2003, p. 71).

A “Revolução Urbana de Campina”, portanto, atacou não apenas os símbolos de cidade colonial mas também a vida de seus moradores, os quais tiveram os seus laços com o espaço vivido, que até então haviam sido estabelecidos, completamente dissolvidos. Além da

demolição da antiga igreja do Rosário, do Largo da Matriz (figura 5) e do o conjunto que formava a Rua Maciel Pinheiro e a Praça Epitácio Pessoa, também houve a destruição da “Rua Visconde de Pelotas, ou do Progresso [figura 6a], que desembocava no Largo do Rosário [figura 6b] e obstava o avanço da avenida [Floriano Peixoto] em direção ao oeste”. Com isso, abriu-se a “perspectiva para que naquela área fosse edificado um novo espaço de lazer e descanso, a Praça Índios Cariris, posteriormente denominada Praça da Bandeira, como até os dias de hoje” (SOUSA, 2003, p. 74). Nesse período, segundo Diniz (2004, p. 70), em meio as transformações espaciais, muitas pessoas escolheram “o bairro José Pinheiro para fixar a sua moradia”.

Figura 5: Largo da Matriz (década de 1920), hoje trecho da Avenida Floriano Peixoto



Fonte: Retalhos Históricos de Campina Grande Destaque ao fundo para a igreja do Rosário e para algumas casas situadas na Rua Maciel Pinheiro. Ambas foram demolidas com a expansão da Avenida Floriano Peixoto.

Fonte: Retalhos Históricos de Campina Grande

Figura 6a e 6b: Rua do Progresso e Largo do Rosário (década de 1930)



Fonte: Retalhos Históricos de Campina Grande

Conforme mostra Harvey (2014, p. 20) a cidade tradicional foi morta pelo desenvolvimento do capitalismo, “vitimada pela sua interminável necessidade de dispor da

acumulação desenfreada de capital capaz de financiar a expansão interminável e desordenada do crescimento urbano, sejam quais forem suas consequências sociais, ambientais e políticas”.

George (1968) corrobora com esse entendimento mostrando que a superação da sociedade e da economia agrícola pela sociedade e pela economia industrial gerou transformações espaciais marcadas por um crescimento desordenado das cidades gerando problemas que “esquartejam a vida urbana” (GEORGE, 1968, p. 227). Tais transformações passaram a afetar a vida das populações, ameaçando não apenas o fim da modalidade de vida tradicional no espaço urbano, mas a própria existência das cidades. Segundo este autor “a urbanização coloca um novo problema, o da sobrevivência da cidade” (GEORGE, 1968, p. 217).

Segundo George (op. cit.) as transformações espaciais que surgiram após a revolução industrial geraram uma ruptura na vida diária tradicional da cidade, o que contribuiu para a degradação e desaparecimento desta forma de vida. Como consequência as distâncias aos locais onde se realiza a vida (serviços, trabalho, lazer, etc.) aumentaram e a cidade deixou de ser um ambiente de coabitação e comunidade: “Com a *rua*, com o *bairro*, com a *praça*, lugar de passeio e de encontro, desapareceram os elementos da vida urbana tradicional, sem que nada os tenha, realmente, substituído” (GEORGE, 1968, p. 227-228).

A reforma urbana pioneira no Brasil foi realizada por Pereira Passos no Rio de Janeiro no início do século XX, servindo de modelo para inúmeras outras reformas, a exemplo da que foi realizada em Campina Grande. Pereira Passos ficou conhecido por alguns como o “Haussmann brasileiro” em referência ao reformador Georges-Eugène Haussmann, conhecido popularmente como Barão de Haussmann, que comandou as transformações em Paris em meados do século XIX. Autores como Rouanet (1987, 90 apud. SALLES, 2006, p. 44) relacionam Haussmann e Pereira Passos afirmando que tanto a cidade de Paris como a do Rio de Janeiro foram modificadas “através de um choque dialético, brusco e imotivado.” Em *Paris: Capital da Modernidade* Harvey (2015) faz uma análise profunda dos impactos sociais da reforma Haussmaniana mostrando como “Haussmann e seus colegas estavam dispostos a levar a cabo a destruição criativa em uma escala até então jamais vista” (HARVEY, 2015, p. 25). Como bem coloca Roncayolo (1999, p. 92) através dessa reforma “o espaço que se esforça em criar não é o da fábrica, o da grande indústria, mas o do encontro internacional. Da exposição dos produtos, dos ‘invisíveis’ do espírito e das finanças; trata-se de realizar uma vitrine da modernização e não um lugar de produção”. Isto posto, é interessante perceber que

um dos principais alvos da reforma de Vergniaud Wanderley foi a antiga Rua dos Armazéns, epicentro do armazenamento de algodão para exportação no primeiro quartel do século XX.

Com a passagem da *era industrial* para a *era urbana*⁴ os papéis desempenhados pelo elemento indutor e pelos elementos induzidos mudaram. Botelho (2007, p. 33), baseado em Lefebvre, afirma que “no momento atual de nossa sociedade, que de *industrial* transforma-se em *urbana*, o urbano teria deixado de ser um processo induzido pela indústria para tornar-se indutor das relações de produção e de sua reprodução”. Sendo assim, com o declínio da atividade industrial na cidade, e após as transformações ocorridas no final do século XX, o espaço urbano de Campina Grande se tornou indutor de novas relações sociais de produção, relações essas baseadas na lógica da acumulação capitalista.

Segundo Maia et. al (2013, p. 164) nesta cidade se inicia, desde a década de 1990 “um processo de expansão do tecido urbano impulsionado pela instalação do *shopping center* na via, que também é a BR-230, a principal artéria de ligação com a capital do Estado”. Em seguida, ainda segundo os referidos autores, contata-se em Campina Grande o surgimento de conjuntos habitacionais visando à remoção de favelas e também a construção de condomínios horizontais e verticais em regiões de expansão do tecido urbano no sentido leste destinados à população de melhor poder aquisitivo: “produzem-se, assim, espaços diferenciados e desigualmente habitados, enfim, uma cidade periférica. Periferias urbanas e espaços segregados, apartados por muros ou pela exclusão social, que determinam a fragmentação da cidade”.

Esse processo de verticalização também é reconhecido por Saraiva (2016) que, ao analisar os desdobramentos da ação do mercado imobiliário na referida cidade afirma que:

Em Campina Grande, tem se configurado dois processos que expressam o consumo seletivo dos espaços urbanos na cidade: o processo de verticalização e o estabelecimento de condomínios fechados nos limites da malha urbana. Ambos estão intimamente relacionados à especulação imobiliária, prática presente nos bairros campinenses em diferentes intensidades (terrenos “parados”, aluguéis acima da média, sem contar com a crescente quantidade de anúncios nos jornais, prédios recém-construídos e até programas na televisão). As classes sociais de maior renda usufruem do espaço urbano campinense em uma margem de escolha muito maior quando comparadas às classes sociais mais pobres que, em muitos casos, se limitam “ao que sobra da cidade”. Mesmo em bairros populares e essencialmente residenciais, as classes que os compõem manifestam as diferenças e desigualdades dentro de um mesmo bairro. Quando tal lógica é aplicada ao espaço urbano municipal como um todo, as classes que partilham o urbano em seus valores de uso e de troca utilizam-se das possibilidades ofertadas pelo city marketing e das

⁴ Segundo Lefebvre (1978, p. 11 apud. BOTELHO, 2007, p. 32) o tempo sócio-histórico pode ser periodizado nas eras camponesa, industrial e urbana.

promessas de status e melhoria de qualidade de vida entre aqueles que podem usufruir da cidade-mercadoria (SARAIVA, 2016, p. 51).

Isso acontece pois, tal como defende Santos (2011), as características do modo de produção refletem na organização espacial. Considerando que o espaço se organiza em função do processo produtivo e em função da forma que o capital utiliza para realizar mais-valia, Santos (2011, p. 155) afirma que cada lugar é “definido por uma combinação particular de modos de produção concretos, isto é, por uma forma particular da dialética entre as forças produtivas e as relações de produção”. Ou seja, o espaço é reflexo do *modo de produção* dominante. É por esta razão que “o espaço da sociedade capitalista é fortemente dividido em áreas residenciais segregadas, refletindo a complexa estrutura social em classes” (CORRÊA, 1995, p. 8). Em *Espaço do Cidadão*, Santos (2014a, p. 117) afirma que

Sendo um resultado, o espaço também contribui para que, no sistema capitalista, o desenvolvimento das forças produtivas e a expansão da divisão do trabalho sejam paralelos à formação de uma estrutura de classes que separa, de um lado, os proprietários dos bens de produção, e, de outro, os portadores de força de trabalho e, igualmente, os que se beneficiam da mais-valia coletivamente realizada dos que, com menos recompensa, a realizam. Uns e outros dividem-se o espaço, mas de maneira distinta, pois o lugar que detêm na cidade, ou no campo, é um dado fundamental para a reprodução de sua situação original, isto é, das relações sociais desiguais.

A produção do espaço urbano de Campina Grande, desde sua expansão no início do século XX até os dias atuais, sempre atendeu aos interesses econômicos capitalistas, processo esse que se torna mais agudo no início deste século, período em que a própria produção do espaço transforma-se em uma mercadoria para obtenção de lucro e, conseqüentemente, um meio para a acumulação de capital. Comparando a produção do espaço urbano campinense no início de sua formação com a forma que ela se realiza atualmente percebemos a mudança no que Carlos et. al (2015, p. 8) chamam de sentido “hegemônico assumido pela cidade e pelo urbano”. Se antes eram reproduzidas “as condições necessárias para a acumulação do capital no espaço urbano” atualmente é reproduzido “diretamente o capital por meio da produção do espaço urbano”. Segundo César Simoni Santos (2015a, p. 38) a produção e a reprodução do espaço urbano “se põem na ordem do dia da acumulação contemporânea”.

Ao longo do processo histórico de urbanização de Campina Grande descrito até aqui os objetos naturais foram sendo substituídos, progressivamente, pelos objetos técnicos, ou seja, aqueles que foram criados pela sociedade. Conforme afirma Santos (2017, p. 63) o espaço era, no começo, “a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e,

depois, cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina”. Este autor, aliás, diferencia *coisas* de *objetos*: as coisas seriam “o produto de uma elaboração natural, enquanto os objetos seriam o produto de uma elaboração social. As coisas seriam um dom da natureza e os objetos um resultado do trabalho” (SANTOS, op. cit, p. 64). É por esta razão que Santos, considerando o aumento progressivo das transformações espaciais ao longo da história, afirma que “no princípio, tudo eram coisas, enquanto hoje tudo tende a ser objeto” (SANTOS, op. cit, p. 65).

Em *Metamorfoses do Espaço Habitado* Santos (2014b, p. 96) dá continuidade a esse debate afirmando que a ação que o homem “realiza sobre o meio que o rodeia, para suprir as condições necessárias à manutenção da espécie, chama-se ação humana. Toda ação humana é trabalho, e todo trabalho é trabalho geográfico”. O referido autor conclui esse raciocínio afirmando que:

Não há produção que não seja produção do espaço, não há produção do espaço que se dê sem o trabalho. Viver, para o homem, é produzir espaço. Como o homem não vive sem trabalho, o processo da vida é um processo de criação do espaço geográfico. A forma de vida do homem é o processo de criação do espaço. (...) Produzir e produzir espaço são dois atos indissociáveis. (...) O ato de produzir é, ao mesmo tempo, o ato de produzir espaço (SANTOS, 2014b, p. 96, apud. MOREIRA, 2002, p. 38).

Portanto, podemos concluir que o espaço é transformado, ganhando conteúdos técnicos e se tornando, com isso, uma natureza artificial, a partir do *processo de trabalho*. Em *O Capital* Marx (1994, p. 202) define o trabalho como “um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza”. Através do trabalho o homem “põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana”⁵.

Lefebvre (2017, p. 64), em *Marxismo: Uma Breve Introdução*, mostra que o trabalho faz parte dos relacionamentos fundamentais da sociedade. Sobre esses relacionamentos o referido autor afirma que:

Os relacionamentos fundamentais para toda sociedade são seus relacionamentos com a natureza. Para o homem, sua relação com a natureza é fundamental, não porque ele permaneça sendo um ser da natureza (interpretação falaciosa do

⁵ Nesse sentido, a relação que o homem estabelece com a natureza se diferencia dos outros seres vivos pois o trabalhador possui no seu processo de trabalho a capacidade de pensar: “uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colmeia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade” (MARX, 1994, p. 202).

materialismo histórico) mas, ao contrário, porque ele luta contra ela. No decorrer dessa luta, mas em condições naturais, ele arranca da natureza aquilo de que necessita para manter sua própria vida e para superar uma vida simplesmente natural. Como e por que meios? Através do trabalho, pelos instrumentos do *trabalho* e pela organização do trabalho. É assim e somente que os homens *produzem sua vida*, isto é, ultrapassam seu estado de vida animal (natural), sem poder, bem entendido, libertar-se da natureza mediante a promulgação de um decreto soberano (...). As relações fundamentais de toda sociedade humana são, portanto, *as relações de produção*.

Em suma, o espaço é produzido socialmente através das relações de produção, o que engloba o trabalho, os seus instrumentos e a forma como ele é organizado. “O espaço inteiro”, afirma Lefebvre (2008, p. 53) em *Espaço e Política*, “torna-se o lugar da reprodução das relações de produção”. Souza (2006, p. 28), ao analisar as contribuições dos geógrafos nos últimos anos, em especial dos que se fundamentaram nas obras de Lefebvre, afirma que o ganho desse período foi a ênfase de que “o espaço está longe de ser um mero ‘palco’ da vida social, um simples ‘receptáculo’ das relações sociais, de resto sem maior relevância para além dessa condição de suporte material”. “O espaço” segundo Souza (2006, p. 28) “é um produto das relações sociais, mas ele, uma vez produzido de tal ou qual maneira concreta (ou mesmo já enquanto projeto de transformação), influencia e até mesmo condiciona os seus produtores”.

O autor esclarece que essa influência não possui relação com o “determinismo geográfico” presente na Geografia Clássica. O que ocorre, na verdade, é que “o espaço que uma sociedade produz (o seu espaço social) exerce um efeito de condicionamento sobre ela mesma, de diferentes modos” (SOUZA, 2006, p. 28). Através dessas contribuições percebemos a relação dialética existente no processo de produção espacial: os homens, através das relações sociais, produzem espaço e este último, por sua vez, irá condicionar a vida de seus produtores, influenciando, consequentemente, nas relações sociais.

Carlos (2011) ressalta a relação entre a concretude das relações sociais e o espaço afirmando que:

Podemos pressupor que a espacialidade das relações sociais pode ser efetivamente compreendida no plano da vida cotidiana e, a partir desta, articulada e redefinida como plano da reprodução das relações sociais, vista na multiplicidade dos processos que envolvem a reprodução do espaço em seus mais variados aspectos e sentidos como prática sócio-espacial. Isso porque as relações sociais têm concretude no espaço, nos lugares onde se realiza a vida humana, envolvendo um determinado dispêndio de tempo que se revela como modo de uso do espaço, em dois planos: o individual (que se expressa, em sua plenitude, no ato de habitar) e o coletivo (a realização da sociedade), portanto, na dialética entre o público e o privado. A noção de produção, nesta perspectiva, abre-se para a noção de apropriação, revelando-se em atos e situações. O uso se realiza através do corpo (o próprio corpo é extensão do

espaço) e de todos os sentidos humanos, e a ação humana se realiza produzindo um mundo real e concreto, delimitando e imprimindo os “rastros” da civilização (CARLOS, 2011, p. 63).

Essas considerações são de fundamental importância para nossa pesquisa, tendo em vista que o espaço geográfico do conjunto habitacional em análise foi inicialmente produzido de forma padronizada através da articulação entre o Estado e o mercado imobiliário e, em seguida, passou por transformações após o uso e apropriação dos moradores. Estes, através da vida cotidiana, começaram a deixar os seus “rastros” a partir dos seus desejos, suas necessidades e possibilidades. Os espaços transformados, por sua vez, proporcionaram o surgimento de novas relações sociais, como será abordado no terceiro capítulo.

Ademais, nesse processo de produção espacial é importante considerar o papel da técnica. Segundo Santos (2017, p. 29) “a principal forma de relação entre o homem e a natureza, ou melhor, entre o homem e o meio, é dada pela técnica. As técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço”⁶. Lefebvre (2008, p. 123) também ressalta a importância das técnicas no processo de produção espacial, afirmando que elas “permitem ‘construir’ o que se quiser, tanto na superfície quanto no fundo dos mares, nos desertos e nas montanhas, até nos espaços interplanetários”. Portanto, as técnicas são os *instrumentos de trabalho* utilizados pelos agentes sociais na produção espacial. Segundo Moreira (2002, p. 38) o processo de trabalho implica numa relação “mediatizada pelos instrumentos de trabalho, entre o homem e a natureza e entre os homens e os próprios homens que tem como resultado a produção de um espaço específico, o espaço de vida das sociedades humanas”. Através das técnicas os agentes sociais transformam o espaço a partir de seus interesses e possibilidades, como será abordado a seguir.

⁶ Dada a importância da técnica Santos fala em *tecnosfera*, que seria o “mundo dos objetos” (SANTOS, 2017, p. 257). A *tecnosfera*, segundo o referido autor, “se adapta aos mandamentos da produção e do intercâmbio e, desse modo, frequentemente traduz interesses distantes; desde, porém, que se instala, substituindo o meio natural ou o meio técnico que a precedeu, constitui um dado local, aderindo ao lugar como uma prótese”. Paralelamente a *tecnosfera* existe a *psicosfera*, definida como o “reino das ideias, crenças, paixões e lugar da produção de um sentido, também faz parte desse meio ambiente, desse entorno da vida, fornecendo regras à racionalidade ou estimulando o imaginário” (SANTOS, op. cit, p. 256). Ou seja, o espaço não se resume ao plano material, sendo constituído também pelos elementos que formam o nosso imaginário e que irão, por sua vez, condicionar as nossas ações, ações essas que poderão interferir na materialidade.

1.2 Os agentes sociais da produção do espaço

Conforme mencionado, o espaço é produzido socialmente. De acordo com Corrêa (2011, p. 41), a produção do espaço é “consequência da ação de agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas sociais próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos entre eles mesmos e com outros segmentos da sociedade”. Para este autor os agentes sociais da produção do espaço são “os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos⁷. A partir de sua ação o espaço é produzido, impregnado de materialidades, (...) mas também pleno de significados diversos” (CORRÊA, 2011, p. 44).

Capel (1983) também compreende o espaço urbano como resultado das práticas de diferentes agentes, afirmando que,

En una sociedad capitalista, la ciudad y el espacio en general, no pertenecen a sus habitantes y no son modelados en función de sus intereses, sino de acuerdo con los intereses, a veces contradictorios, de una serie de agentes. En esencia estos agentes son: los propietarios de los medios de producción; los propietarios; los propietarios del suelo; los promotores inmobiliarios y las empresas de la construcción; y, por último, los organismos públicos, agentes y árbitros a la vez en el proceso de producción del espacio urbano – agentes en cuanto que realizan operaciones concretas que contribuyen a modelar la ciudad, y árbitros en cuanto que intervienen en los conflictos surgidos entre los otros agentes contribuyendo a superar sus contradicciones (CAPEL, 1983, p. 85).

Os interesses de uma determinada classe em detrimento de outras durante a produção espacial também são reconhecidos por Santos (2017, p. 239). Partindo do pressuposto de que “a informação é o vetor fundamental do processo social e os territórios são, desse modo, equipados para facilitar a sua circulação” o autor afirma que os espaços que passam por essa requalificação “atendem sobretudo aos interesses dos atores⁸ hegemônicos da economia, da cultura e da política e são incorporados plenamente às novas correntes mundiais”. Segundo este autor “o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (SANTOS, 2017, p. 63).

⁷ José de Souza Martins na obra *Exclusão social e a nova desigualdade* (MARTINS, 2009) faz uma reflexão sobre a “inclusão perversa”, mostrando que no sistema capitalista ocorre uma inclusão de forma excludente. Nesse sistema a inclusão é realizada buscando a satisfação das necessidades do ser humano por meio da mercadoria.

⁸ Vasconcelos (2011) faz uma discussão acerca da utilização dos termos “ator” e “agente” nas pesquisas de geografia urbana. Em relação à obra *A Natureza do Espaço*, Vasconcelos mostra que Milton Santos distinguiu dentre os atores aqueles que decidem em relação os demais e que “atores hegemônicos” e “agentes hegemônicos” são abordados pelo autor como sinônimos.

Apesar de algumas diferenças, as perspectivas de Corrêa (2011), Capel (1983) e Santos (2017) se assemelham em um aspecto: as contradições são abordadas como algo inerente às ações dos agentes produtores do espaço. A origem dessas contradições está relacionada com as características do modo capitalista de produção. No início deste capítulo abordamos a divisão da sociedade em classes: de um lado existe a classe dirigente e de outro o proletariado o qual também está dividido em classes. É a partir das estratégias da classe dominante que as *contradições do espaço* acontecem. Tal como afirma Botelho (2007, p. 28) “essas contradições não são determinadas pelo espaço em si. São contradições da sociedade que se materializam no espaço, engendrando tais contradições do espaço”.

Segundo Lefebvre (2008)

As *contradições do espaço* não advêm de sua forma racional, tal como ela se revela nas matemáticas. Elas advêm do conteúdo prático e social e, especificamente, do conteúdo capitalista. Com efeito, o espaço da sociedade capitalista pretende-se racional quando, na prática, é comercializado, despedaçado, vendido em parcelas. Assim, ele é simultaneamente global e pulverizado. Ele parece lógico e é absurdamente recortado. Essas contradições explodem no plano institucional. Nesse plano, percebe-se que a burguesia, classe dominante, dispõe de um duplo poder sobre o espaço; primeiro pela propriedade privada do solo, que se generaliza por todo o espaço, com exceção dos direitos das coletividades e do Estado. Em segundo lugar, pela globalidade, a saber, o conhecimento, a estratégia, a ação do próprio Estado. Existem conflitos inevitáveis entre esses dois aspectos, e notadamente entre o espaço abstrato (concebido ou conceitual, global e estratégico) e o espaço imediato, percebido, vivido, despedaçado e vendido. No plano institucional, essas contradições aparecem entre os planos gerais de ordenamento e os projetos parciais dos mercadores de espaço (LEFEBVRE, 2008, p. 57).

A questão habitacional em Campina Grande, por exemplo, aparece como expressão das contradições do espaço. O espaço urbano campinense é fragmentado, materializando a divisão entre as classes sociais, e comercializado por meio do direito à propriedade privada, o que compromete o seu uso e apropriação para aqueles que não podem ter acesso à cidade enquanto uma mercadoria. Nesse contexto ocorre, por um lado, a produção de moradias para atender as demandas da população de melhor poder aquisitivo em determinadas áreas consideradas estratégicas para o mercado imobiliário. Por outro, existe a produção habitacional massificada nas áreas periféricas destinadas às classes populares assim como ocorre em outras cidades brasileiras. Em ambos os casos observa-se a ação do Estado para atender as estratégias do setor privado, estratégias essas que favorecem a manutenção das desigualdades sociais, o que será discutido ao longo deste trabalho. Segundo Maia et. al (2013, p. 186):

A cidade [de Campina Grande] (re)produz-se com grandes disparidades socioespaciais. A aspiração ao moderno reapresenta-se: i) na edificação vertical

voltada para a residência de médio a alto padrão, tanto na área central – agora concentrada no entorno do Açude Velho (Centro expandido), que muito recentemente foi “transfigurado” em uma amenidade – como na área de expansão no bairro do Catolé; ii) na construção de loteamentos e condomínios horizontais fechados. Estes, diferentemente dos construídos na maioria dos centros urbanos, surgem nas proximidades do Centro, sendo este fator – a localização próxima à área central - um dos atrativos para tais empreendimentos. As disparidades socioespaciais produzem uma cidade fragmentada e, por vezes, segregada, seja pelos condomínios fechados, **seja pela construção de conjuntos habitacionais em áreas periféricas, separadas da malha urbana estruturada**, seja ainda na produção de ocupações precárias onde vivem pessoas em condições de evidente miséria (Destaque nosso).

Nessa direção, buscamos reunir algumas considerações acerca dos principais agentes que fazem parte da produção habitacional do PMCMV, vislumbrando uma melhor compreensão sobre a forma como estes agentes se organizam e se articulam, de modo geral, com outros agentes, para, posteriormente, analisarmos como estas relações se materializam no espaço urbano de Campina Grande.

1.2.1 Os proprietários fundiários

O processo de (re)produção do espaço geográfico se desenvolve, primeiramente, a partir das estratégias dos proprietários fundiários. Segundo Capel (2013, p. 53) “el punto de partida para crear o modificar el espacio urbano y periurbano es disponer de suelo. El papel de los propietarios ha sido y es de gran trascendencia en la construcción de la morfología urbana”. Para uma melhor compreensão das ações e limites dos proprietários fundiários o referido autor faz algumas classificações. Considerando que os proprietários do solo não formam um grupo homogêneo Capel (op. cit. p 77) estabelece a divisão entre os grandes e os pequenos proprietários, sendo que “los primeros pueden ser agentes activos en el proceso de urbanización y los segundos lo son más difícilmente”.

Capel também destaca, ademais, a distinção entre os proprietários públicos ou institucionais (o Estado e suas subdivisões); e os proprietários privados que podem ser “personas físicas individuales, o personas jurídicas (grupos empresariales o financieros). Dentro de los propietarios privados se pueden asimismo introducir numerosas distinciones, especialmente entre los grandes y los pequeños, o entre los tradicionales y los nuevos” (CAPEL, op. cit. p 59).

A partir das estratégias dos proprietários fundiários ocorre a valorização do espaço, tanto nas áreas centrais da cidade como também nas regiões periféricas, como será discutido posteriormente.

1.2.2 Os proprietários dos meios de produção e os grupos sociais excluídos

Se por um lado possuir o solo consiste no ponto de partida para modificar o espaço urbano, por outro essa característica é restringida para as pessoas com menor poder aquisitivo. Segundo Botelho (2007, p. 67) uma das “condições e resultados do processo de reprodução especificamente capitalista” é “a exclusão da grande massa da população do acesso à terra, ou seja, a reprodução dos não-proprietários”.

Isso se dá porque o desenvolvimento do modo capitalista de produção modificou profundamente a relação dos trabalhadores com os meios de produção. Santos (2011), através de uma abordagem marxista, afirma que o surgimento do sistema capitalista gerou “um aprofundamento da divisão – social assim como geográfica - do trabalho, que separou o homem dos meios de produção; a propriedade destes escapa cada vez mais do produtor direto para se concentrar nas mãos dos detentores do capital”. Como consequência “cada vez mais o homem se vê obrigado a utilizar técnicas que ele não criou, para produzir para outros aquilo de que não tem necessidade ou que não tem os meios de utilizar” (SANTOS, 2011, p. 138).

Nesse contexto, ainda segundo Santos (2011), ocorre a imposição da técnica em escala mundial, em detrimento das técnicas locais que foram geradas espontaneamente. Por essa razão, o homem muda, deixando

de ser o homem “local” para se tornar um “homem mundial”. A escala local não é mais a das decisões que o afetam. Os espaços aparecem cada vez mais como se diferenciando por sua carga de capital, pelo produto que criam e pelo lucro que engendram e, em última análise, por seu desigual poder de capital. Tal como o homem, o espaço tornou-se mundial. **O capital – por suas possibilidades de localização e suas necessidades de reprodução – se torna intermediário entre um homem destituído e um espaço alienado** (SANTOS, 2011, p. 138-139) (Destaque nosso).

Ademais, nessa conjuntura, na qual o homem se torna destituído do espaço, o urbano vêm se constituindo em uma poderosa ferramenta utilizada pelos agentes hegemônicos para a acumulação de capital. Esse processo ocorre baseado na lógica da mercadoria, ou seja, fundamenta-se no direito à propriedade privada, direito esse que é legitimado pelo Estado.

Segundo Harvey (2014, p. 30) a urbanização sempre foi “algum tipo de fenômeno de classe, uma vez que os excedentes são extraídos de algum lugar ou de alguém, enquanto o controle sobre o uso desse lucro acumulado costuma permanecer nas mãos de poucos”. Botelho (2007, p. 33) corrobora com essa perspectiva afirmando que “o processo de

urbanização sempre esteve presente na lógica da acumulação capitalista como uma forma específica de reprodução do capital, ou mesmo de geração de capital original”. É na fase atual do capitalismo, no entanto, que esse cenário se torna mais agudo. Atualmente, de acordo com Carlos (2017, p. 34) “o urbano produzido sob a égide do capital financeiro, funda-se numa nova organização da acumulação na qual a produção do espaço urbano aparece como momento de realização do processo de valorização constitutivo do processo de acumulação de capital”.

Ainda segundo Carlos (op. cit, p. 34)

Sob o capitalismo, a produção do espaço torna-se uma mercadoria, ganhando concretude prática na contradição dialética valor de uso/valor de troca. Em seu movimento de reprodução, domina as relações sociais através da generalização da troca (e da forma contratual), que se desdobra para toda sociedade como necessidade de ampliação da base de consumo necessário à reprodução ampliada e sem limites do mundo da mercadoria.

Harvey (2016, p. 47) mostra a relação que existe entre as mercadorias e a propriedade privada afirmando que “o valor de troca e o dinheiro pressupõem conjuntamente a existência de direitos individuais de propriedade privada tanto sobre as mercadorias quanto sobre o dinheiro”. Nessa direção o direito à propriedade privada é legitimado institucionalmente pelo Estado: “A imposição dos direitos de propriedade privada depende da existência de poderes estatais e sistemas legais (...) que codificam, definem e impõem as obrigações contratuais associadas tanto aos direitos de propriedade privada quanto aos direitos dos sujeitos jurídicos” (HARVEY, 2016, p. 49). O direito à propriedade privada se materializa na produção capitalista do espaço que, por sua vez, abriga uma contradição fundamental da reprodução do urbano: “sua produção é social enquanto sua apropriação é privada” (CARLOS, 2017, p. 34).

De acordo com a referida autora, a contradição entre valor de uso e valor de troca gera um conflito entre a lógica da realização do capital e as necessidades da sociedade. Sobre isso Carlos (op. cit, p. 35) afirma que a contradição (uso/troca)

se desdobra nas mais diversas formas de precarização das esferas da vida cotidiana. Desse modo, a reprodução do espaço urbano, sob a lógica da acumulação capitalista, repõe outra condição que a fundamenta: a desigualdade dos indivíduos na sociedade vivida concretamente através dos modos de apropriação diferenciados da cidade para a realização da vida. A produção da cidade como valor de troca e sua consequente integração ao processo de valorização a transformaram, no século XX, num negócio.

Ou seja, essas relações sociais de produção favorecem a formação de uma expressiva classe social que não tem efetivado o seu direito em relação às necessidades básicas do ser

humano (alimentação, saúde, lazer, cultura, etc.) pois o seu acesso se dá por meio da mercadoria. Dentre essas necessidades encontra-se a moradia. Segundo dados da Fundação João Pinheiro (FJP) o Brasil apresenta um déficit habitacional de 6.355.743 de domicílios (FJP, 2018, p. 33). Por outro lado, o país possui 7.906.767 domicílios vagos em condições de serem ocupados ou em construção sendo que, desse total, 6.350.010 estão localizados na zona urbana e 1.556.757 na zona rural (FJP, 2018, p. 39). No caso do estado da Paraíba este, de acordo com o mesmo relatório, apresenta um déficit habitacional de 123.358 de domicílios (FJP, 2018, p. 48). A Região Metropolitana (RM) de Campina Grande, por sua vez, segundo o relatório do Déficit Habitacional Municipal no Brasil de 2010, possui um déficit habitacional absoluto de 47.587, sendo que 44.916 estão localizados na zona urbana e 2.671 na zona rural (FJP, 2013, p. 52). Lima (2010, p. 109), ao analisar a política habitacional de Campina Grande no período de 1988-2009, destaca que nessa cidade ocorre a “ausência de estrutura, projetos, programas e planejamento por parte do Poder Público Municipal, que deem respostas ao déficit habitacional e a ausência de infraestrutura urbana nas áreas periféricas”⁹. Nesse contexto, o autor ressalta que o PMCMV “inibe a criação de alternativas locais para a produção de moradias” considerando que “a facilidade de obtenção de recursos Federais faz com que as iniciativas fiquem sob a lógica da produção em escala nacional”.

Esse panorama mostra a necessidade da criação e aperfeiçoamento de políticas públicas em consonância com as reivindicações dos movimentos sociais e com o que preconizam os especialistas do âmbito do desenvolvimento urbano uma vez que, sem a mediação do poder público, o mercado imobiliário por si só não resolve o problema da questão habitacional.

Para que o problema de moradia seja, de fato, resolvido é necessário que as políticas habitacionais não reproduzam as contradições do modo capitalista de produção. Entretanto, conforme ressalta Harvey (2016, p. 57), o que se constata ao longo da história é que, “os direitos de propriedade privada sustentam a casa própria, e os estados capitalistas apoiaram por diversos meios (desde os subsídios ativos até a propaganda (...)), de maneira sistemática e crescente, a expansão da casa própria a mais setores da população”. Por essa razão o problema de moradia permanece no Brasil: as políticas habitacionais realizadas não romperam com a

⁹ É importante salientar que na cidade de Campina Grande foi criado, no final da década de 2000, o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social (PLHIS) o qual, de acordo com Pedrosa (2014, p. 29), “identificou as necessidades habitacionais do município, contemplando ações de construção de novas unidades habitacionais (provisão direta) e ações voltadas para a promoção de melhorias habitacionais, urbanização e regularização fundiária”. Para compreender as linhas programáticas desse plano recomendamos consultar o referido autor.

sobreposição do valor de troca (propriedade privada da terra) sobre o uso (a moradia, a apropriação da cidade) o que se expressa nos dados do déficit habitacional. Por trás da criação e funcionamento dessas políticas existiram interesses econômicos e também ideológicos, como será discutido a seguir.

1.2.3 O Estado

Por termos como objeto de estudo uma política habitacional promovida pelo governo federal em escala nacional é de fundamental importância a compreensão das principais características do Estado. Para Engels (1941, p. 155 apud HARVEY, 2006, p. 77) o Estado

é o produto da sociedade num estágio específico do seu desenvolvimento; é o reconhecimento de que essa sociedade se envolveu numa autocontradição insolúvel, e está rachada em antagonismos irreconciliáveis, incapazes de ser exorcizados. No entanto, para que esses antagonismos não destruam as classes com interesses econômicos conflitantes e a sociedade, um poder, aparentemente situado acima da sociedade, tornou-se necessário para moderar o conflito e mantê-lo nos limites da “ordem”; e esse poder, nascido da sociedade, mas se colocando acima dela e, progressivamente, alienando-se dela, é o Estado.

Segundo Harvey (2006, p. 82) o Estado possui um papel fundamental na sustentação nas relações que estão no centro do modo capitalista de produção. Nesse sentido, o referido autor destaca algumas das suas atribuições como a garantia do direito da propriedade privada dos meios de produção, a proteção dos mecanismos de acumulação, a eliminação das barreiras para a mobilidade do capital e do trabalho e a estabilização do sistema monetário. Por essa razão “o Estado capitalista não pode ser outra coisa que instrumento de dominação de classe, pois se organiza para sustentar a relação básica entre capital e trabalho”. Lefebvre (2017, p. 94) corrobora com essa perspectiva, afirmando que “mesmo quando dá a impressão de estar protegendo os oprimidos ou os explorados, mesmo que de fato os proteja de alguns excessos, ele [o Estado] conserva as condições necessárias para que haja a dominação de classe”.

A dominação de uma classe sobre a outra, por sua vez, possui uma forte ligação com questões ideológicas. Harvey (2006, p. 85) mostra que o poder estatal pode ser utilizado pela democracia burguesa na construção de uma ideologia que favoreça a manutenção da divisão da sociedade em classes. Nesse sentido,

uma função chave inclui organizar e transferir determinados benefícios e garantias aos trabalhadores (padrões mínimos de vida e condições de trabalho, por exemplo), que talvez, para ser exato, não sejam do interesse econômico imediato da classe capitalista. Em troca, o Estado recebe a obediência genérica das classes subordinadas. Além disso, talvez se verifique, secundariamente, o uso do poder estatal para o controle da organização do consumo, o que pode ser vantajoso para a classe capitalista a longo prazo, pois estabiliza o mercado e a acumulação. Claro que

as políticas que, simultaneamente, apoiam a ideologia dominante e proporcionam benefícios materiais são duplamente apropriadas. Por exemplo, pode-se entender a política estatal relativa à posse de casa própria pela classe trabalhadora como, simultaneamente, ideológica (o princípio do direito de propriedade privada obtém apoio muito difundido) e econômica (proporcionam-se padrões mínimos de abrigo e abre-se um novo mercado para a produção capitalista). Sob essas condições, torna-se algo ambíguo o relacionamento entre o Estado e a luta de classes; portanto, é inapropriado considerar o Estado capitalista como nada mais do que uma grande conspiração capitalista para a exploração dos trabalhadores (HARVEY, 2006, p. 85).

Essas características do Estado repercutem nas suas ações e se materializam no espaço. Podemos associar a contribuição acima com o caso do PMCMV. Por um lado essa política habitacional favoreceu o acesso de milhões de famílias à moradia, permitindo que muitas pessoas das classes populares pudessem viver em uma casa com as condições mínimas de habitabilidade. Por outro, no entanto, essa política habitacional possui um forte viés econômico que acaba se sobrepondo ao viés social. Em meio aos efeitos da crise de 2008, o PMCMV “foi o modo como o Estado propôs lidar com a crise no Brasil: privatizando a política urbana no dia 20/03/2009 como o lançamento do Programa (...), que conta com intensa participação de grandes incorporadoras em todas as fases” (VOLOCHKO, 2015, p. 113). Segundo Braga (2016, p. 82) o PMCMV “reproduz o padrão tradicional de articulação entre o Estado e os interesses privados que tem prevalecido historicamente no país, isto é, a espoliação dos fundos públicos em benefício da acumulação privada”. Portanto, sua criação foi motivada não apenas por interesses sociais mas também econômicos, o que corrobora com a perspectiva de Harvey sobre como o Estado favorece a produção capitalista. Essa estratégia de atender às demandas do mercado imobiliário, aliás, foi bem sucedida. Segundo Rolnik (2015, p. 305) “não há dúvida de que o setor imobiliário e, especialmente, as incorporadoras financeirizadas e seus investidores foram altamente beneficiados pelo programa, já que este não só os salvou da derrocada, como impulsionou o valor de suas ações”. Por essas razões, as políticas de habitação, a exemplo do PMCMV, podem ser compreendidas “como resultado de uma articulação de interesses políticos e econômicos e de um jogo de poder, no qual o Estado desempenha papel fundamental, como legitimador dos interesses do capital” (SHIMBO, 2010, p. 23).

Ademais, a questão ideológica mencionada por Harvey também pode ser encontrada no referido programa, pois o acesso à moradia ocorre através da propriedade privada do imóvel. Essa questão ideológica presente nas políticas habitacionais, no entanto, não é recente. Capel (2013, p. 318), ao analisar a atuação pública e privada na difusão da habitação, mostra que no século XIX já existia o desejo de transformar os trabalhadores em

proprietários, pois se acreditava que “las clases populares que se convierten en propietarias de una vivienda dejan de ser peligrosas para las clases dominantes”.

No Brasil isso também pode ser exemplificado com a difusão de casas pelo Banco Nacional de Habitação (BNH), que foi a política habitacional brasileira que vigorou entre os anos de 1964 e 1986. Durante a gestão do programa a presidente do BNH, Sandra Cavalcanti, afirmou que “a casa própria faz do trabalhador um conservador que defende o direito de propriedade”¹⁰. Segundo Rolnik (2015, p. 282) essa perspectiva, também encontrada em outros países nesse período, consistia na ideia “de que a política habitacional baseada na casa própria fosse um instrumento de combate às ideias comunistas e progressistas no país, em plena a Guerra Fria”.

Por fim, é importante ressaltar que também é papel do Estado investir em infraestrutura, elemento essencial para que as moradias ofereçam as condições mínimas de habitabilidade. Entretanto, esses investimentos são realizados, na verdade, com o objetivo de atender as demandas do sistema capitalista. De acordo com Harvey (2006, p. 83) “o Estado também deve desempenhar um papel importante no provimento de ‘bens públicos’ e infraestruturas sociais e físicas; pré-requisitos necessários para a produção e troca capitalista, mas os quais nenhum capitalista individual acharia possível prover com lucro”. Essas infraestruturas serão retomadas posteriormente, no segundo capítulo, compreendidas como um instrumento para a valorização do espaço.

Essas contribuições corroboram com a perspectiva de Engels (2015, p. 99) ao afirmar que “embora individualmente o capitalista lamente a escassez de moradia, dificilmente mexerá um dedo para dissimular, mesmo que superficialmente suas consequências mais terríveis, e o capitalista global, o Estado, também não fará mais que isso”. Em outras palavras, o Estado está a serviço da reprodução das contradições do modo capitalista de produção e enquanto houver a manutenção dessas contradições o problema de moradia não será resolvido. Segundo Harvey (2013, p. 525) a solução para as contradições internas do capitalismo “é uma ‘transformação interna’, que obrigatoriamente prive a sociedade da acumulação pela acumulação e procure mobilizar as capacidades naturais e humanas na busca da liberdade que só se inicia quando ‘o reino das necessidades’ é deixado para trás”.

¹⁰ ROLNIK, Raquel. Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015, p. 282.

1.3 O mercado imobiliário e o capital imobiliário e financeiro no processo de financeirização das políticas habitacionais

Na medida em que o Estado atendeu os interesses capitalistas no âmbito da produção de moradias o seu protagonismo nas políticas de habitação foi perdido. Segundo Shimbo (2010, p. 23) “o mercado imobiliário passou a ocupar a posição de ator central na política brasileira recente de habitação”. Nesse subitem buscaremos mostrar os fatores que favoreceram a formação dessa conjuntura.

Segundo Royer (2009, p. 40) “a expressão ‘mercado imobiliário’ diz respeito a toda transação que envolva um bem imóvel, referindo-se à propriedade da terra e às edificações incorporadas, com seus diversos usos, e excluindo a infraestrutura destinada a dar suporte ao seu funcionamento”. Ou seja, na construção de um conjunto habitacional, por exemplo, as obras de saneamento básico não fazem parte desta esfera. Botelho (2007, p. 46), por sua vez, adota a expressão “setor imobiliário” e o define como sendo constituído a partir das atividades de três subsetores: as da indústria da construção civil; as da indústria produtora de materiais de construção; “e aquelas ligadas ao terciário, tais como as atividades imobiliárias (loteamento, compra, venda e locação, etc.) e as atividades de manutenção predial”.

Consequentemente, o setor imobiliário é formado por muitos departamentos (construtoras, incorporadoras, instituições financeiras, etc.), envolve o trabalho de muitos profissionais (construtores, promotores, corretores, arquitetos, engenheiros, advogados, agentes auxiliares, entre outros) e possui, consequentemente, interesses diversos¹¹.

Por ser, de fato, um mercado, para esses agentes a prioridade não é a satisfação da demanda por moradia, mas sim o lucro. Conforme aponta Corrêa (2011, p. 46) a ação dos agentes produtores do espaço “está inserida no processo de produção, circulação e consumo de riquezas no interior de uma sociedade que se caracteriza por ser social e espacialmente diferenciada”. Botelho (2007, p. 289), ao analisar a produção da moradia em São Paulo, mostra a relação existente entre o setor imobiliário e o capital financeiro. Em sua pesquisa o autor constata que nessa cidade a produção do espaço

tornou-se mais fragmentada, hierarquizada e homogeneizada (através dos grandes projetos imobiliários, da padronização arquitetônica e da homogeneização socioeconômica) devido à ação dos agentes imobiliários urbanos, ação essa que

¹¹ Para uma melhor compreensão do papel de cada um desses segmentos, bem como suas estratégias e os conflitos que surgem em meio às articulações, sugerimos consultar Lefebvre (1999, p. 131-172), Capel (2013), Botelho (2007), Rolnik (1997), Ribeiro (1997), dentre outros.

possui certa correspondência com o tipo de relação estabelecida com o capital financeiro e com o mercado de capitais.

Em Campina Grande também se observa a ação seletiva do mercado imobiliário. Saraiva (2016, p. 49) ao visitar alguns escritórios imobiliários nesta cidade contata que:

(...) as opiniões do mercado imobiliário sobre Campina Grande permanecem hegemonicamente otimistas, com projetos e ofertas espalhadas pela cidade, a começar pela própria quantidade de imobiliárias que se instalaram na cidade nos últimos anos. Contudo, quando tratados alguns temas como a valorização/desvalorização de uma parte da cidade, como o mercado vê os problemas urbanos ou especificamente quais as perspectivas para a cidade, as respostas não só variaram como também demonstraram a lógica desigual do capital especulativo imobiliário no espaço urbano.

Costa (2013, p. 124), analisando os anúncios de um jornal de circulação local desta cidade no período de 2000-2010, constata “uma intensificação da oferta de terrenos nas direções sul e norte da cidade de maneira geral” sendo que este surgimento é mais acentuado na área sul. Ademais, este autor destaca ainda a valorização do espaço “que vai se estabelecendo do centro para a periferia, e uma concorrência pelos novos eixos de valorização, que vêm aumentando, gradativamente, o preço dos terrenos ofertados em bairros mais periféricos, embora de modo descontínuo” (COSTA, 2013, p. 128). Nota-se, assim, um aumento expressivo da ação dos agentes imobiliários em Campina Grande.

De modo geral, a ação desses agentes aumentou progressivamente ao longo do tempo, principalmente nos últimos anos. Se, por um lado, “a lo largo del siglo XX se produjo una creciente intervención pública en el tema de la vivienda, convertido (...) en un aspecto de la llamada cuestión social” (CAPEL, 2013, p. 317), por outro, no entanto, na segunda metade do mesmo século, o mercado passou a interferir de forma mais intensa nas questões relacionadas ao urbano, reflexo do avanço do neoliberalismo que culminou com o desmonte do Estado de Bem-Estar Social¹². Segundo Capel (2013, p. 94), a partir da década de 1970, “las ideas neoliberales preconizaron una y otra vez la necesidad de dar mayor papel a los promotores inmobiliarios y al capital financiero en la construcción de la ciudad”. Como consequência da difusão dessas ideias é exercido um “papel cada vez más importante de las grandes empresas

¹² Concordamos com o posicionamento de Rolnik (2015, p. 266-67) ao afirmar que “o Brasil nunca teve nada parecido com um sistema de bem-estar ao longo de sua história” considerando que a experiência do chamado Estado desenvolvimentista no país “não foi além da concretização de um processo rápido de industrialização”. Ao contrário do que aconteceu na Europa, no Brasil “a notória transformação do aparato produtivo não foi acompanhada por um crescimento generalizado dos salários, nem por qualquer evolução substancial no que diz respeito à garantia de direitos sociais do Estado”.

promotoras y grupos financieros poseedores de suelo para dirigir los procesos de urbanización” (CAPEL, 2013, p. 95).

No caso da cidade de Campina Grande, assim como em outros municípios brasileiros, a atuação do mercado imobiliário ocorre em parceria com o Estado para atender os interesses das classes com melhor poder aquisitivo, conforme mostra Maia et. al (2013):

Atualmente, a atuação do mercado imobiliário tem se concentrado na construção de espaços fechados para moradia que ofereçam maior conforto e comodidade, sejam eles horizontais ou verticais. Tal atuação não se dá sem a conivência do Estado, que além de garantir a abertura de vias de acesso e a infraestrutura adequada, age também na remoção dos aglomerados não desejados, ou seja, as favelas. Assim, fortalece-se a concentração de capital, em especial o imobiliário, e aguça-se a segregação socioespacial. Considerar a importância da localização, entendida não apenas isoladamente, mas como produto de toda uma construção social, é de extrema necessidade para revelar a dinâmica do espaço urbano, questões, portanto, não apenas econômicas, mas também ideológicas (MAIA et. al, 2013, p. 152).

Verifica-se, assim, a ausência de uma política pública que consiga resolver o problema habitacional na referida cidade. Ao invés disso, se constatarem medidas do poder público que ajudam a perpetuar as desigualdades sociais. Saraiva (2016, p. 49), corrobora com essa perspectiva afirmando que “a seletividade das políticas públicas no espaço urbano de Campina Grande se mostra conflituosa e contraditória no cotidiano da população, nos moldes de como as relações capital-trabalho se materializam pela sociedade enquanto compreensão da ordem social contemporânea”.¹³

Conforme será abordado no próximo capítulo, a partir dos anos 1990 ocorre no Brasil uma guinada nos rumos da política habitacional, o que permitiu “abrir as portas para a centralidade da dinâmica privada na provisão habitacional brasileira” (SHIMBO, 2010, p. 66). Essa participação do setor privado, por sua vez, foi potencializada, segundo Shimbo, a partir de 2006, pois nessa época os empresários, com apoio e divulgação da mídia, adotaram a “justificativa do porquê o mercado imobiliário financeirizado precisava e deveria atuar nas faixas de renda mais baixas” (SHIMBO, op cit. p. 135).

Por enquanto gostaríamos de destacar que esse panorama, formado pela articulação entre Estado, mercado imobiliário e o capital financeiro distorceu, ainda mais, o foco das

¹³ Este autor destaca ainda a presença das feiras imobiliárias que acontecem na referida cidade, realizadas “no Parque do Povo, espaço público da cidade apropriado para diferentes eventos (...); e no principal shopping center da cidade.” Através desses feirões, segundo Saraiva, difunde-se a ideia de “cidade a venda”: “As imagens de inovação, novidades, progresso e qualidade de vida são exaltadas enquanto discurso do setor imobiliário para promover a cidade e seus próprios interesses, obviamente” (SARAIVA, 2016, p. 52).

políticas habitacionais enquanto um instrumento para equiparar as desigualdades sociais, culminando na "financeirização da política habitacional"¹⁴. Como consequência tornou-se conveniente “confundir habitação de interesse social com habitação de mercado, a fim de se contemplar o imenso déficit de moradias no país, transformado, agora, em nicho de mercado, tendo em vista o volume de recursos públicos e semipúblicos disponibilizados a essas faixas de renda” (SHIMBO, op cit. p. 135).

É importante salientar que esse processo de financeirização das políticas habitacionais não surge com o PMCMV. Segundo Shimbo (op. cit, p. 23) “a relação entre política pública habitacional e produção privada de moradias jamais deixou de existir no Brasil”. Entretanto, através desse programa a financeirização da moradia se fortalece. De acordo com a referida autora o PMCMV, ao adotar as “soluções” propostas pelo mercado para a questão habitacional, “potencializou aquele favorecimento do mercado na política habitacional, tornando ainda mais tênue a distinção entre aquilo que historicamente se configurou como ‘habitação social’ e o que hoje se considera como ‘habitação de mercado’” (SHIMBO, op. cit., p. 340).

Nesse sentido, devido à financeirização da política habitacional,

(...) a habitação social transformou-se, de fato, *num* mercado. Ou, em outras palavras, o mercado imobiliário descobriu e constituiu um nicho bastante lucrativo: a incorporação e a construção de unidades habitacionais com valores até duzentos mil reais, destinadas para famílias que podem acessar os subsídios públicos ou não – mas que necessariamente acessam o crédito imobiliário. A constituição desse mercado se viabiliza e se justifica a partir de diversos elementos, próprios das condições contemporâneas de reprodução do capital (SHIMBO, op. cit., p. 341).

Isso nos permite concluir que o crédito assume uma função essencial na relação entre a política habitacional, transformada em “política imobiliária”¹⁵, e os beneficiados dessas políticas, que passam a ter acesso ao benefício (nesse caso moradia) por meio da propriedade privada. Ao analisar os efeitos da reorganização do sistema de crédito na sociedade parisiense em meados do século XIX Harvey (2015, p. 170) afirma que

¹⁴ Expressão utilizada por Royer (2009) e citada por Shimbo (2010). Remete ao fato de que “quando a lógica universal dos direitos que pautam o conteúdo normativo da política pública (...) não vale mais e o que está em jogo são os parâmetros financeiros e a solvabilidade do sistema, a política habitacional passa a funcionar estritamente sob a lógica do mercado. Dessa feita, a confluência entre Estado, mercado imobiliário e capital financeiro se viabiliza”. (SHIMBO, 2010, p. 341).

¹⁵ Segundo Shimbo (2010, p. 194) “A utilização de “política imobiliária”, ao invés de uma “política habitacional”, é intencional – assim como é intencional a confusão entre financiamento imobiliário e financiamento habitacional, como apontou Royer (2009). Esse embaralhamento semântico entre habitação e setor imobiliário evidencia o processo de aproximação entre mercado imobiliário e a política habitacional. O MCMV, portanto, só veio a corroborar a constituição da habitação social de mercado, em curso desde 2004”.

O sistema de crédito foi racionalizado, expandido e democratizado mediante a associação de capitais, mas à custa de especulação quase sempre descontrolada e da crescente absorção de todas as poupanças em um sistema centralizado e hierarquicamente organizado que deixava as pessoas de baixa renda ainda mais vulneráveis às arbitrariedades e aos caprichos imprevisíveis dos detentores de algum poder monetário.

No processo de financeirização da moradia no Brasil aconteceu algo semelhante no que se refere à expansão do sistema de crédito, o que nos faz questionar se os efeitos colaterais desse processo apontados por Harvey também foram enfrentados pelos brasileiros e se, ademais, o PMCMV, na forma como foi executado, estaria ajudando a reproduzir esse cenário. De acordo com Rolnik (2015, p. 305-6) “impulsionado pelo programa [MCMV], o crédito habitacional passou de 1,55% do PIB do país, em 2006, para 3,48% em 2010 e 6,73% em 2013”. Braga (2016, p. 83), ao analisar os impactos sociais dessa expansão, afirma que:

fortalecidas pelo aumento de liquidez do crédito público, as construtoras impuseram um tipo de planejamento que consiste basicamente em *tratar as terras urbanas como um ativo financeiro à espera de valorização*. Como a rentabilidade desse ativo depende dos custos de aquisição das glebas, as construtoras foram atrás dos terrenos mais distantes dos centros devido ao baixo valor da terra, reproduzindo a dinâmica da segregação espacial e lançando as famílias trabalhadoras em regiões totalmente destituídas de serviços urbanos (Destaque do autor).

Ou seja, os efeitos mais perversos da expansão do crédito imobiliário que foram enfrentados pelas populações de baixa renda são de ordem espacial, reflexo do protagonismo que os interesses privados ganharam no PMCMV. Compreendemos os problemas enfrentados pelos moradores do conjunto Acácio Figueiredo, abordados no terceiro capítulo dessa pesquisa, como uma expressão desse processo.

Em *Os Limites do Capital* Harvey (2013, p. 361), ao analisar as instrumentalidades do sistema de crédito, mostra que, dentro dos princípios gerais da mediação financeira existem, por um lado, as unidades econômicas (corporações, governos, bancos, etc.) e, por outro, os inúmeros propósitos (adquirir uma casa, capital industrial, lançamento de uma campanha política, entre outros). Nesse sentido “as instituições financeiras se congregam em torno da necessidade de encontrar maneiras eficientes para coletar, concentrar e, se necessário, converter (...) excedentes (dos valores) na forma de dinheiro preparatória para lançá-lo em circulação como capital que rende juros” (HARVEY, 2013, p. 361).

Essa reflexão, somada as que foram citadas anteriormente, nos permite concluir que o PMCMV, ao não romper com a lógica da financeirização da política habitacional se tornou, pelo menos em parte, um instrumento dessas instituições para transformar dinheiro em capital em circulação através da produção de moradias e, conseqüentemente, um meio para a

obtenção de lucro. Analisando esse contexto de forma mais ampla, podemos associar essa realidade à perspectiva de Capel (2013) quando este autor afirma que

Toda la expansión del inmobiliario en las últimas décadas se ha basado en las nuevas posibilidades de financiación, que son superiores a las que existieron en el pasado, y que tienen que ver, además, con la abundancia de capitales y la búsqueda de sectores rentables en los que invertir (CAPEL, p. 2013, p. 208).

Segundo o referido autor a existência de financiamento e as expectativas de benefício são essenciais na decisão de construir, sendo lógico que aconteça assim em uma economia capitalista ou de mercado. Porém “la vivienda es un bien básico reconocido en las Constituciones políticas de los Estados, y no puede dejarse que dependa solamente de eso” (CAPEL, op. cit, p. 271). Por essa razão, ao analisar a influência dos interesses financeiros nas políticas habitacionais Capel afirma que:

Las políticas de vivienda no deberían realizarse, por tanto, de forma indiscriminada o mezclando argumentos sociales (el derecho a la vivienda) con otros económicos (el apoyo a la actividad económica). Deberían centrarse, sobre todo, en facilitar la puesta en el mercado de viviendas para las capas de población que no poseen recursos, y no en facilitar el acceso a la propiedad de la vivienda (CAPEL, op. cit, p. 272).

Nesse sentido o autor defende outras formas de acesso a moradia criadas pelo poder público para as classes populares como a construção de moradias públicas para aluguel, ou para posse, e a criação de cooperativas de moradia. Dentro do PMCMV, o que mais se aproxima dessas possibilidades é o Minha Casa, Minha Vida – Entidades. As moradias dessa modalidade, juntamente com as da faixa 1 do programa, são completamente subsidiadas pelo governo, o que mostra que o programa não funciona apenas para favorecer o financiamento de imóveis. Entretanto, é justamente nessa faixa que os contemplados mais enfrentam os “efeitos colaterais” da presença dos interesses das construtoras no funcionamento do programa, como será discutido no próximo capítulo.

CAPÍTULO II

AS ESTRATÉGIAS CAPITALISTAS E AS POLÍTICAS NACIONAIS DE HABITAÇÃO: IMPLICAÇÕES DO PMCMV

O habitat foi instaurado pelo alto: aplicação de um espaço global homogêneo e quantitativo obrigando o “vivido” a encerrar-se em caixas, gaiolas, ou “máquinas de viver”.

Henri Lefebvre, A Revolução Urbana (2002, p. 81).

Este capítulo apresenta o percurso realizado para se estabelecer os objetivos dessa pesquisa. Inicialmente, reunimos algumas contribuições que contextualizam a produção de moradias nas áreas periféricas da cidade através das políticas nacionais de habitação. Realizamos, em seguida, um breve resgate histórico acerca da evolução dessas políticas, a fim de que possamos entender o processo que culminou na criação do PMCMV em 2009, bem como os principais desdobramentos decorrentes do seu desenvolvimento. Por fim, na etapa final deste capítulo, abordamos de maneira mais específica a questão habitacional em Campina Grande. Esperamos, com isso, que o referencial teórico reunido favoreça a reflexão acerca do direito à cidade no contexto dessas políticas públicas.

2.1 A produção do espaço nas áreas periféricas da cidade: valorização fragmentada e ausência do urbano

Para uma melhor compreensão da produção habitacional no Brasil Botelho (2007, p. 36) associa essa produção com a teoria dos dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos que foi formulada por Santos (2008a) ¹⁶. Partindo desta teoria Botelho (op. cit. p 41) afirma que:

O setor imobiliário, no caso brasileiro, é um caso regido pela lógica dos “dois circuitos”, na medida em que convivem um setor capitalista de produção de moradias para as camadas mais abastadas da população e de imóveis para o setor de negócios, e um setor de construção de moradia realizado pelos próprios moradores, muitas vezes em loteamentos clandestinos ou áreas de ocupação. Não é somente nas periferias distantes dos bairros mais ricos que o circuito inferior imobiliário se desenvolve. Áreas ricas e pobres convivem proximamente em São Paulo, acentuando visivelmente o contraste entre os dois circuitos da economia na paisagem.

No caso da cidade de Campina Grande também existem bairros com habitações precárias localizados próximos a bairros que são alvos de inúmeros investimentos do mercado imobiliário. Podemos citar como exemplo a proximidade dos bairros Santa Terezinha, Mirante e Catolé, sendo este último o bairro onde está localizado o Partage Shopping, um dos principais centros comerciais da cidade. Há também o caso dos bairros Pedregal e Bela Vista que estão localizados próximos ao bairro da Prata que se destaca na cidade, por sua vez, pelos serviços de saúde oferecidos pela iniciativa privada. Segundo Costa (2013, p. 83) as regiões que concentram as maiores rendas nesta cidade são as “áreas a leste do Centro - Bairros da

¹⁶ Segundo Santos (2008a, p. 37-38) existe nas sociedades urbanas dos países subdesenvolvidos “dois circuitos de produção, distribuição e consumo de bens e serviços.” Para o referido autor, “um dos dois circuitos é o resultado direto da modernização tecnológica. Consiste nas atividades criadas em função dos progressos tecnológicos e das pessoas que se beneficiam deles. O outro é igualmente um resultado da mesma modernização, mas um resultado indireto, que se dirige aos indivíduos que só se beneficiam parcialmente ou não se beneficiam dos progressos técnicos recentes e das atividades a eles ligadas”.

Prata, Bela Vista e pequeno trecho do Bairro Cidade Universitária”. Além disso, o bairro da Prata vem passando por um processo recente de verticalização, assim como os bairros do Catolé e do Mirante. Sobre isso a autor acima citado mostra que atualmente esse processo de verticalização “tem se fortalecido na Zona Sul e Sudeste da cidade” (COSTA, 2013, p. 107).

A divisão espacial em classes é um reflexo do modo capitalista de produção, no qual espaço é, no momento atual, não apenas uma mercadoria mas também sua produção torna-se estratégica para a produção da cidade como negócio, conforme discutido no capítulo anterior. Segundo Carlos (2017, p. 34) “esse movimento de reprodução [do espaço]– sob a forma de mercadoria- realiza-se pela cooptação, quase total, dos níveis da realidade humana desde o acesso à moradia até a produção do imaginário assentado na constituição da sociedade do consumo”¹⁷.

No caso da questão habitacional, que ao invés de ser compreendida como uma necessidade básica do ser humano é vista como uma mercadoria sob a lógica capitalista, as pessoas das classes populares geralmente são obrigadas a adquirir terrenos ou casas que possuem um custo mais acessível. Esses imóveis e terrenos geralmente estão localizados, no entanto, nas regiões onde os serviços básicos são oferecidos de forma mais precária em relação aos bairros considerados de alto padrão¹⁸; ou seja, estão localizados longe dos locais nos quais a vida cotidiana se realiza para além da moradia (locais de trabalho, estudo, comércio, etc.).

A diferenciação dos preços do solo urbano decorre, segundo Botelho (2007. p. 67) das relações sociais, não consistindo em um fenômeno natural, e sua explicação “tem por base a teoria da renda fundiária urbana”. Segundo este autor

Os primeiros estudos da renda fundiária tiveram por base as formulações de autores clássicos da Economia Política, sobretudo aquelas feitas por David Ricardo, sendo posteriormente retomadas e desenvolvidas por Marx, que as modificou profundamente (Lefebvre, 1978: 78-9). Para Marx, a renda da terra se dividia em rendas diferenciais – provenientes de características naturais da terra, ou de localização privilegiada, e também de diferenças de produtividade dos capitais

¹⁷ Essa contradição entre o valor de uso e valor de troca apontada por Carlos (2017) pode ser percebida desde a fase inicial do sistema capitalista. Harvey (2015, p. 171), ao analisar as transformações espaciais na sociedade parisiense em meados do século XIX, período em que os interesses imobiliários tinham grande força política, afirma que, nessa época, “a propriedade era cada vez mais tida apenas como ativo financeiro, como uma forma de capital fictício cujo valor de troca, integrado na circulação geral do capital, dominou por completo o valor de uso”.

¹⁸ Capel (2013, p. 74) ressalta outros elementos podem existir nas áreas periféricas da cidade e afetar os preços do solo: “los basureros, los cementerios, las industrias contaminantes, los transformadores eléctricos, las plantas de tratamiento de aguas residuales, y otras actúan también negativamente sobre el suelo próximo, y hacen descender el precio de las tierras”.

sucessivamente investidos em uma mesma terra – e renda absoluta- obtida pelo proprietário da terra e decorrente do monopólio da produtividade da terra por uma classe específica (Marx, 1989). Porém, salvo algumas rápidas considerações (O Capital, cap. XLVI, livro 3, vol. 6), Marx não se aprofundou no caso da renda fundiária urbana, atendo-se à renda da terra agrícola (BOTELHO, 2007. p. 67-68).

Autores como Henri Lefebvre, Gottdiener (2016), Deák (1989), Carlos (2016a) e Volochko (2015), dentre outros, contribuíram na continuidade desse debate, favorecendo no entendimento de como essa questão se expressa no espaço urbano contemporâneo e mostrando as diferenças dessa problemática no momento atual em relação à realidade analisada por Marx.

Conforme destaca Volochko (2015, p. 99) a concepção marxista da renda da terra favorece o entendimento de que “o solo não é produzido pelo trabalho humano, sendo dádiva, portanto, não se trata de algo que possuiria valor, mas que geraria rendas advindas do monopólio/domínio sobre determinada porção do espaço pelos seus proprietários e da especulação que estes fazem com a terra”.

Carlos (2016a, p. 92), por sua vez, afirma que a cidade, constituída ao longo do processo histórico,

resume a atividade do trabalho (da sociedade) em sua totalidade histórica, mas traz, em si, a negação do pressuposto a partir do qual Marx constrói a teoria da renda, posto que o solo urbano (como fragmento que permite o acesso à cidade), diferentemente da terra no campo, tem por conteúdo a atividade do trabalho e é produto dela. Trabalho social acumulado e em constituição – real e virtual - ao longo de gerações, e assumindo, sob o capitalismo, a forma mercadoria, a cidade é nessa condição fonte de valor (de uso e de troca).

O valor do solo urbano é diferenciado, pois, segundo Volochko (op. cit, p. 100), “representa o acúmulo desigual de trabalho social no espaço”. Como expressão da crescente valorização de certas áreas da cidade de Campina Grande, e conseqüentemente da diferenciação dos preços do solo urbano na referida cidade, podemos citar a construção recente de alguns empreendimentos próximos ao centro da cidade, em especial os que foram construídos próximos ao Açude Velho (bairro Centro) e ao Partage Shopping (bairro do Catolé). Costa (2013, p. 151) destaca a importância do centro de Campina Grande na dinâmica comercial imobiliária afirmando que “mesmo que o mercado imobiliário aponte a valorização para outras direções de crescimento, provocando o surgimento de serviços e de comércios fora da área central, ela ainda se mantém como uma área de extrema valorização, dinâmica e atrativa para o restante da cidade”.

Os empreendimentos construídos nessas regiões buscam atender, obviamente, as demandas das classes com melhor poder aquisitivo e muitos são atraídos devido à localização do imóvel. Essa localização, aliás, é utilizada pelo mercado imobiliário durante as vendas, como pode ser observado a seguir, na descrição de um apartamento em um site de venda de imóveis:

Dispomos de apartamentos novos, recém entregues, na melhor área residencial do centro de Campina Grande, com vista para o açude velho e uma área de lazer que irá proporcionar momentos maravilhosos para você e sua família. Agende sua visita e surpreenda-se. Dispomos de unidades com valores de R\$ 1.700,00 e R\$ 1.800,00 (Mais taxa de condomínio¹⁹) (IMOVELWEB.COM.BR).

A vista para o Açude Velho também é explorada nas imagens utilizadas no anúncio (figura 7):

Figuras 7a e 7b: Imagens do anúncio do imóvel



Fonte: <http://www.imovelweb.com.br/>. Acesso em 30/03/2018.

São empreendimentos como esse que expressam as “disparidades socioespaciais” em Campina Grande, estando localizado em uma região de expansão do centro transformada “em uma amenidade” (MAIA et. al, 2013, p. 186), conforme discutido anteriormente. A construção desse tipo de empreendimento não ocorre sem a ação do Estado. Segundo Botelho (2007. p. 79), devido à complexidade do meio urbano

é praticamente impossível a reprodução de uma determinada parte da cidade por um empreendimento privado. Ou seja: cada complexo de elementos que configura certas partes privilegiadas da cidade (os “belos bairros”) não pode ser reproduzido pela iniciativa privada sem o apoio do Estado. Este, então, passa a ter um importante papel, juntamente com o capital monopolista, na configuração de novas áreas de

¹⁹ Taxa no valor de R\$ 550,00 segundo o site do anúncio. O valor para venda no dia da consulta no site era de 579.768, 00. Fonte: <http://www.imovelweb.com.br/>. Acesso em 30/03/2018.

valorização, ao fornecer o sistema viário, os equipamentos de uso coletivo, a infraestrutura urbana, etc.

Além das áreas de valorização mencionadas na contribuição acima, destinadas às populações de melhor poder aquisitivo, o Estado, em parceria com o mercado imobiliário, também cria áreas de valorização através de iniciativas destinadas às classes populares. Isso pode ser exemplificado com o PMCMV. Segundo Volochko (2015, p. 113) este programa foi a resposta do Estado à crise de 2008 e consistiu em uma proposta de privatização da política urbana. Nesse sentido, o referido autor afirma que:

Através do Programa MCMV, o Estado viabiliza a reprodução imobiliária e financeira **facilitando a valorização e produção de fragmentos espaciais de áreas metropolitanas periféricas e assegurando a continuidade de estratégias privadas**. A condição de pobreza e em parte de déficit habitacional é então amarrada pelo Estado à acumulação capitalista, que fica assim cada vez mais encarregada da produção da urbanização. Com o Programa MCMV, o Estado canaliza os recursos públicos para aquela produção/acumulação capitalista ocupada com a satisfação de parte das necessidades da reprodução da força de trabalho: a moradia, mas sobretudo para reproduzir os capitais presentes na sua realização como mercadoria (VOLOCHKO, 2015, p. 113) (Destaque nosso).

O processo de produção de moradias nas áreas periféricas da cidade consiste, portanto, na transformação dessas regiões em um meio para a obtenção de lucro para o setor imobiliário. Em *Nova Produção das Periferias Urbanas e Reprodução do Cotidiano* Volochko (2018), afirma que:

Dada às necessidades de continuidade de produção ampliada da acumulação urbana, e dadas algumas barreiras como a raridade do espaço em certas regiões valorizadas e densamente ocupadas das cidades e metrópoles, o setor imobiliário de ponta e o capital financeiro, com o auxílio do Estado, passam atualmente a investir pesadamente na produção habitacional nos espaços periféricos – mas não apenas aí –, onde a pobreza historicamente constituída vem sendo mobilizada lucrativamente. Por isso, o que se observa hoje nas periferias integra o que se pode pensar como uma nova rodada espacial da reprodução do capitalismo imobiliário no Brasil, que se liga estreitamente à chamada mundialização financeira (VOLOCHKO, 2018, p. 112).

Nessa conjuntura de reprodução do capitalismo, ainda segundo o referido autor, a política urbana, quando não é abandonada, passa a ser “entregue nas mãos dos interesses imobiliários e financeiros privados, sendo o Programa Minha Casa, Minha Vida a manifestação mais acabada desse processo” (VOLOCHKO, 2018, p. 112).

Para uma melhor compreensão da valorização das áreas metropolitanas periféricas decorrente da produção imobiliária Volochko (2015, p. 114) distingue quatro momentos desse processo: a valorização fundiária (do solo), imobiliária (imóveis), estatista e espacial. Segundo este autor a incorporação efetiva do trabalho humano que se materializa na construção dos empreendimentos e de suas infraestruturas, em áreas muitas vezes ligadas à

especulação, “permite realizar um salto qualitativo em termos do valor de uso desse terreno, o que realiza a valorização do solo incorporado a esse novo valor de uso que socializa as positivities do urbano”. Essa valorização, por sua vez, “faz com que no mercado fundiário esse solo apresente um valor de troca elevado relativamente a outros terrenos que não possuem essas articulações às infraestruturas e equipamentos urbanos. O preço do solo, assim, se eleva” (VOLOCHKO, 2015, p. 115).

Consequentemente, com a valorização fundiária (do solo), ocorre a valorização imobiliária (dos imóveis) pois “a valorização imobiliária tem como premissa a valorização fundiária. (...) A valorização fundiária é condição, meio e produto da valorização imobiliária” (VOLOCHKO, 2015, p. 115) Nesse sentido, este autor compreende as valorizações fundiária, imobiliária e estatista como “condição, meio e produto do processo de valorização do espaço” sendo que, “nas periferias, esse processo de valorização do espaço é fragmentado” (VOLOCHKO, op. cit, p. 116).

A valorização estatista, segundo Volochko (op. cit, p. 116) engloba os “investimentos públicos em infraestruturas, equipamentos e serviços urbanos”. Tais investimentos são imprescindíveis para a valorização do espaço urbano, o que torna o Estado um importante agente para a formação da renda fundiária urbana. De acordo com Botelho (2007)

Um importante agente de influência no mercado imobiliário urbano é o Estado, pois através de suas ações e regulamentações interfere ativamente no que se refere ao preço da terra e à sua valorização. A localização de infraestrutura e de equipamentos de uso coletivo sob sua responsabilidade, as leis de zoneamento, os planos de “revitalização urbana” de certas áreas da cidade, o fornecimento de financiamento para a compra de moradia, e a produção de moradia pelo poder público são alguns dos exemplos de como o Estado tem uma papel ativo para a formação da renda fundiária urbana (...) (BOTELHO, 2007, p. 78).

Segundo Seabra (1988, apud. BOTELHO, op. cit. p. 78) “o Estado moderno é um poderoso agente de produção do espaço, necessário e aceito socialmente como tal. Ele encarrega-se da socialização de determinadas porções do espaço e de determinadas condições sociais de produção”. Nesse sentido, Seabra afirma que:

No entanto, a atuação “ideal” do Estado está permeada de interesses privados, dentre os quais são muito significativos os interesses que derivam da propriedade da terra, por sobre a qual se definem os proprietários da terra que atuam no processo de valorização, perpassando por dentro dos aparelhos de Estado. Por isso, atuam sobre ele ora como polo de uma relação conflituosa, ora através dele em benefício próprio. (SEABRA, 1988, apud. BOTELHO, op. cit. p. 78).

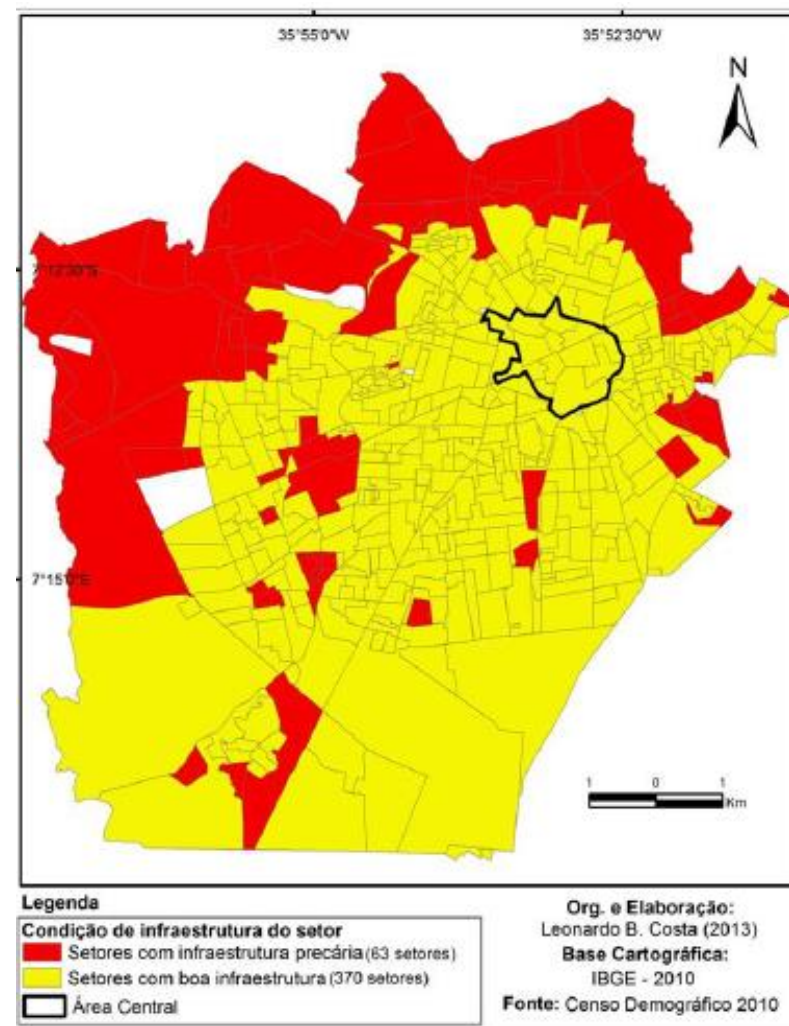
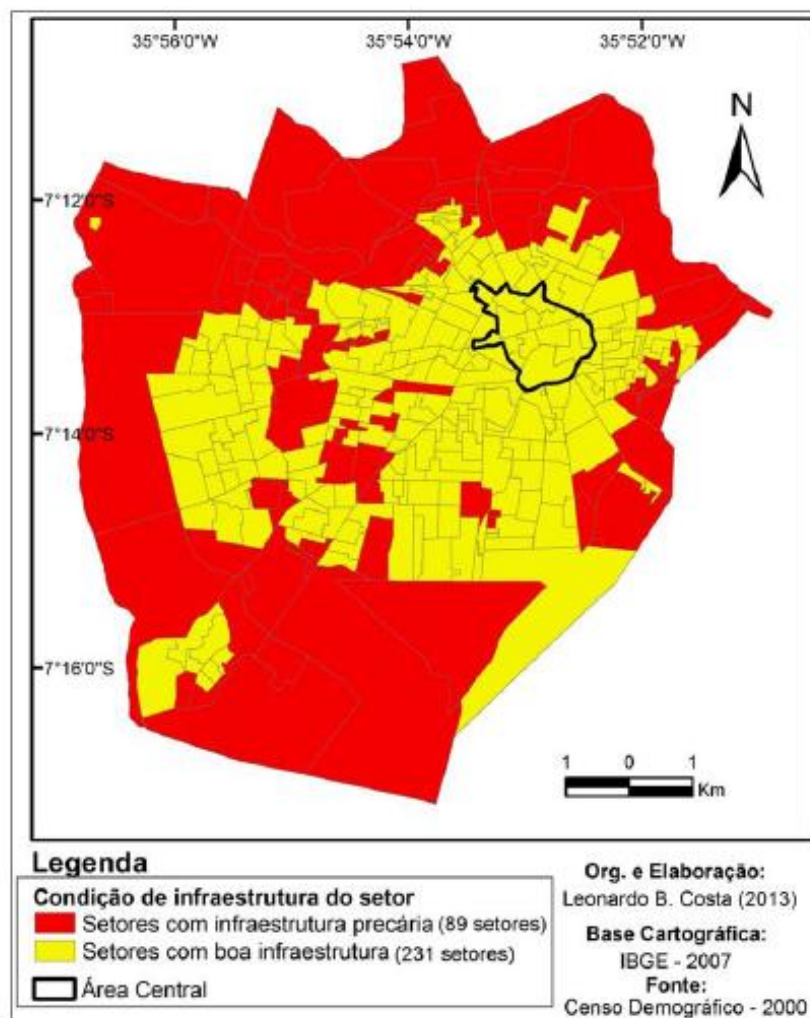
A partir dessas contribuições questionamos: Até que ponto a valorização estatista causada através do PMCMV vêm favorecendo a valorização fundiária (do solo) e imobiliária

(imóveis) na cidade de Campina Grande? Quais as repercussões da valorização estatista na produção do espaço campinense? Quais são os agentes que se beneficiam com esse processo? A literatura que possa responder essas questões ainda é escassa. Aqui destacamos a pesquisa de Costa (2013) que, ao analisar o processo de estruturação da cidade de Campina Grande a partir das ações e intencionalidades do mercado imobiliário destaca, entre outras questões, as alterações ocorridas recentemente nas áreas periféricas relacionadas com a valorização do espaço. Este autor relaciona os investimentos públicos, realizados de maneira seletiva na cidade no período de 2000-2010, e a ação do mercado imobiliário, afirmando que:

o poder público priorizou as áreas sul e sudoeste da cidade de Campina Grande em relação à expansão da rede de água e de esgoto, bem como à coleta do lixo nos últimos dez anos. Esse processo foi acompanhado pelo lançamento de loteamentos e pequenos edifícios nos Bairros do Cruzeiro, Três Irmãs, Velame, entre outros, nessas proximidades (COSTA, 2013, p. 78).

Bairros tradicionalmente habitados pelas classes populares como Serrotão, Ramadinha, Cuités, Novo Bodocongó, parte do Araxá, entre outros, localizados nas regiões norte e oeste na cidade, não foram acompanhados por essas melhorias, como pode ser observado nos mapas a seguir.

Mapas 2a e 2b: Condição da infraestrutura: setores censitários – 2000/2010



Fonte: Costa (2013, p. 77-8).

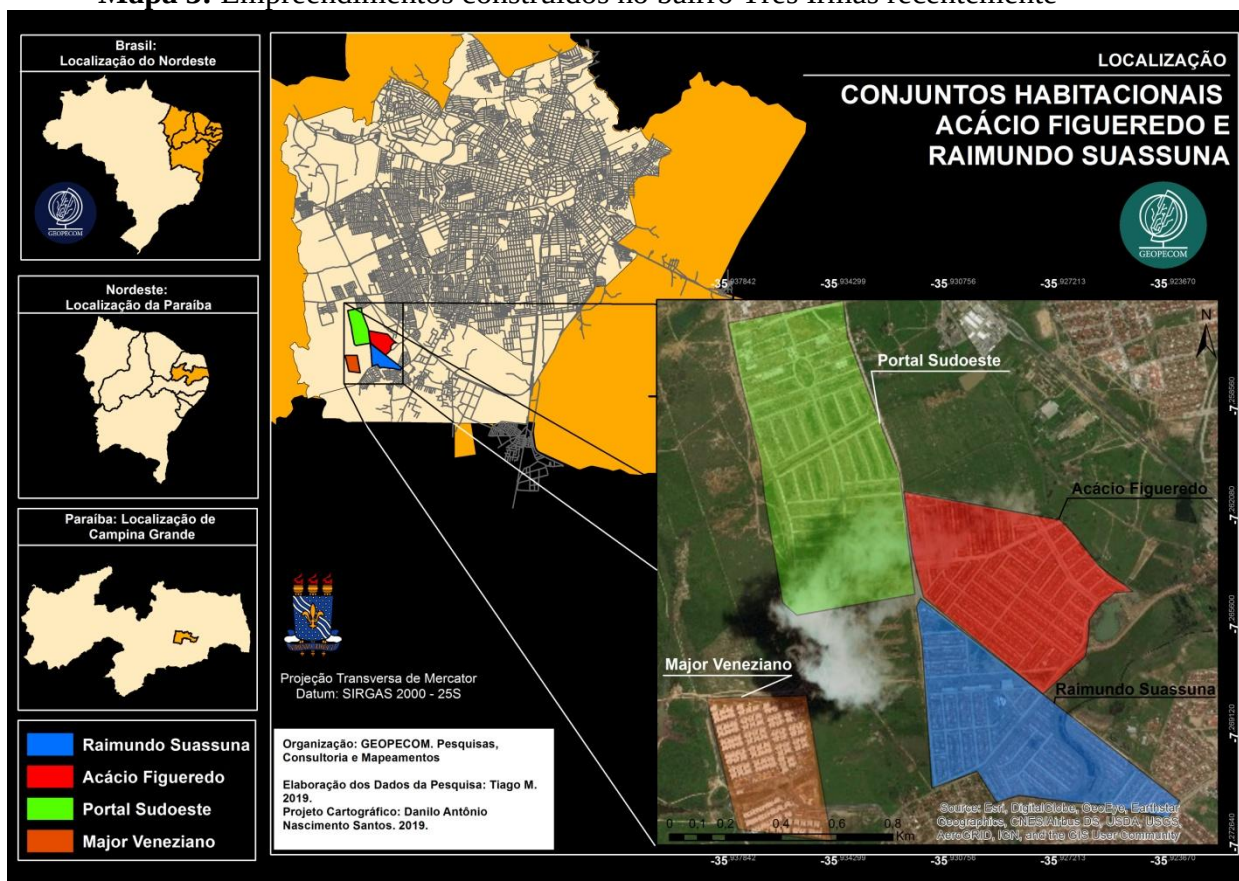
Costa (op. cit) destaca ainda as mudanças relacionadas à precificação do solo no período de 15 anos (1995-2010) em bairros mais distantes do centro afirmando que

Nota-se uma modificação importante na comparação entre 2005 e 2010, em que bairros periféricos como Malvinas, que teve um aumento do preço de 42,6%, o Distrito Industrial, que ampliou o preço em 15,5%, e Três Irmãs, com 62,5%. Ou seja, a atuação de importantes agentes imobiliários não se restringiu aos bairros centrais, visto que também houve uma concorrência do capital imobiliário para algumas áreas da periferia geométrica da cidade (COSTA, 2013, p. 148).

A questão habitacional que nós estamos estudando em Campina Grande se insere no bairro Três Irmãs. As contribuições acima revelam que este bairro já vem sendo alvo dos interesses imobiliários em um período relativamente longo e que o Estado vem atendendo às demandas desse setor. Entretanto, considerando as transformações que esta região passou nos últimos anos, sobretudo após a criação do PMCMV, novos estudos se fazem necessários para uma melhor compreensão sobre essa questão. Além disso, é importante relembrar que “nas periferias, esse processo de valorização do espaço é fragmentado” (VOLOCHKO, 2015, p. 116). Portanto, é necessário averiguar quais são os locais desse bairro que estão sendo valorizados e quais são os processos que estão gerando essa valorização.

Neste bairro foram construídos nos últimos anos três conjuntos habitacionais através do referido programa (Major Veneziano, Acácio Figueiredo e Raimundo Suassuna) e um pela iniciativa privada (Portal Sudoeste), como pode ser observado no mapa 3.

Mapa 3: Empreendimentos construídos no bairro Três Irmãs recentemente



Org: Elaborado por Geopecom Pesquisas, Consultoria e Mapeamentos para esta pesquisa. Julho de 2019.

Os quatro empreendimentos que formam o Conjunto Major Veneziano (I, II, III e IV) totalizam 1.984 unidades habitacionais, enquanto que o Acácio Figueredo e o Raimundo Suassuna, juntos, totalizam 1.948. Desses empreendimentos o conjunto habitacional Major Veneziano é formado por apartamentos em condomínios fechados enquanto os demais são formados por pequenos sobrados geminados, como é possível observar nas imagens a seguir.

Figura 8a e 8b: Condomínio Major Veneziano e Portal Sudoeste



Fonte: Trabalho de Campo – SAMPAIO, Tiago Marques. Outubro de 2017.

Figura 9a e 9b: Conjuntos Hab. Acácio Figueiredo e Raimundo Suassuna



Fonte: Trabalho de Campo – SAMPAIO, Tiago Marques. Outubro de 2017/ Julho de 2019.

Partimos da hipótese de que a construção dos empreendimentos do PMCMV favoreceu a valorização do espaço nesse bairro, em especial através da valorização estatista, atraindo novos investimentos e, conseqüentemente, favorecendo a construção de novos imóveis, como os que fazem parte do Portal Sudoeste.

A valorização do espaço ocorre, de acordo com Volochko (2018, p. 113), “quando o trabalho social é incorporado efetivamente na produção do espaço através de melhorias em infraestruturas que fortalecem a centralidade do lugar”. Esta centralidade, por sua vez, está relacionada a questão comercial e de serviços, “pois admiti-se que certos bairros residenciais valorizados adquirem centralidade em termos de consumo e que concentram investimentos imobiliários que, inclusive, estão articulados à presença de centralidades terciárias” (VOLOCHKO, 2018, p. 126). Essa questão é, em parte, abordada na pesquisa, ao passo que buscamos analisar em que medida o comércio que tem surgido no conjunto habitacional Acácio Figueiredo supre as demandas dos moradores²⁰. No entanto, não nos debruçaremos sobre as mudanças nos preços dos terrenos e dos imóveis decorrentes da construção do conjunto habitacional em análise nem nas relações comerciais que envolvem os mesmos em

²⁰ O acesso aos locais de comércio constitui em um importante elemento para a análise da inserção urbana dos conjuntos habitacionais do PMCMV na escala do empreendimento. Esta pesquisa se realiza analisando a inserção urbana do PMCMV na escala do empreendimento, neste caso o conjunto Acácio Figueiredo. A metodologia para analisar o referido programa desenvolvida por Rolnik (2014), a qual constitui em uma das referências para esse trabalho, está baseada em três escalas de análise da inserção urbana: metropolitana/regional, municipal e do empreendimento. De acordo com a referida autora na escala do empreendimento é analisado “o entorno imediato dos conjuntos estudados”. Entre os aspectos contemplados nesta análise destaca-se “o modo como sua implantação se articula com a malha urbana existente, a disponibilidade de equipamentos públicos, comércio e serviços em seu entorno, as condições de acessibilidade e mobilidade urbana, a oferta de empregos e a disponibilidade de áreas de lazer” (ROLNIK, 2014, p. 5).

função dos objetivos estabelecidos. Embora sejam importantes, pois a valorização do espaço afeta a vida das pessoas com menor poder aquisitivo, são outras questões que motivaram o desenvolvimento dessa pesquisa.

Ainda que a valorização do espaço no bairro Três Irmãs decorrente do surgimento dos empreendimentos do PMCMV não faça parte, diretamente, do escopo dessa pesquisa, gostaríamos de destacar que essa valorização não ocorre da mesma forma no bairro em análise. Enquanto que, por um lado, surgem empreendimentos destinados para a classe média (Portal Sudoeste), em outras porções do bairro existem moradias e estabelecimentos comerciais que apresentam condições precárias, como os que aparecem nas figuras 10 e 11 que estão localizados em frente ao conjunto habitacional Major Veneziano (visível no segundo plano da imagem).

Figura 10: Construções precárias localizadas no bairro Três Irmãs



Fonte: Trabalho de Campo – SAMPAIO, Tiago Marques. Outubro de 2017.

Figura 11: Construções precárias localizadas no bairro Três Irmãs



Fonte: Trabalho de Campo – SAMPAIO, Tiago Marques. Outubro de 2017.

Para compreendermos essa realidade podemos analisa-la à luz da teoria dos dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos formulada por Milton Santos tal como fez Botelho (2007) para compreender a produção habitacional da cidade de São Paulo. Visualizamos, assim, que essas construções fazem parte do chamado circuito inferior da economia no qual os indivíduos “só se beneficiam parcialmente ou não se beneficiam dos progressos técnicos recentes e das atividades a eles ligadas” (SANTOS, 2008, p. 38). Por essa razão, esses estabelecimentos são resultado da autoconstrução realizada pelos moradores, feitos utilizando materiais descartados ou de baixo custo e estão localizados em áreas de ocupação. Portanto, a valorização do espaço no bairro Três Irmãs, região periférica de Campina Grande, vem ocorrendo de maneira fragmentada, o que corrobora com a perspectiva de Volochko (2015).

Para a divulgação dos imóveis do Portal Sudoeste a empresa responsável fez a propaganda do empreendimento como “o primeiro bairro planejado de Campina”, frase amplamente utilizada na mídia como também nas redes sociais, como é possível observar na figura 12.

Figura 12: Imagem de divulgação do Portal Sudoeste



Fonte: Redes sociais da construtora Andrade Marinho LMF

Enquanto que o Portal Sudoeste foi desenvolvido pela construtora Andrade Marinho LMF, os condomínios do PMCMV são resultado da articulação entre o Estado e o mercado imobiliário. Essa articulação gera, segundo Volochko (2015. p. 101), uma

produção hegemônica e homogeneizante do espaço, que entra em relação com a produção heterogênea, fragmentada, descentralizada e pouco valorizada do espaço pela sociedade como um todo - as inúmeras apropriações sociais possíveis: ocupações, autoconstruções etc.

Por ser baseado em uma produção padronizada de moradias o PMCMV, assim como outras políticas habitacionais, não considera as diferenças que existem entre as famílias contempladas pelo programa, o que pode ser exemplificado com os conjuntos habitacionais construídos no bairro Três Irmãos. Ademais, percebemos que esses empreendimentos estão em um contexto no qual a urbanização encontra-se incompleta devido à falta de elementos essenciais para a efetivação do direito à moradia adequada, pois foram construídos sem a inclusão de praças, parques, áreas de lazer, espaços para estabelecimentos comerciais, etc., prevalecendo, dessa forma, a monofuncionalidade do uso do solo.

Isto posto, nos questionamos: até que ponto essas moradias, construídas de forma padronizada, atendem as necessidades habitacionais das famílias contempladas? Como os moradores estão (re)produzindo e se apropriando desse espaço? Quais são as principais formas de uso e ocupação do solo que estão surgindo nessa região? Nesse contexto marcado

pela “ausência do urbano”²¹ os moradores estão modificando esse espaço de acordo com suas necessidades e possibilidades. Muitos moradores já se apropriaram de diferentes formas do espaço das moradias como, por exemplo, através de reformas, construção de muros (alguns com cerca elétrica), construção de estabelecimentos comerciais, etc, como é possível perceber nas fotos a seguir:

Figuras 13a, 13b e 13c: Exemplos da construção de muros e estabelecimentos comerciais.



Fonte: Trabalho de Campo – SAMPAIO, Tiago Marques. Outubro de 2017.



Fonte: Trabalho de Campo – SAMPAIO, Tiago Marques. Outubro de 2017.

Partimos do pressuposto de que, embora essas habitações signifiquem a conquista da “casa própria” para muitos, elas não atendem as necessidades habitacionais de muitas famílias contempladas e que essas transformações são, em sua maioria, uma resposta à falta de elementos necessários para a efetivação do direito à moradia digna, e, conseqüentemente, o direito à cidade.

Conforme será discutido a seguir o PMCMV reproduz o mesmo padrão de exportar as pessoas das classes populares para as áreas periféricas da cidade prevalecendo, assim, os

²¹ Termo utilizado por Rodrigues (2007, p.74) ao apontar a contradição do papel do Estado na produção do espaço urbano: “num aparente paradoxo, a presença do Estado ao estabelecer as condições gerais da reprodução é entendida como ausência do urbano. Ficam ocultas, desse modo, causas de perpetuação da desigualdade socioespacial”.

interesses das construtoras, o que também ocorreu com as políticas brasileiras de habitação anteriores. Nesse sentido, antes de abordarmos as transformações espaciais decorrentes do PMCMV no espaço urbano campinense, realizaremos um breve resgate histórico sobre a evolução das políticas nacionais de habitação buscando compreender as origens desse processo.

2.2 As políticas nacionais de habitação: breve resgate histórico

A origem e a evolução das políticas brasileiras de habitação já foram amplamente discutidas por autores como Bonduki (2014; 2017), Royer (2009), Rolnik (2015), Arretche (1990), dentre outros. Por essa razão, nesse exercício de revisão bibliográfica será dada ênfase ao contexto recente das políticas habitacionais, focando no período que se sucedeu ao processo de redemocratização do Brasil até chegar nas circunstâncias que favoreceram a criação do PMCMV analisando, por fim, os desdobramentos e implicações desse programa.

A construção de moradias populares não é recente. Segundo Capel (2013, p. 291) “la preocupación por la vivienda para grupos populares había aparecido ya en el siglo XVII en algunos países europeos”. Por sua vez, muitas experiências relatadas pelo autor que remontam a essa época são filantrópicas. Isso se deve ao fato de que até o começo do século XX “el papel de la administración pública en la construcción fue muy reducido” (CAPEL, 2013, p. 294).

No caso específico do Brasil as primeiras estratégias no âmbito da habitação remontam a década de 1910, época em que muitas cidades brasileiras reproduziram o modelo “de los barrios populares de las ciudades industriales británicas”.²² É durante o Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-1945), no entanto, que “se dieron en Brasil los primeros pasos de la intervención estatal para resolver el problema de la vivienda”. Essa intervenção ocorria de maneira pontual, sendo realizada de forma massiva apenas nos anos posteriores (CAPEL, 2013, p. 322-323).

Após esse período as discussões teóricas apontam três experiências de construção de moradias a nível nacional que foram desenvolvidas pelo poder público: a Fundação Casa

²² É importante salientar que antes desse período, sobre a questão habitacional, a literatura destaca que, no último quartel do século XIX, em meio às condições insalubres de moradia dos trabalhadores na cidade de São Paulo, o poder público fez intervenções sanitárias de maneira autoritária em resposta aos surtos epidêmicos. Nesse sentido, “a ação estatal sobre a habitação popular se origina e permanece na Primeira República voltada quase que apenas para esse problema” (BONDUKI, 2017, p. 28).

Popular (1945-1964), o Banco Nacional de Habitação (1964-1986) e o Programa Minha Casa Minha Vida (2009-Atualmente).

Criado após a extinção da Fundação Casa Popular (FCP) ²³ o Banco Nacional de Habitação (BNH) constituiu na política habitacional adotada pelos sucessivos governos militares. Já nessa época a política habitacional funcionava enfocando a obtenção de lucro e assim favorecendo, conseqüentemente, a perpetuação das desigualdades sociais. Segundo Souza (2009):

Dos 4,5 milhões de moradias construídas com financiamentos do Sistema Financeiro de Habitação, entre 1964-86, apenas 1,5 milhão (33%) destinou-se à população de baixa renda, sempre em conjuntos habitacionais localizados nas periferias urbanas, onde a terra era barata por não haver acesso a infraestruturas de saneamento básico e transporte coletivo, nem equipamentos comunitários de educação, saúde, lazer e cultura, e não apresentar oferta de empregos (SOUZA, 2009, p. 122).

Nota-se assim que, além do número de moradias destinadas para a população com menor poder aquisitivo ser reduzido em comparação ao número total de unidades habitacionais produzidas, o que prevalecia na escolha da localização para construção dos empreendimentos era o preço da terra, o que resultava na segregação dos contemplados pelo programa. Sendo assim, já é possível perceber a produção habitacional sendo regulada e produzida segundo a lógica da mercadoria, que inclusive transforma a terra em mercadoria, sendo notória a presença dos interesses das construtoras no funcionamento do BNH. Segundo Damiani (1992, p. 38, apud. LIMA, 2010, p. 49) os números de unidades habitacionais desse programa são “ínfimos, para um déficit habitacional que, em 1985, era de 15 milhões de habitações no país; dado impreciso mas assustador”. Ou seja, a conjuntura atual na qual o PMCMV se insere, com a produção de casas populares baseada em interesses políticos e econômicos, tem sua origem no Brasil em décadas anteriores. Atualmente, no entanto, essa lógica é ainda mais forte, existindo uma maior participação do setor privado nessa produção.

No caso de Campina Grande a construção de conjuntos habitacionais por meio de políticas públicas que remontam à época de funcionamento do BNH se dá em um contexto de expansão da cidade e esses dois elementos (produção de moradias e crescimento urbano) estão conectados, formando o mesmo processo. De acordo com Maia (2014) é a partir da década de 1960 que o processo de urbanização da referida cidade acontece de maneira mais intensa, época em que “ocorre a expansão urbana promovida pela intervenção do Estado brasileiro (governo militar), com a produção de habitações por meio da construção massiva de

²³ Para entender os desdobramentos da FCP recomendamos consultar Bonduki (2017).

conjuntos habitacionais. Essas novas áreas residenciais não foram edificadas contíguas à malha urbana, produzindo, assim, grandes vazios urbanos” (MAIA, 2014, p. 100). Ainda durante a época do BNH ocorre nesta cidade a construção do primeiro grande empreendimento destinado às classes populares construído pelo governo estadual. Sobre isso Maia (op. cit., p. 100-01) afirma que:

Na cidade de Campina Grande, destaca-se a construção, em 1980, do Conjunto Habitacional Álvaro Gaudêncio (político local), posteriormente chamado de Malvinas pela população. Construído pela Companhia Estadual de Habitação Popular da Paraíba (CEHAP), equivalente à COHAB de outros estados, a exemplo de todos os outros conjuntos erguidos no período 1960-1980, foi instalado bastante distante do centro e da área efetivamente urbanizada, criando um longo vazio, ou uma grande mancha urbana descontínua, na porção oeste da malha urbana. O Conjunto Malvinas foi o primeiro grande empreendimento habitacional popular construído pelo estado em Campina Grande. Atualmente, corresponde a um bairro da cidade e é composto por habitações que foram sendo construídas no seu entorno, constituindo subdivisões: Dinamérica, Novo Cruzeiro, Conjunto Habitacional Mariz, Conjunto Habitacional Humberto Lucena, Cinza, Conjunto Habitacional Rocha Cavalcanti, Conjunto Habitacional Ana Amélia, Conjunto Habitacional Raimundo Asfora, Conjunto Habitacional Bárbara, Conjunto Habitacional Grande Campina e Conjunto Habitacional Alto das Malvinas, abrigando cerca de 80.000 habitantes.

Percebe-se assim, uma grande concentração de conjuntos habitacionais em uma mesma região, o que acaba resultando na monofuncionalidade do solo em meio a uma área de vazio urbano, o que ainda é reproduzido pelo PMCMV com frequência.

Posteriormente a esse período ocorre a extinção do BNH em 1986, em meio a um contexto de profundas mudanças no cenário nacional, tanto no plano político como na esfera econômica. O contexto político foi marcado pelo fim do período ditatorial, iniciando-se um processo de redemocratização consolidado com a criação da Constituição Federal de 1988. Logo após, a partir do início da década de 1990, ocorre a abertura da economia brasileira ao capital financeiro internacional. Inicia-se, então, um processo de desmonte do Estado nacional com a defesa de que o Estado de bem-estar social é ineficiente e, por essa razão, a satisfação das necessidades da sociedade deveria ser realizada através das relações de mercado.

Essas transformações no plano econômico repercutiram profundamente nas políticas públicas, que foram reduzidas ou passaram a funcionar ainda mais sob a lógica do capitalismo. Segundo Braga (2016, p. 81) “a hegemonia neoliberal consolidada no país desde os anos 1990 transformou a dinâmica das reivindicações por direitos universais em uma disputa por financiamentos de projetos sociais”. Isso pode ser visto claramente no âmbito das políticas habitacionais que, em meio ao declínio das políticas públicas, passaram a se basear em programas de financiamento de imóveis. Segundo Veiga:

Em 1990, o governo Collor criou um programa de moradia em caráter emergencial, o Plano de Ação Imediata para Habitação (PAIH), que se propôs financiar moradia para famílias de até 5 SMs. O governo Itamar Franco, em 1992, incentivou a criação de Fundos e Conselhos. O governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), a partir de 1995, implantou o Sistema Financeiro Imobiliário (SFI), com esquemas de capacitação de recursos que, na concessão de créditos, priorizavam o comprador, e não o agente promotor (VEIGA, 2009, p. 22).

É também nos anos 1990 que se difunde no país o “empreendedorismo urbano”, que consistia em uma “resposta neoliberal à crise econômico-política do modelo de Estado provedor”. Com isso “o argumento de eficiência dos empreendedores privados tornou-se uma das pedras de toque da economia política hegemônica do período e a linguagem dos direitos sociais e da cidadania foi progressivamente substituída pela linguagem da inclusão pelo consumo” (ROLNIK, 2015, p. 271).

Ainda no governo de FHC foram criados dois programas de habitação social, ambos em pequena escala: o Programa de Arrendamento Residencial (PAR) e o Programa Social de Habitação (PSH). No primeiro

o empreendedor privado era responsável por toda a operação, da compra do terreno até a construção, passando pela elaboração do projeto; cabia aos governos municipais apenas a seleção da demanda e, ao governo federal, o financiamento direto e subsidiado ao mutuário final através da Caixa Econômica Federal, herdeira do BNH (ROLNIK, 2015, p. 289).

Com o PSH, por sua vez, “o Estado leiloava subsídios por região e bancos de segunda linha podiam adquirir-los para, em parceria com os municípios, construir as casas” (ROLNIK, op. cit, p. 289).

Nos anos 2000, após o período de difusão e enraizamento do neoliberalismo no país, a questão habitacional se tornou mais discutida em escala nacional após a ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) ao governo federal, conforme aponta Amore (2015), depois de dezessete anos da extinção do BNH que foi sucedida por um período no qual “a política urbana e habitacional se pulverizou pelos estados e municípios” (AMORE, 2015, p. 11). Em Campina Grande, aliás, se constatou essa mesma tendência. De acordo com Lima (2010, p. 56) no período de 1997 a 2000 ocorreram nessa cidade algumas ações voltadas para a questão habitacional baseadas em quatro vetores de ação: construção de moradias, recuperação de moradias, construção de unidades sanitárias e aquisição de lotes urbanizados. Essas ações, ainda segundo o referido autor, foram realizadas com um investimento total de R\$ 13.061.463,59 (quadro 1) oriundos fontes diversas, o que inclui recursos do governo federal. Nos anos subsequentes, no entanto, constata-se um aumento dos investimentos no âmbito da

construção de moradias em relação a esse período: “as 640 moradias construídas [entre 1997 e 2000] foram distribuídas (...) entre dez áreas da cidade ao custo de R\$ 3.034.813,35, ou seja, sete vezes menos que no período 2004 – 2009, o que aponta a retomada dos investimentos estatais, para a construção de moradias, com a implementação do Ministério das Cidades” (LIMA, 2010, p. 56).

Quadro 1: Ações realizadas no município de Campina Grande entre os anos de 1997 e 2000 no âmbito da questão habitacional.

Serviço	Quantidade	Unidade	Valor do investimento (R\$)
Construção de moradias	640	Unidade	3.034.813,35
Recuperação de moradias	1.764	Unidade	2.622.253,34
Construção de unidades sanitárias	247	Unidade	702.269,91
Aquisição de lotes urbanizados	6.665	Ha	6.702.126,99
Total	-	-	13.061.463,59

Fonte: Prefeitura Municipal de Campina Grande, 2006. Retirado de Lima (2010, p. 55).

Com o início do governo Lula a discussão acerca da falta de moradia ganha mais centralidade, o que também ocorre com outras reivindicações sociais. Entre os exemplos mais expressivos desse fato que são destacados nas discussões teóricas, podemos citar a criação do Ministério das Cidades, em 2003, e a criação do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), em 2009. Segundo Cardoso (2011):

A política habitacional brasileira, após a extinção do Banco Nacional de Habitação (BNH), passou por longo período sem dispor de aparato institucional e de recursos consolidados que possibilitassem ações contínuas e integradas. A partir de 2003, foi observado um processo de construção da política nacional habitacional baseada nos princípios da participação popular, do planejamento e da integração das políticas urbanas. Durante este período foi criado o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social- SNHIS, que buscava criar fluxo de recursos para habitação e estruturar os mecanismos de gestão para a implantação de uma política habitacional sólida para o país. Contudo, em 2008, a crise econômica internacional influenciou nas decisões políticas e fez com que o governo instituisse o Programa Minha Casa Minha Vida, visando alavancar a economia através do setor da construção civil (CARDOSO, 2011, p. 1).

Sendo assim, é possível perceber que, durante o governo Lula, são retomados alguns elementos presentes na lógica do Estado provedor. Embora não chegue a romper completamente com os paradigmas do neoliberalismo muitos avanços sociais passaram a melhorar substancialmente a qualidade de vida das classes populares através das políticas públicas adotadas pelo governo federal. Segundo Rolnik (2015)

(...) sob o comando do PT, o Brasil realizou, na prática, a agenda do crescimento associado ao combate à pobreza, incluindo no mercado parcelas até então totalmente alijadas dele, mas também ampliando a capacidade de consumo via valorização dos salários e ampliação de crédito para as famílias (ROLNIK, 2015, p. 264).

Nesse sentido, a referida autora aponta algumas ações que foram utilizadas pelos governos do PT, em especial durante o segundo governo Lula e o primeiro governo Dilma, para favorecer a ampliação do consumo: expansão do Programa Bolsa Família, expansão continuada do valor real do salário mínimo e a concessão de incentivos para a produção e aquisição de bens duráveis. Essas medidas, segundo Rolnik,

(...) geraram o que ficou conhecido como “nova classe média” – o que, na realidade, representa o aumento do poder de consumo de trabalhadores e de pequenos empresários. O programa Minha Casa Minha Vida (...) representou a medida mais importante, nesse sentido, do primeiro mandato de Dilma Rousseff (ROLNIK, 2015, p. 299).

Ou seja, o PMCMV foi a principal ação adotada por Dilma Rousseff em seu primeiro governo (2011-2014) para aumentar o poder de consumo da população. Lançado em 25 de março de 2009 pelo governo federal “o programa deveria se tornar na mais importante ação no campo econômico-social, articulando a oferta de moradia, demanda histórica e ativo eleitoral tradicionalmente forte, com uma estratégia keynesiana de crescimento econômico e geração de empregos” (ROLNIK, 2015, p. 301).

Embora o PMCMV tenha surgido como uma resposta do Estado a crise financeira de 2008, é importante salientar que ao longo da sua sistematização outros interesses e reivindicações foram incorporados ao programa. Além do setor privado o governo federal atendeu algumas reivindicações dos movimentos sociais (criando as modalidades Minha Casa Minha Vida – Entidades e o PNHR –Programa Nacional de Habitação Rural) como também cedeu às pressões dos deputados de cidades com menos de 50 mil habitantes, que inicialmente não iriam ser contempladas com o PMCMV, criando a modalidade Minha Casa Minha Vida - Sub 50 (ROLNIK, 2015, p. 302-303). No processo de estruturação do programa o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva adotou “uma estratégia de coordenação de interesses ousada, colocando na mesa de negociação movimentos de moradia e setor produtivo, coalizões com interesses historicamente opostos” (KLINTOWITZ, 2016, p. 166).

Nota-se, assim, a tentativa de conciliar interesses de classes intrinsecamente diferentes, o que constituiu em uma das marcas do governo Lula. Essa característica, aliás, é hoje discutida por autores como Braga (2016), que examinam até que ponto a estratégia de conciliação de classes realizada nos anos 2000 pelo lulismo favoreceu a formação da atual

conjuntura política brasileira marcada pelo desmonte dos direitos sociais historicamente conquistados. Braga (2016, p. 82) mostra que essa estratégia enfraqueceu a capacidade de articulação da sociedade na luta reivindicativa por direitos afirmando que:

(...) o lulismo e sua ênfase na desmobilização política enfraqueceram os processos reivindicativos apoiados na conquista e na efetivação de direitos universais, isto é, a dinâmica dos direitos da cidadania, ao investir na produção de um consenso passivo baseado no empreendedorismo dos pobres apoiado por políticas públicas. No entanto, essa forma hegemônica não é capaz de mitigar as duras condições de vida do precariado das periferias das grandes cidades. Devido ao acúmulo das contradições enlaçando a violência, o trabalho, a prisão, a moradia e o transporte, contradições essas procedentes da reprodução do regime de acumulação, não da (in)eficiência do modo de regulação, a pacificação social simplesmente não poderia perdurar por muito tempo (BRAGA, 2016, p. 82).

Ou seja, essa estratégia não rompe com as relações que estão no centro do modo capitalista de produção, na verdade ela as reproduz. O problema, na nossa perspectiva, não reside nas políticas públicas desenvolvidas nesse governo, mas na passividade da sociedade em meio aos benefícios conquistados apontada acima por Braga. Como consequência dessa estratégia setores conservadores da política se fortaleceram. São essas forças reacionárias, aliás, que se articularam buscando agravar os efeitos da crise política e econômica no país a partir do segundo mandato da então presidenta Dilma Rousseff, processo esse que culmina no seu impeachment. Em meio a essa crise as políticas públicas consolidadas nos sucessivos governos petistas foram desmontadas, incluindo o PMCMV. Voltaremos a essa questão a seguir. Aqui cabe acrescentar que, de acordo com Rolnik (op. cit), as três modalidades citadas do programa (Entidades, Rural e MCMV Sub-50) “representam menos de 10% do total de unidades e recursos previstos em seu lançamento, o que torna o MCMV-Empresas o núcleo duro dessa política” (ROLNIK, 2015, p. 303).

Esta modalidade, por sua vez, “apresenta condições específicas para diferentes faixas de renda, com valores distintos no que diz respeito aos subsídios, aos mecanismos financeiros e comerciais, bem como o limite de valor das unidades” (ROLNIK, op. cit., p. 303). Atualmente, segundo os dados disponíveis no site da Caixa Econômica Federal, verificadas em março de 2019, o programa possui três faixas de renda direcionadas para as famílias contempladas: faixa 1 (para famílias com renda de até R\$ 1.800,00), faixa 2 (renda de até R\$ 4.000,00) e faixa 3 (renda de até R\$ 7.000,00). Além desses segmentos, existe a faixa 1,5 que fornece subsídios de até R\$ 45.000,00 para famílias com renda mensal de até R\$ 2.600,00 adquirirem um imóvel. Esses valores, por sua vez, são referentes a fase 3 do programa. Na primeira fase do programa a faixa 1 era destinada para famílias com renda mensal de até R\$

1.395,00 enquanto que na fase 2 o limite era R\$ 1.600,00. Ademais, no lançamento da terceira fase do programa a faixa 1,5 foi adicionada tendo como meta a contratação de 500 mil unidades habitacionais (BRASIL, 2016) como pode ser observado no quadro 2.

Quadro 2: Comparação entre as fases do PMCMV

Faixas de renda	Renda em R\$			
	PMCMV1	PMCMV2	PMCMV3a	PMCMV3b
1	Até 1.395	Até 1.600,00	Até 1800	Até 1800
1,5			1.800 a 2.350	1.800 a 2.600
2	1.395 a 2.790	1.600 a 3.100	2.350 a 3.600	2.600 a 4000
3	2.790 a 4.650	3.100 a 5.000	3.600 a 6.500	4.000 a 9.000
Faixas de renda	Unidades habitacionais (em milhares)			
	PMCMV1	PMCMV2	PMCMV3a	PMCMV3b*
1	400	1.200	500	170
1,5			500	40
2	400	600	800	400
3	200	200	200	
Faixas de renda	Valor dos imóveis (em milhares de R\$)			
	PMCMV1	PMCMV2	PMCMV3a	PMCMV3b
1	Até 52	Até 65	Até 98	Até 98
1,5			Até 135	Até 135
2	Até 130	Até 170	Até 225	Até 240
3	Até 130	Até 170	Até 225	Até 240

Fonte: Retirado de Bernardo (2018, p. 171).

*Somente para o ano de 2017.

O conjunto Acácio Figueiredo, que constitui no objeto de estudo de nossa pesquisa, pertence a faixa 1 do programa. Conforme afirma Rolnik (2015) a faixa 1 “oferece um produto quase totalmente subsidiado, construído por empresas privadas, mas distribuído pelos governos locais”. Nessa faixa, os contemplados “são obrigados a pagar uma taxa mensal (...) para a Caixa, responsável por comprar as unidades da empresa encarregada da construção”. O valor dessa taxa “foi posteriormente prefixado em cinquenta reais mensais” (ROLNIK, 2015, p. 303). Conforme destaca Braga (2016, p. 82), em relação às moradias produzidas para os moradores de baixa renda, “o governo assume todos os riscos do pagamento por meio do subsídio às construções”. No caso específico da faixa 1 as habitações estão “fora do crédito hipotecário”. Por essas razões, esta faixa do programa é um dos principais pontos que

diferenciam o PMCMV das medidas adotadas nos anos 1990 para a questão habitacional: a faixa 1 faz com que esta política pública não se resuma a um mecanismo de financiamento de imóveis.

Até o final de 2016 o governo federal já havia contratado mais de 4,6 milhões de imóveis (número superior ao que foi produzido pelo BNH em mais de duas décadas) e entregou mais de 3 milhões, como pode ser observado nas tabelas 1 e 2.

Tabela 1: Unidades contratadas pelo PMCMV até 31/12/2016

ANO	FAIXA 1	FAIXA 2	FAIXA 3	TOTAL
2009	143.894	98.593	43.818	286.305
2010	338.847	277.174	102.805	718.826
2011	104.310	296.707	77.935	478.952
2012	384.821	307.018	97.711	789.550
2013	537.185	281.744	93.961	912.890
2014	200.289	331.002	37.447	568.738
2015	16.890	349.486	40.557	406.933
2016	35.008	277.193	68.204	380.405
Total	1.761.244 (38,8%)	2.218.917 (48,8%)	562.438 (12,4%)	4.542.599 (100%)

Fonte: BRASIL (2017).

Org: Do autor.

Tabela 2: Unidades entregues pelo PMCMV até 31/12/2016

ANO	FAIXA 1	FAIXA 2	FAIXA 3	TOTAL
2009	67	66.367	10.499	76.933
2010	9.340	233.736	35.851	278.927
2011	113.060	177.108	16.856	307.024
2012	174.572	200.530	24.939	400.041
2013	162.920	272.021	46.703	481.644
2014	217.076	314.712	45.692	577.480
2015	202.330	163.880	24.579	390.789
2016	258.182	392.573	85.079	735.834
Total	1.137.547 (35,0%)	1.820.927 (56,1%)	290.198 (8,9%)	3.248.672 (100%)

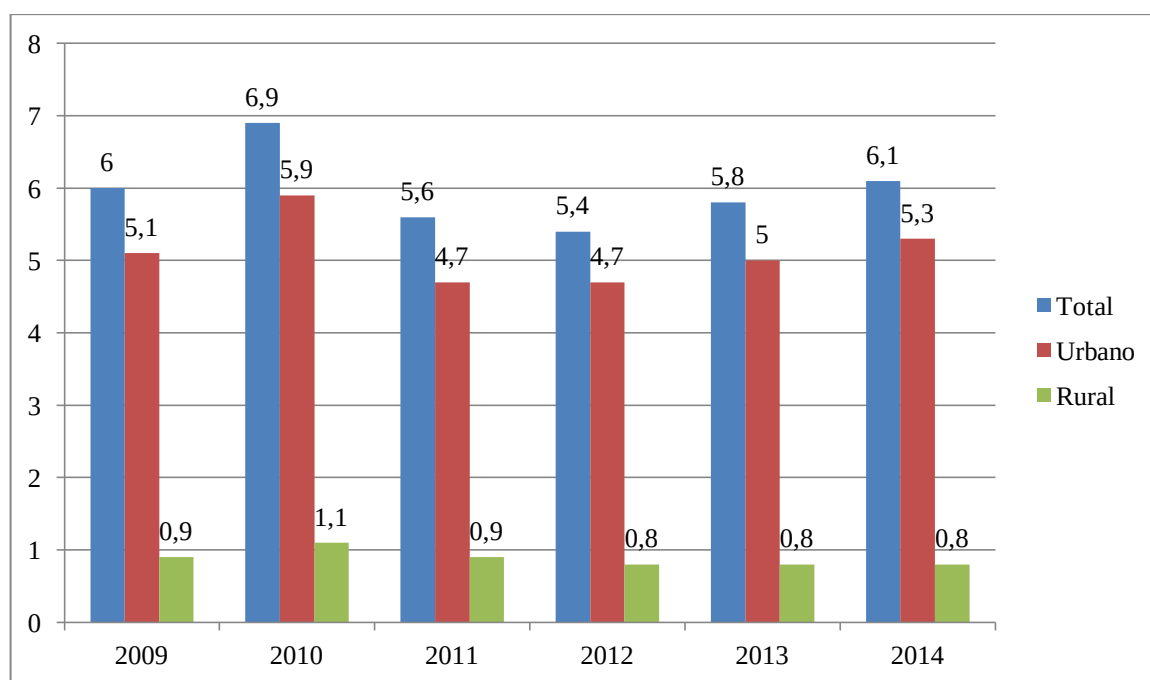
Fonte: BRASIL (2017).

Org: Do autor.

Segundo Bonduki (2009, p. 14), “a distribuição das unidades por faixa de renda adotadas no programa não obedece ao perfil do déficit habitacional”. Este autor, analisando a primeira fase do programa, lançada em 2009 buscando construir 1 milhão de casas, afirma que com “a faixa prioritária (até R\$ 1.395) [faixa 1], que, de acordo com as diretrizes da PNH, deveria ser o foco do subsídio, com 400 mil unidades, apenas 6% do déficit deverá ser atendido”. Por essa razão “as regras para a distribuição dos subsídios precisam ser alteradas, pois estão injustas do ponto de vista social” (BONDUKI, 2009, p. 14). Isto posto, ao analisarmos as tabelas 1 e 2, é possível perceber que houve um salto quantitativo em relação ao cenário analisado por Bonduki, embora a quantidade produzida tenha sido insuficiente para resolver o problema do déficit habitacional. Todavia, essa crítica permanece pertinente se analisarmos os números a partir de 2015, quando ocorre uma redução drástica do número de imóveis contratados para a faixa 1.

Em relação à evolução do déficit habitacional após a criação do programa, é constatada uma redução nos anos de 2011 e 2012, porém, após esse período, ocorre um aumento do déficit zona urbana, permanecendo estável no espaço rural, como pode ser observado no gráfico 1.

Gráfico 1: Déficit habitacional no Brasil (milhões de moradias)



Fonte: BRASIL (2017).

Org: Do autor.

Conforme já foi discutido, através do PMCMV parte do déficit habitacional é “amarrada pelo Estado à acumulação capitalista, que fica assim cada vez mais encarregada da

produção da urbanização” (VOLOCHKO, 2015, p. 113). Por conseguinte o déficit de moradias é transformado em nicho de mercado (SHIMBO, 2010) e a política habitacional passa a funcionar como uma política imobiliária (ROYER, 2009). Por essas razões os interesses que comandam a política habitacional tem como finalidade o lucro e não a efetivação do direito à moradia, o que ajuda a explicar o aumento do déficit habitacional após o ano de 2012, como pode ser observado no gráfico.

Ademais, a partir dos gráficos é possível perceber também que, mesmo registrando uma redução do déficit em dois anos consecutivos após a execução do programa (2011 e 2012) essa diminuição ainda é bastante pequena comparada aos números do déficit total. Soma-se a isso o fato de que essa diminuição se refere a quantidade total no país, o que pode mascarar o agravamento das desigualdades sociais nas escalas local ou regional. Conforme aponta Braga (2016, p. 83-84)

(...) a segregação espacial revela aspectos centrais do esgotamento do modelo de desenvolvimento brasileiro que, mesmo no auge, isto é, durante o segundo governo de Lula da Silva, já apresentava limites muito objetivos no tocante à mobilidade social do proletariado precarizado. De fato, segundo a Fundação João Pinheiro (...) entre 2007 e 2012 o número de pessoas que sofrem com gasto excessivo com aluguel subiu 35,3%, chegando a 2,66 milhões de famílias. Entre 2011 e 2012, o déficit habitacional nas metrópoles brasileiras subiu 10%, alavancado pelo aumento dos alugueis.

De acordo com o último levantamento divulgado pela FJP, cujos dados são referentes ao ano de 2015, estima-se que o déficit habitacional do Brasil seja de 6.355.743 de domicílios (FJP, 2018, p. 33) dos quais 5.572.700 estão na zona urbana, o que corresponde a 87,7% do total, e 783.043 na zona rural. Portanto, este índice permanece aumentando nas cidades, sendo inclusive maior que o índice de 2009, mesmo após o programa ter entregado mais de 3,2 milhões de moradias. O mesmo relatório constata ainda em todo país 942.631 habitações precárias, 1.902.490 casos de coabitação familiar, 3.177.772 casos de ônus excessivo com aluguel e 332.850 moradias foram classificadas como adensamento excessivo de domicílios alugados (FJP, 2018).

Como bem coloca Amore e Leitão (2018, p. 229) “a produção de unidades novas como modelo único [adotada pelo PMCMV] exclui as possibilidades de intervenção direta sobre uma série de precariedades habitacionais, que não implicariam em remoção e

reassentamento”. A produção de moradias novas é, na verdade, uma das “soluções do mercado”²⁴ para “resolver” a questão habitacional e gerar crescimento econômico.

Por priorizar as estratégias do setor privado em detrimento das reivindicações dos movimentos sociais e das contribuições de especialistas do âmbito do desenvolvimento urbano o Estado, através do PMCMV, favorece a produção capitalista do espaço desperdiçando a oportunidade de promover um “desenvolvimento urbano autêntico” tal como defende Souza (2003). Ao longo do governo Lula as pautas dos movimentos sociais, que no início ganharam mais centralidade, passaram a ficar em segundo plano em meio às alianças que o governo federal fez buscando mais governabilidade. Sobre isso Maricato (2018) afirma que

O MCidades foi um dos que foram sacrificados em nome da ampliação do apoio ao governo no Congresso Nacional. Não permaneceu, portanto, com as forças progressistas, em que pese a manutenção de uma parte da equipe original que permaneceu no ministério ou na vice-presidência de governo da Caixa. A Casa Civil concentrou o desenho da grande política (Programa de Aceleração do Crescimento, Programa Minha Casa Minha Vida) diminuindo o poder do MCidades. Perdeu-se a possibilidade da mudança que deveria instituir um novo paradigma sobre o universo urbano na sociedade brasileira. Perdeu-se a possibilidade de uma proposta original (sinônimo de peculiar, singular, diferente, incomum, extraordinária), que dialogasse com a experiência vivida pela grande maioria dos moradores das cidades (MARICATO, 2018, p. 52).

A padronização de moradias devido à utilização do mesmo padrão arquitetônico em exaustão, a formação de “bolsões de moradia” com a construção de empreendimentos de grande porte e a segregação causada pela localização dos conjuntos habitacionais e pela adoção do modelo de condomínio fechado são alguns dos efeitos do PMCMV decorrentes das estratégias do setor privado que são amplamente discutidos pela literatura e que serão analisados a seguir.

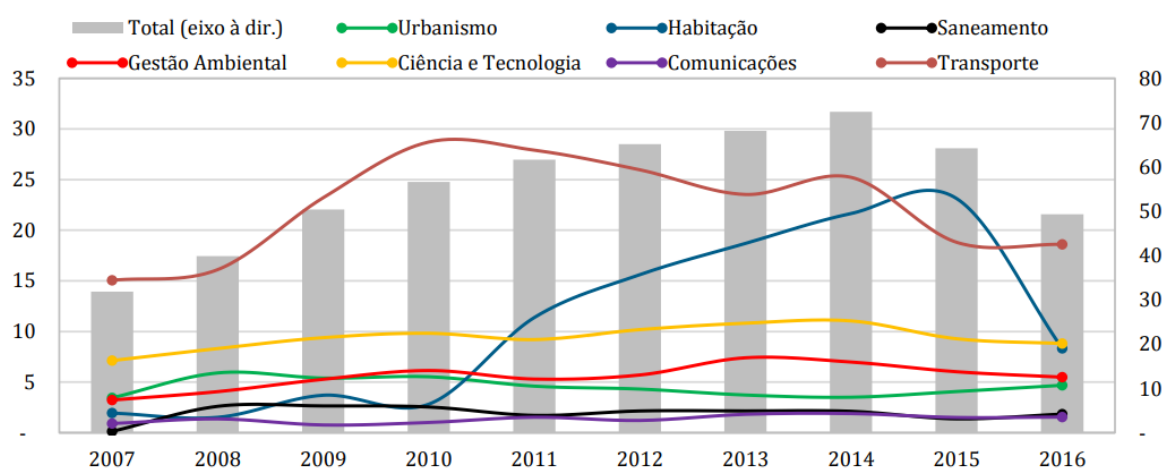
No entanto, é importante salientar que, apesar dos “efeitos colaterais” o referido programa, embora não tenha produzido uma quantidade de casas que resolva o problema do déficit habitacional, favoreceu o aumento dos investimentos em moradia para as classes populares. Comparando a quantidade de moradias produzidas pelo BNH e pelo PMCMV Amore e Leitão (2018, p. 227) afirmam que “o PMCMV não só produziu mais e de maneira mais célere, mas, diferentemente do que ocorreu na política habitacional do regime militar,

²⁴ Segundo Shimbo (2010, p. 340) o PMCMV foi lançado em 2009 contendo as “soluções” dadas pelo mercado para “eliminar o problema do déficit habitacional”. Entre elas a referida autora cita as seguintes: “i) aprimoramento dos fundos de financiamento; ii) desburocratização das transações no setor (nas aprovação de projetos, na concessão de crédito etc.); e iii) facilitação dos financiamentos, com redução dos juros e subsídios moderados às famílias de baixa renda”.

incluiu as famílias de menor renda como beneficiárias”. Segundo Bonduki (2009, p. 14) “a elevação do patamar de subsídios que se obteve com o programa [MCMV] é um avanço importantíssimo, que precisa ser perenizado, assim como os incentivos fiscais, o Fundo Garantidor e outros mecanismos capazes de dar maior agilidade ao atendimento habitacional”.

Como é possível observar no gráfico 2, considerando o período de 2007 a 2016, os gastos da União com habitação aumentaram vertiginosamente após a criação do PMCMV, sobretudo a partir de 2010, chegando a ultrapassar os gastos com transporte em 2015 e se tornando, com isso, na principal área de investimento no âmbito da infraestrutura.

Gráfico 2: Evolução dos gastos com infraestrutura (R\$ bilhões, preços de ago/17)



Fonte: Instituição Fiscal Independente (IFI). Relatório de Acompanhamento Fiscal. Outubro de 2017.

Somente para a fase 1 do programa foram destinados R\$ 34 bilhões de reais, “um montante inédito na história das políticas habitacionais brasileiras” (SANTOS, 2015b, p. 277). A forma como esses recursos foram distribuídos pode ser observado na tabela 3:

Tabela 3: Fontes e emprego dos recursos do PMCMV (fase 1)

Atendimento	OGU	FGTS	R\$ bilhões
Subsídio à moradia, renda até R\$ 1.395,00	16,00	0,00	16,00
Subsídio e financiamento à moradia, renda até R\$ 2.790,00	2,50	7,50	10,00
Financiamento à Infraestrutura	5,00	0,00	5,00
Fundo Garantidor de Habitação – FGHAB	2,00	0,00	2,00
Financiamento à Cadeia Produtiva		1,00	1,00
Total	25,50	8,50	34,00

Fonte: Retirado de Bernardo (2018, p. 162).

Até o ano de 2015, segundo dados divulgados pela então presidente Dilma Rousseff, através do PMCMV já haviam sido investidos R\$ 270 bilhões na economia brasileira (BRASIL, 2015b).

Entretanto, como também é possível observar no gráfico 2, os gastos da União com habitação caem drasticamente depois de 2015, época em que se agrava a crise política e econômica que se enfrentava no país. Se antes os gastos com habitação chegaram a se tornar prioritários no âmbito da infraestrutura, após essa redução eles passaram a ficar no mesmo patamar dos investimentos em ciência e tecnologia, que, aliás, são historicamente bem reduzidos e aquém do necessário para o desenvolvimento do país. Sobre essa redução um relatório elaborado pela Instituição Fiscal Independente (IFI), aponta que

As despesas do programa [MCMV] chegaram a alcançar R\$ 23,0 bilhões em 2015, mas tiveram recuo expressivo em 2016, quando somaram R\$ 8,2 bilhões (queda de 64% em relação ao ano anterior). (...) em 2017, a execução do MCMV, até agosto, não chega a R\$ 2,0 bilhões. Trata-se de um indício de que a redução observada em 2016 deve se manter pelo menos até este ano (IFI, 2017, p. 4).

Reeleita em 2014 em meio a uma eleição acirrada a então presidente Dilma Rousseff ganha a disputa tendo como uma das principais propostas o lançamento da terceira fase do PMCMV, que tinha como meta a contratação de 3 milhões de moradias. Conforme aponta Cardoso e Jaenisch (2017, p. 11) o PMCMV3 é lançado no início de 2016 por Dilma Rousseff, “já com o processo de impeachment tramitando junto à Câmara”, sendo suspenso quando Michel Temer assumiu o poder. Não podemos avaliar se, caso o segundo mandato de Dilma Rousseff tivesse sido concluído, a meta prometida na campanha eleitoral teria sido alcançada até o final de 2018. O fato é que, se por um lado se constata uma redução dos investimentos em habitação depois de 2015, após o impeachment da então presidente essa redução se tornou ainda mais aguda, como pode ser observado no relatório do IFI.

Conforme destaca Rolnik (2016) logo após o impeachment as medidas adotadas pelo então presidente Michel Temer já indicavam os rumos que o programa iria tomar: incentivos as faixas destinadas às pessoas com melhor poder aquisitivo em detrimento da faixa 1 do programa. Com isso, “sem Faixa 1 e sem MCMV Entidades, as mudanças decretadas pelo governo Temer significam, na prática, que a política habitacional vai continuar sendo o que foi desde o período do BNH: sem alternativas de programas para aqueles que mais precisam”

(ROLNIK, 2016).²⁵ Em meio as primeiras medidas do governo Temer, Cardoso e Jaenisch (2017, p. 17) avaliaram que o então novo governo apostou

em amplas e radicais reformas econômicas, claramente voltadas para o benefício do capital financeiro e do setor rentista. O PMCMV parece estar definitivamente abandonado e as propostas do novo Ministério das Cidades, até o momento em que este texto estava sendo escrito, voltam-se para programas de baixo impacto e com alto potencial clientelista (e também potencializadores da informalidade), como o cheque construção.

Analisando o número de contratações de unidades habitacionais da faixa 1 do programa no período de 2009 a março de 2018 Amore e Leitão (2018, p. 232) apontam que houve um crescimento no período de 2009 a 2013, com leve queda em 2011. No entanto, a partir de 2014 ocorre “o mergulho das contratações (...), chegando a zero no ano de 2016, em que o impedimento da presidenta Dilma ocorreu”. Em 2017 acontece uma retomada das contratações, embora em menor número comparado ao que era registrado até 2014, como é possível observar na tabela 4.

Tabela 4: Quantidades de unidades habitacionais contratadas (em milhões de reais) por ano (2009-mar.2018) na modalidade FAR-Empresas, faixa 1 do PMCMV

Ano	Contratos	UHs*	\$(milhões)
2009	451	143.484	6.008,28
2010	857	260.644	10.946,81
2011	194	82.341	4.456,14
2012	715	291.165	16.627,43
2013	772	383.534	24.555,93
2014	237	112.018	7.140,72
2015	2	452	27,12
2016	0	-	-
2017	84	18.464	1.457,67
até mar.2018	129	19.267	1.509,50
Total (mar/2018)		1.311.396	72.730
Percentual do total da Faixa 1		72,60%	83,69%

*Unidades Habitacionais.

Fonte: Ministério das Cidades. Retirado de Amore e Leitão (2018, p. 232).

²⁵ Além disso, outras medidas foram adotadas durante o governo Temer no âmbito do desenvolvimento urbano que afetam a vida das classes populares. Sobre isso consultar a nota “5 medidas que podem piorar a vida nas cidades” do grupo Mobiliza IPPUR. Disponível em: <http://observatoriodasmegacidades.net.br/wp/5-medidas-do-governo-temer-que-podem-piorar-vida-nas-cidades/> (Acesso em 29/03/2019).

Na tabela 4 os dados são referentes à modalidade Empresas da faixa 1, ou seja, não estão incluídos os outros segmentos dessa faixa (FAR-Urbanização, Entidades, Rural, etc.). Estes também sofreram redução dos investimentos no contexto recente, mas optamos por enfatizar a modalidade Empresas Faixa 1, pois é nesta modalidade que o empreendimento em análise nessa pesquisa faz parte.²⁶

A redução do número de contratações de unidades habitacionais expressa na tabela 4 é reflexo do que vem se constatando no cenário nacional nos últimos anos: uma crescente diminuição do papel do Estado na provisão de políticas públicas, o que também inclui a política nacional de habitação, com a defesa da austeridade fiscal, ou seja, a redução de investimentos públicos, o que na prática atinge principalmente àqueles destinados às classes populares. Concordamos com o posicionamento de Rossi et. al (2018a, p. 7) ao afirmarem que “cada vez mais, adotam-se medidas que limitam a ação do Estado e promovem cada vez mais uma economia para poucos, justamente para aqueles que hoje se encontram no topo da pirâmide.”. Segundo os referidos autores as medidas baseadas na austeridade

assumiram protagonismo a partir de 2015 como um plano de ajuste de curto prazo da economia brasileira, **porém, em 2016, os princípios da austeridade passam a nortear o setor público de forma estrutural com a Emenda Constitucional 95 (EC 95) que impõe uma redução do tamanho relativo do Estado para próximos vinte anos. Assim, o Brasil entra no que poderíamos chamar da “Era da austeridade”** (ROSSI et. al, 2018a, p. 7-8) (Destaque nosso).

Amore e Leitão (2018) discutem os efeitos dessa austeridade nas políticas destinadas à questão habitacional. Segundo estes autores a medida de congelar os investimentos sociais causada pela EC 95

é, também para as políticas urbanas, suicida e criminosa. Em um setor crítico como o habitacional, o cumprimento do sexto artigo constitucional que garante a moradia como direito social ensejaria uma postura estatal de permanente aumento dos investimentos para atendimentos de necessidades habitacionais diversas históricas e futuras (sejam elas de provisão, urbanização, melhoria, reforma, locação). (AMORE e LEITÃO, 2018, p. 216).

A austeridade fiscal é, portanto, perversa, pois corrói “investimentos em setores em que a população brasileira em geral, e sobretudo a de mais baixa renda, depende da ação estatal”. No âmbito da questão habitacional, e de modo mais amplo em outros setores infraestruturais, o congelamento de gastos favorece a perpetuação das desigualdades sociais: “são nefastos os efeitos de cortes de despesas no atendimento de necessidades básicas para a reprodução da vida material e social. Sobretudo em um país pobre, precário e desigual,

²⁶ Para uma melhor compreensão sobre as quantidades de unidades habitacionais contratadas pelas outras modalidades do programa recomendamos consultar Amore e Leitão (2018).

distribuir infraestrutura tem impactos importantes na distribuição de renda, de maneira indireta” (AMORE e LEITÃO, 2018, p. 218).

O documento “*Austeridade e Retrocesso - finanças públicas e política fiscal no Brasil*”, elaborado pela Fundação Friedrich Ebert Stiftung (FES), no seu terceiro capítulo intitulado “*Gasto público e o perigoso caminho da austeridade*” faz um resgate histórico do gasto público no Brasil no período de 16 anos (2000-2016) e desconstrói o diagnóstico convencional de que a crise econômica que o país enfrenta na atualidade ocorreu, pois “os governos do PT expandiram demais os gastos públicos, principalmente depois da crise internacional (...)” (FES, 2016, p. 39), diagnóstico esse que, além de não condizer com a realidade, é amplamente repetido por alguns setores da sociedade. Entre os diversos motivos que contribuíram para a desaceleração do crescimento econômico no país o referido relatório aponta a alteração no padrão de expansão fiscal no início da década de 2010, que passou a enfatizar os investimentos no setor privado:

Enquanto no quadriênio 2007-2010 o espaço fiscal foi canalizado prioritariamente para investimentos públicos, que cresceram a taxas reais de 24% ao ano, no quadriênio 2011-2014 a taxa de investimento parou de crescer e, em compensação, **o governo elevou significativamente os subsídios ao setor privado, como os do Minha Casa Minha Vida e os do BNDES, os subsídios à tarifa de energia elétrica, além das desonerações tributárias** (R\$ 25 bilhões anuais apenas com a desoneração da folha) (...) Diante da dificuldade de continuar expandindo os investimentos públicos, o governo acreditou que promoveria o crescimento econômico via incentivos aos investimentos privados – a chamada agenda FIESP, a real matriz macroeconômica que vigorou com apoio do empresariado até começar a fazer água (FES, 2016, p. 44). (Destaque nosso)

Segundo Milios (2015, apud. Rossi et. al, 2018b, p. 27) a austeridade fiscal “nada mais é do que a imposição dos interesses de classe dos capitalistas. Trata-se de uma política de classe ou uma resposta dos governos às demandas do mercado e das elites econômicas à custa de direitos sociais da população e dos acordos democráticos”. Nesse sentido, a classe capitalista se beneficia a partir de três elementos:

- (i) ao gerar recessão e desemprego, reduzem-se pressões salariais e aumenta-se lucratividade (...).
- (ii) O corte de gastos e a redução das obrigações sociais abre espaço para futuros cortes de impostos das empresas e das elites econômicas, e
- (iii) a redução da quantidade e da qualidade dos serviços públicos aumenta a demanda de parte da população por serviços privados em setores como educação e saúde, o que aumenta os espaços de acumulação de lucro privado (ROSSI et. al, 2018b, p. 27).

A austeridade fiscal, portanto, favorece ainda mais o processo já em curso de abandono da política urbana, com sua entrega “nas mãos dos interesses imobiliários e

financeiros privados” (VOLOCHKO, 2018, p. 112), processo esse discutido no início deste capítulo.

Chegando as eleições presidenciais de 2018, a questão urbana e habitacional não ganha muita centralidade, tornando-se pouco discutida. Conforme aponta Rolnik (2018)

O tema não é sequer mencionado nos programas de Jair Bolsonaro (PSL), João Amoêdo (Novo), Henrique Meirelles (MDB) e Cabo Daciolo (Patriota); e as diretrizes apresentadas por José Maria Eymael (DC) incluem um genérico “promover esforços para assegurar a todas as famílias a moradia digna, mediante políticas públicas específicas” (ROLNIK, 2018).

As expectativas em relação ao presidente eleito, Jair Bolsonaro, não são de que ocorra uma contraposição à lógica estabelecida no governo Temer. Em relação aos problemas urbanos, por exemplo, “o programa de governo de Jair Bolsonaro para os próximos anos explicita diretrizes antagônicas à ideia de ‘direito à cidade’” (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2019a). Expressão disso pode ser exemplificada com o fato de que nada foi realizado para revogar a Medida Provisória 868/2018 editada no fim de 2018 pelo então presidente Michel Temer “para facilitar a privatização dos serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos” (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2019b). Outro exemplo é a extinção do Ministério das Cidades, importante canal de diálogo dos movimentos sociais urbanos com o governo federal, sem que nenhum outro organismo o tenha substituído.

Em um país tão desigual como o Brasil é necessário que exista uma política habitacional que promova “uma ação pública cada vez mais presente, recuperando a capacidade do estado em planejar, agir, e investir em planos, projetos e obras por todo o território nacional – uma perspectiva muito diversa do cenário de austeridade que se anuncia” (AMORE e LEITÃO, 2018, p. 238).

No próximo subitem, assim como no capítulo seguinte, buscaremos analisar a questão habitacional em Campina Grande, mostrando os principais efeitos do PMCMV na referida cidade. De forma mais específica será abordada essa questão no bairro Três Irmãs, onde se localiza o conjunto habitacional Acácio Figueiredo.

2.3 O PMCMV em Campina Grande: principais efeitos

Em Campina Grande foram construídos 20 empreendimentos através do PMCMV como pode ser observado na tabela 5.

Tabela 5: Empreendimentos do PMCMV construídos em Campina Grande.

Faixa	UHs	Empreendimento	Bairro	Construtora responsável
1	3012	ALUÍZIO CAMPOS	LIGEIRO	CONST. ROCHA
1	1088	ALUÍZIO CAMPOS	LIGEIRO	CONST. ROCHA
1	1948	LOT. ACÁCIO FIGUEIREDO E R. SUASSUNA	TRÊS IRMÃS	CONST. ROCHA*
1	496	RES. MAJ.VENEZIANO I	TRÊS IRMÃS	BORGES E SANTOS
1	496	RES. MAJ.VENEZIANO II	TRÊS IRMÃS	BORGES E SANTOS
1	496	RES. MAJ.VENEZIANO III	TRÊS IRMÃS	BORGES E SANTOS
1	496	RES. MAJ.VENEZIANO IV	TRÊS IRMÃS	BORGES E SANTOS
1	288	VILA NOVA DA RAINHA I	BODOCONGÓ	CIPRESA
1	288	VILA NOVA DA RAINHA II	BODOCONGÓ	CIPRESA
2	270	RES. DONA LINDU I	BODOCONGÓ	CIPRESA
2	270	RES. DONA LINDU II	BODOCONGÓ	CIPRESA
2	288	RES. DONA LINDU III	BODOCONGÓ	CIPRESA
2	234	RES. DONA LINDU IV	BODOCONGÓ	CIPRESA
2	252	BOTANICO RES. PARK I	BODOCONGÓ	CIPRESA
2	310	BOTANICO RES. PARK II	VILA CABRAL	CIPRESA
2	404	ALTO DA SERRA	CUITES	UNID. ENGENHARIA
3	224	RESIDENCIAL CIPRESA	J. PAULISTANO	CIPRESA
3	264	RES. DALLAS PARK – I	QUARENTA	MRV ENG. S.A.
3	304	RES. DALLAS PARK – II	QUARENTA	MRV ENG. S.A.
3	296	RES. DALLAS PARK - III	QUARENTA	MRV ENG. S.A.

Fonte: Ministério das Cidades. Retirado de Santos (2016, p. 46).

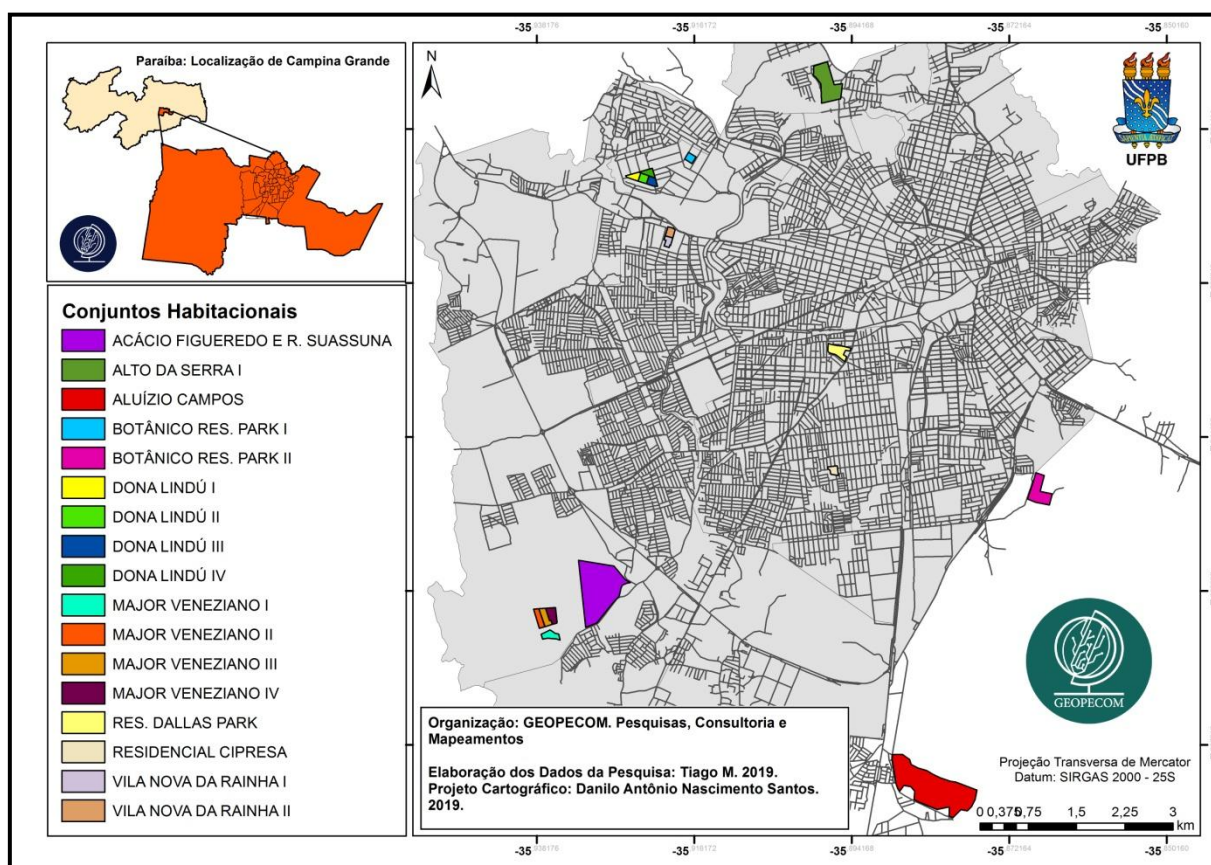
*Informação coletada durante a pesquisa.

Desses empreendimentos, até o momento de realização dessa pesquisa, a unidades que ainda não foram entregues são as que pertencem ao conjunto Aluizio Campos. Através da tabela 5 nota-se a quantidade expressiva de moradias que foram construídas no bairro de Bodocongó (1.890 moradias sendo 576 destinadas para a faixa 1). Isso constitui em um aspecto positivo considerando que este bairro é conhecido pelos serviços educacionais que oferece, possuindo duas universidades públicas (Universidade Estadual da Paraíba e Universidade Federal de Campina Grande), além de permitir um acesso relativamente fácil

aos locais de comércio e serviços. Em trabalho anterior (SAMPAIO, 2016), por exemplo, ao analisarmos o condomínio Vila Nova da Rainha II, constatamos que, após a mudança para este conjunto habitacional, na avaliação de 25,6% dos entrevistados ocorreu uma melhora em relação ao acesso aos locais de comércio e emprego. Para 30,2% melhorou o acesso aos equipamentos e serviços sociais e 44,2% dos entrevistados avaliaram que melhorou o transporte público.

Entretanto, embora a maioria dos empreendimentos tenha sido construída dentro da zona urbana de Campina Grande, com exceção do Complexo Habitacional Aluízio Campos, localizado no bairro do Ligeiro, próximo ao município de Queimadas, alguns estão localizados próximo ao limite do perímetro urbano, como pode ser observado no mapa 4.

Mapa 4: Empreendimentos do PMCMV em Campina Grande



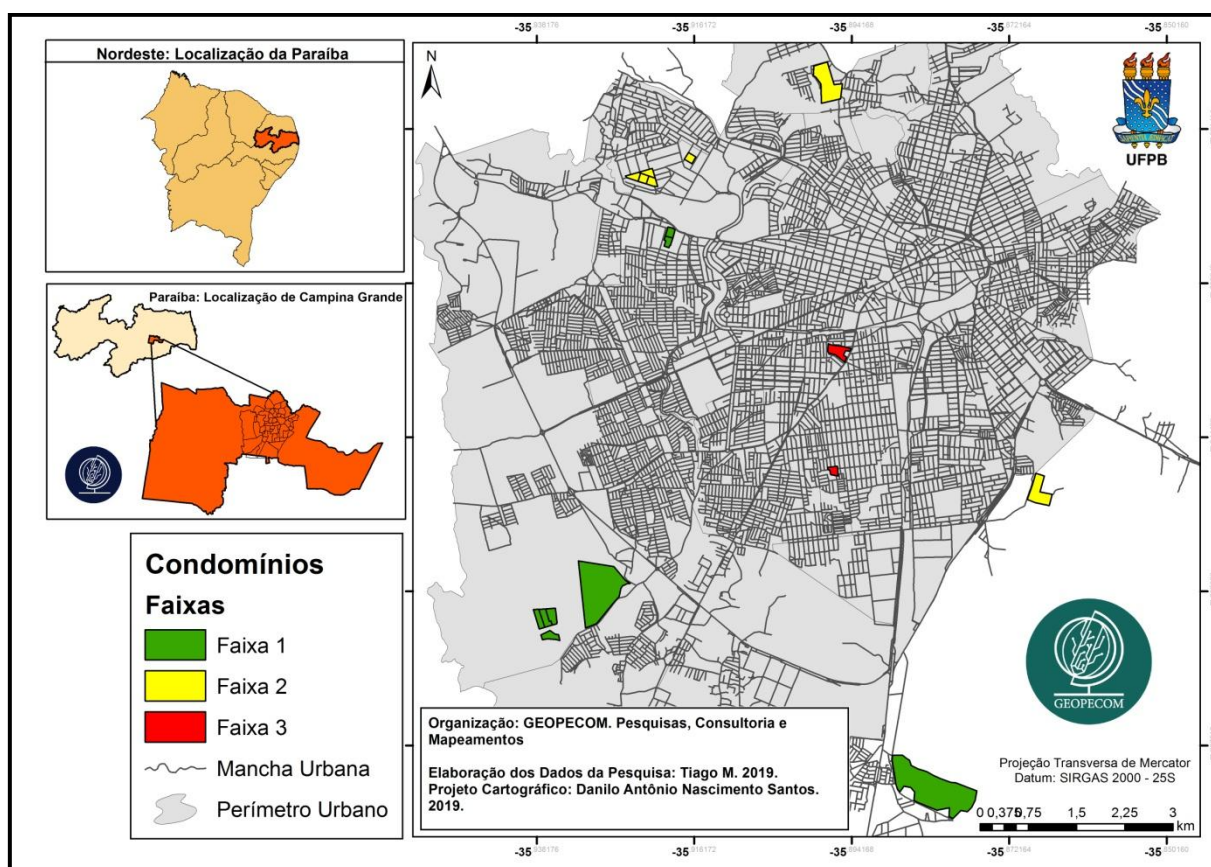
Org: Elaborado por Geopocom Pesquisas, Consultoria e Mapeamentos para esta pesquisa. Julho de 2019.

Sobre a distribuição espacial dos empreendimentos em Campina Grande Ribeiro e Miranda (2015, p. 5) destacam a concentração dos conjuntos habitacionais na porção oeste do município, “consolidando uma lógica de espraiamento e dispersão que sobrecarrega a provisão de infraestruturas públicas na medida em que requer a extensão da mesma”.

Enquanto isso, a porção leste da cidade, ainda segundo esses autores, “é composta por bairros residenciais das camadas média e alta da população, constituindo áreas eixos de forte especulação imobiliária. Dessa forma, observa-se uma nítida separação das camadas sociais no mapa da cidade e conseqüentemente, percebe-se áreas dotadas de uma homogeneidade social”.

Através do mapa 5 é possível perceber também que os empreendimentos mais afastados do centro da cidade são, além do Complexo Aluizio Campos, os conjuntos Acácio Figueiredo, Raimundo Suassuna e Major Veneziano. Juntos esses três últimos empreendimentos totalizam 3.968 casas. Os três empreendimentos estão localizados no mesmo bairro (Três Irmãs) em meio a uma área de vazão urbano, e pertencem a faixa 1 do programa (mapa 5).

Mapa 5: Empreendimentos do PMCMV em Campina Grande por faixa



Org: Elaborado por Geopecom Pesquisas, Consultoria e Mapeamentos para esta pesquisa. Julho de 2019.

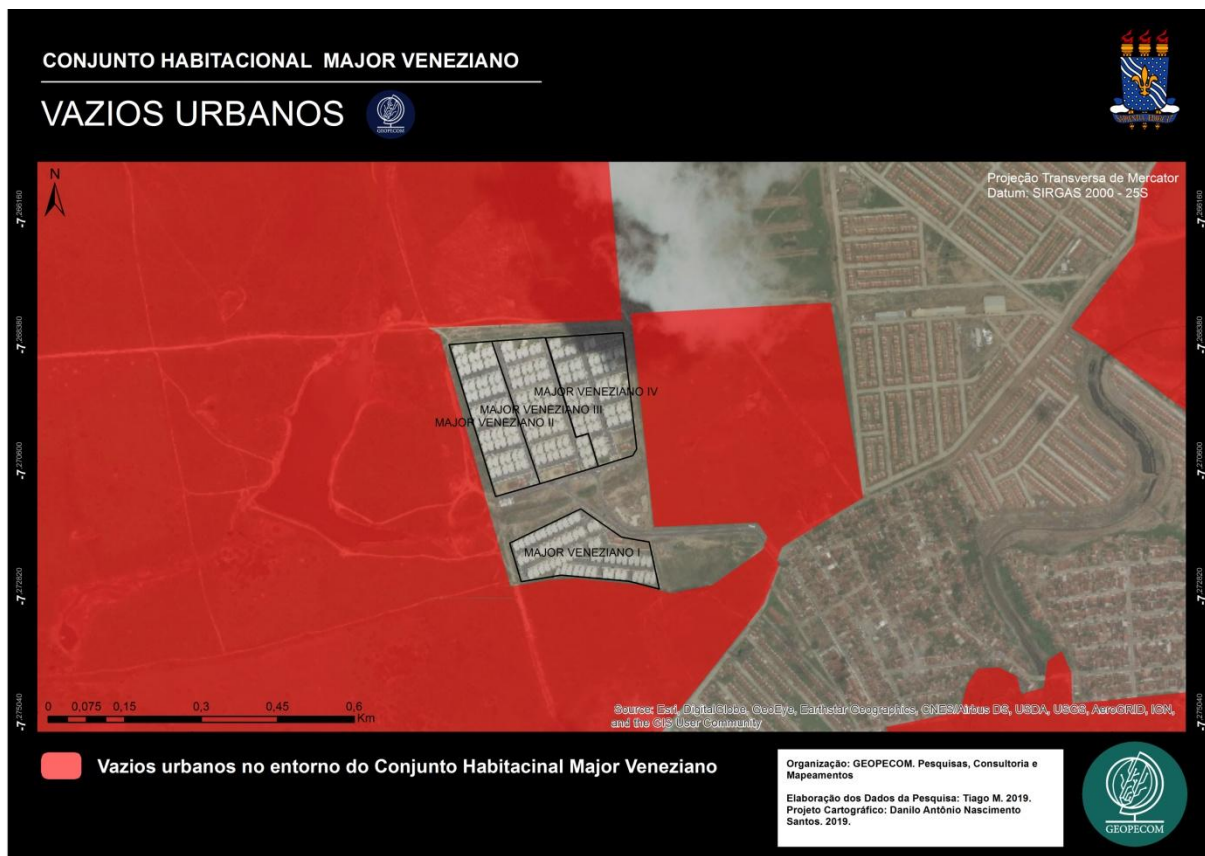
Conforme destaca Ribeiro e Miranda (op. cit, p. 6) em Campina Grande

Os conjuntos do programa com maior porte estão localizados em regiões periféricas da mancha urbana, requerendo serviços de saúde, educação e transporte. A implantação desses empreendimentos, muitas vezes, no lugar de induzir a extensão

desses serviços acaba por reforçar a lógica segregadora da produção da habitação na cidade.

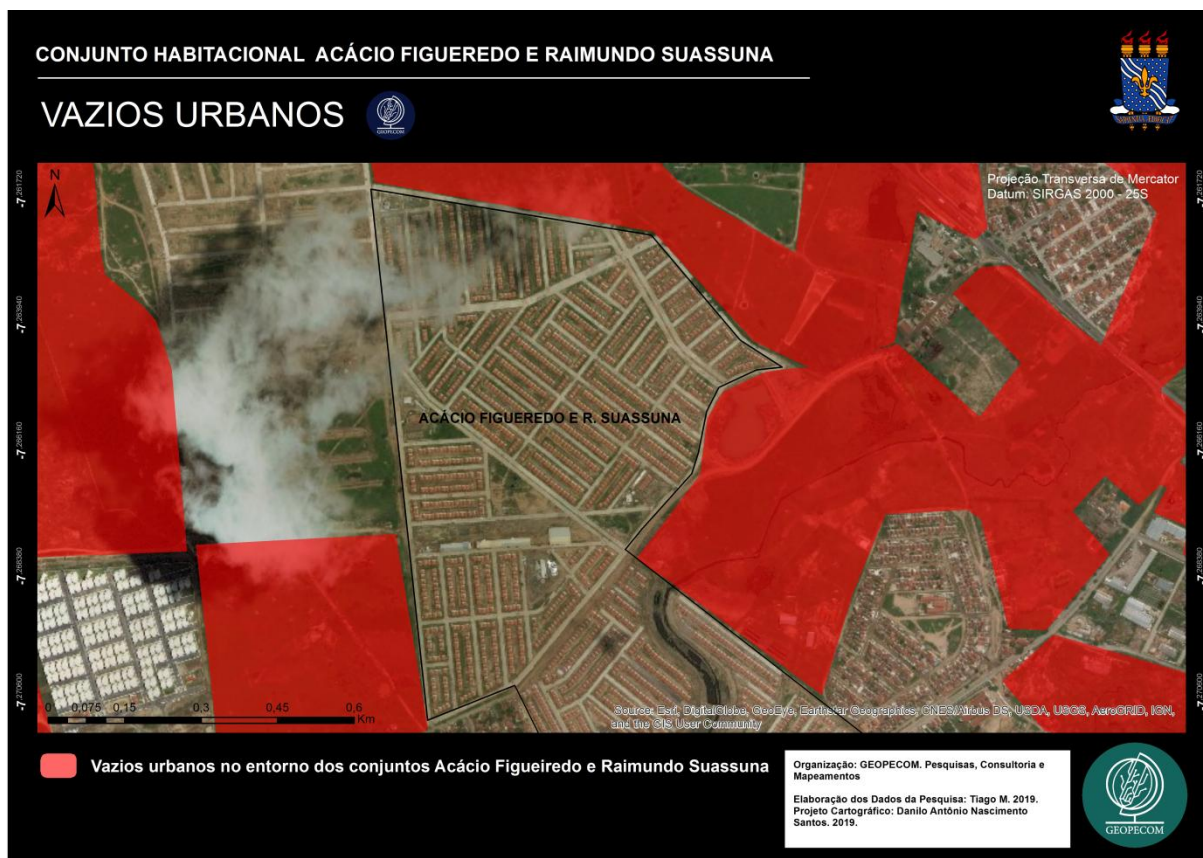
Analisando o entorno dos conjuntos habitacionais acima citados destaca-se o tamanho dos lotes que ainda não foram ocupados no entorno, como é possível observar nos mapas 6 e 7.

Mapa 6: Vazios urbanos no entorno do conjunto habitacional Major Veneziano



Org: Elaborado por Geopecom Pesquisas, Consultoria e Mapeamentos para esta pesquisa. Julho de 2019.

Mapa 7: Vazios urbanos no entorno do conjunto Acácio Figueiredo



Org: Elaborado por Geopecom Pesquisas, Consultoria e Mapeamentos para esta pesquisa.

De acordo com o trabalho intitulado *Ferramentas para avaliação da inserção urbana dos empreendimentos do MCMV*, coordenado pela pesquisadora Raquel Rolnik (2014, p. 54), a construção dos empreendimentos do programa em áreas onde o tecido urbano é descontínuo, com a presença de grandes vazios, impacta “negativamente a relação das pessoas com o espaço público, não contribuindo para que se alcancem condições satisfatórias de urbanidade”. Como consequência o tecido urbano formado neste local torna-se

pouco propício à circulação de pessoas e pouco convidativo à apropriação dos espaços públicos para a fruição, o que prejudica também a possibilidade de proliferação de usos e atividades que confirmam diversidade social e cultural a essas áreas, favorecendo a perpetuação de um tecido urbano de caráter monofuncional (ROLNIK, 2014, p. 54) (Destaque nosso).

No caso do conjunto habitacional em análise esse caráter monofuncional tem sido, em parte, modificado a partir das inúmeras apropriações dos espaços pelos moradores, mas permanecem inexistentes iniciativas do poder público para a promoção de espaços públicos de uso coletivo, como será discutido no próximo capítulo.

A falta de articulação do empreendimento com o seu entorno também é constatada em muitos outros casos, constituindo em uma das marcas do programa. De modo geral, segundo Rolnik (2015, p. 312), enquanto os empreendimentos da faixa 3 estão mais próximos das áreas centrais das cidades, em uma região bem equipada pelos serviços urbanos, os que são destinados para faixa 1

estão claramente dispersos pelas periferias mais afastadas, próximos às margens das cidades, em lugares que não apenas são distantes dos territórios privilegiados, mas também são homogêneos do ponto de vista social. Se o programa passou a atingir uma camada da população que historicamente não era atendida pelas iniciativas federais na área habitacional, não chegou a interferir no lugar tradicionalmente ocupado por ela nas cidades, reproduzindo o padrão periférico.

Em outras palavras “o programa [MCMV] não modificou o *apartheid* social que domina a paisagem urbana no país” (BRAGA, 2016, p. 83). A construção de empreendimentos em áreas de vazios urbanos é decorrente da escolha dos terrenos onde o preço do solo é mais barato, o que contribui “para impulsionar o espraiamento urbano, a proliferação de um padrão urbanístico monofuncional e o estabelecimento de uma divisão territorial entre ricos e pobres” (ROLNIK, 2015, p. 313-14).

No âmbito da segregação dos empreendimentos em Campina Grande as discussões teóricas destacam o caso do conjunto Major Veneziano, localizado em área de expansão da malha urbana da cidade no sentido Sudoeste. Ribeiro e Miranda (2015) avaliam como insatisfatória a inserção urbana do conjunto habitacional Major Veneziano II considerando que este empreendimento foi construído

em área remota da cidade, deslocada da mancha urbana e desprovida de serviços públicos e privados essenciais no entorno. Espaços livres voltados para o lazer e a contemplação também inexistem. Alguns itens como infraestrutura e vias de acesso são favoráveis, mas não são suficientes para subverter a lógica de segregação sócio espacial de conjuntos habitacionais voltados para atender à população de baixa renda (RIBEIRO e MIRANDA, 2015, p. 20).

Através do PMCMV foram realocadas as famílias da “Favela do Papelão”, da “Ocupação Margarida Maria Alves”, para o conjunto Major Veneziano. A partir disso, Silva (2017) analisa o processo de adaptação e vivência dessas famílias, constatando a presença de conflitos e o preconceito que os antigos moradores da favela enfrentam através de um processo de estigmatização. Ademais, esta autora constata que a realocação distanciou as famílias que faziam parte do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), desmobilizando o movimento, e mostra, através da fala de uma entrevistada, “a frustração de uma parcela de moradores realocados que não se sentem reconhecidos em sua existência,

como se não fizessem parte da sociedade na qual estão inseridos” (SILVA, 2017, p. 116). A distancia do condomínio em relação aos principais pontos da cidade também é destacada nessa obra: “o sentimento desta [outra moradora entrevistada que descreve o condomínio como “lugar longe do mundo”] é que o Major Veneziano e seus moradores não existem socialmente e não fazem parte da cidade de Campina Grande” (SILVA, op. cit, p. 121).

O PMCMV, portanto, vem favorecendo a intensificação da segregação espacial nesta cidade. Esta segregação, por sua vez, é anterior ao programa, não sendo criada por ele, apenas se tornando mais aguda com a sua execução. Conforme afirma Maia et al. (2013, p. 139)

(...) a espacialização das camadas sociais fica muito nítida na malha urbana campinense, caracterizando um processo de segregação espacial, onde há visivelmente eixos de forte especulação imobiliária que constituem bairros residenciais para as camadas média e alta da população. (...) Dessa maneira visualizam-se duas formas de segregação, que apesar da simplificação do termo, é bastante elucidativa: por um lado a autosegregação, realizada por aqueles que optam por viverem separados dos outros, em busca de melhor qualidade de vida, infraestrutura e também de amenidades como a proximidade da “natureza”, com vistas agradáveis; por outro, a segregação imposta, traduzida pela constituição de áreas e de habitações precárias, com problemas de infraestrutura e, ainda, pela renda familiar baixa.

As moradias do PMCMV se enquadrariam, então, no cenário de segregação imposta, considerando a renda dos moradores contemplados e a forma como o programa funciona para esse segmento.

Além disso, é vasta a literatura que destaca as consequências da utilização do mesmo padrão arquitetônico em exaustão, uma das marcas do PMCMV. As figuras 14, 15, 16 e 17 mostram exemplos da produção padronizada de moradias que se materializou no espaço urbano de Campina Grande através do referido programa.

Figura 14: Complexo Habitacional Aluizio Campos



Fonte: <https://paraibatododia.com.br/resultado-do-sorteio-das-casas-do-complexo-aluizio-campos/>

Figura 15: Residencial Vila Nova da Rainha II



Fonte: Do autor utilizada em trabalho anterior (SAMPAIO, 2016, p. 54).

Figura 16: Residencial Major Veneziano



Fonte: <http://www.vladimirchaves.com.br/2014/04/prefeitura-de-campina-grande-anuncia.html>

Figura 17: Acácio Figueiredo



Fonte: Trabalho de Campo – SAMPAIO, Tiago Marques. Junho de 2019.

Essa padronização, juntamente com a localização dos empreendimentos nas áreas periféricas da cidade, é resultado dos interesses dos setores privados no funcionamento do programa. A decisão sobre a localização dos empreendimentos e o desenho do projeto foram atribuídos aos agentes privados e a rentabilidade desses empreendedores

(...) é obtida através da padronização, da escala (número de unidades reproduzidas), da rapidez de aprovação e construção e do menor custo possível com a compra do terreno. O resultado dessa equação financeira é a construção de

megaempreendimentos padronizados inseridos nas piores localizações das cidades, isto é, onde o solo urbano é mais barato (ROLNIK, 2015, p. 310).

Em relação à produção padronizada de moradias esta repercute diretamente na vida dos moradores, pois as casas, construídas de forma igual, não refletem a diversidade das famílias contempladas. De acordo com Rolnik (op. cit)

A padronização, tanto do tamanho das unidades como de seus arranjos internos, tem como consequência a inadequação ao tamanho das famílias e, sobretudo, a não flexibilidade da moradia ao longo do ciclo familiar, não permitindo incorporar atividades econômicas ou acomodar parentes através de “puxadinhos”. Isso já está de fato ocorrendo em alguns conjuntos, indo na direção da “informalização” dos espaços desenhados pelo crescimento ordenado de mercado (ROLNIK, 2015, p. 310).

Nesse sentido, esta pesquisa se insere no processo até então realizado para analisar os desdobramentos dos empreendimentos do PMCMV na produção espacial campinense. Tem se destacado nesse processo as pesquisas que adotam o conjunto Major Veneziano como objeto de estudo devido os problemas enfrentados pelos moradores em decorrência do padrão arquitetônico e da localização do empreendimento, localização essa que tem gerado a segregação das famílias contempladas, conforme mencionado.²⁷

Isto posto, tomamos como objeto de estudo o conjunto Acácio Figueiredo, localizado próximo ao condomínio acima citado, dada a ausência de pesquisas até o momento sobre a vida de seus moradores. O Acácio Figueiredo se diferencia do conjunto Major Veneziano em dois aspectos: não adota o modelo de prédios como também não está localizado em um condomínio fechado. Ambos, no entanto, pertencem a faixa 1 do programa.

No caso do conjunto habitacional Acácio Figueiredo, a informalização do espaço, que antes era padronizado, é constatada em inúmeras casas, seja através de reformas como também devido às adaptações para uso comercial, como mostrado nas figuras 13a, 13b e 13c. Se, em um primeiro momento, a produção do espaço, na forma como foi executada pelas construtoras, gerou uma monofuncionalidade do uso do solo, formando os chamados “bolsões de moradia”, com a apropriação e uso concreto desse espaço pelos moradores este passa a receber novas formas e funções expressando as marcas do vivido.

Por essas razões, estabelecemos os objetivos específicos dessa pesquisa, apresentados na parte introdutória do trabalho, buscando desvendar as principais formas de uso e

²⁷ Para uma melhor compreensão dos desdobramentos do conjunto habitacional Major Veneziano recomendamos consultar Silva (2017), Queiroz (2016), Santos (2016), Alves (2016), Ribeiro e Miranda (2015) dentre outros autores.

apropriação do espaço no conjunto habitacional em análise, com ênfase nos usos comerciais, e em que medida estes estabelecimentos suprem as demandas dos moradores. Com esses objetivos esperamos compreender como os moradores estão conseguindo realizar a sua vida em meio às privações do urbano.

2.3.1 O Conjunto Habitacional Acácio Figueiredo

As moradias dos conjuntos Acácio Figueiredo e Raimundo Suassuna foram entregues no dia 13 de setembro de 2015 em uma cerimônia que contou com a presença da então Presidente da República Dilma Rousseff, dentre outras autoridades, como pode ser observado nas figuras 18a e 18b.

Figuras 18a e 18b: Cerimônia de entrega das casas



Fonte: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/en/geral/foto/2015-09/presidenta-dilma-entrega-habitacoes-na-paraiba>

Juntos os dois conjuntos totalizam 1.948 unidades habitacionais construídas com o investimento de R\$ 91,3 milhões do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) beneficiando 7.792 pessoas com renda familiar mensal de até R\$ 1,6 mil (BRASIL, 2015a), ou seja, a faixa 1 do programa.

Conforme mencionado, essa faixa é destinada àqueles classificados como baixa renda e as famílias contempladas são indicadas pelas prefeituras e pelos governos estaduais. O sorteio para definição dos moradores dos conjuntos Acácio Figueiredo e Raimundo Suassuna foi realizado pelo Governo do Estado da Paraíba por meio da Companhia Estadual de Habitação Popular da Paraíba (CEHAP). O sorteio aconteceu no dia 23 de Julho de 2015 no ginásio da Associação Atlética Banco do Brasil (AABB) (figuras 19a e 19b).

Figuras 19a e 19b: Sorteio das famílias contempladas



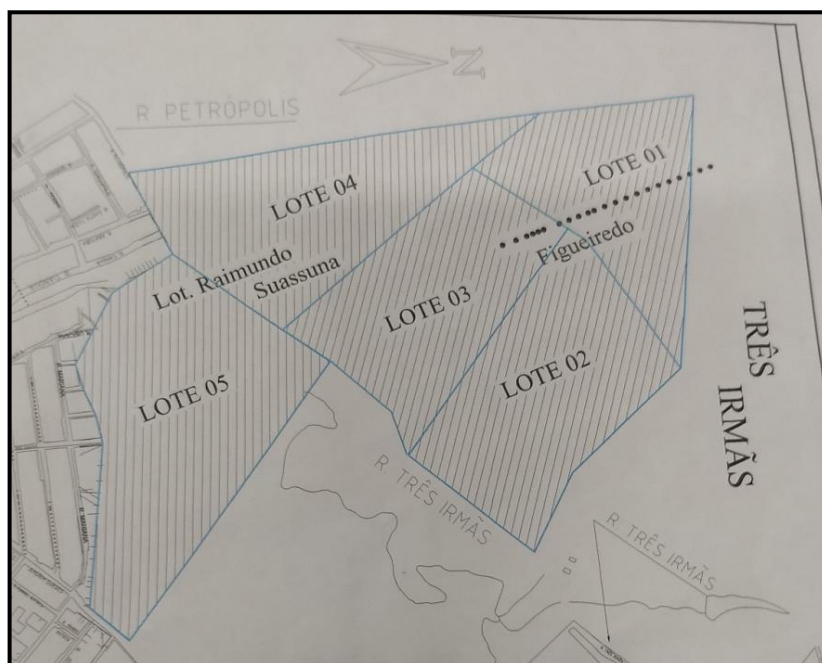
Fonte: <http://paraiba.pb.gov.br/governo-realiza-sorteio-dos-beneficiarios-dos-residenciais-raimundo-suassuna-e-acacio-figueiredo/>

Segundo as informações disponíveis no jornal do Governo do Estado

A escolha dos contemplados se deu por meio de um rigoroso processo de seleção junto ao Banco do Brasil, instituição financeira detentora dos recursos da obra. Esse trabalho também foi dividido em etapas: primeiro a Cehap realizou visitas aos inscritos para comprovação das informações presentes no cadastro da Companhia; em seguida, a relação elaborada por meio das visitas foi encaminhada ao banco, que, por sua vez, realizou uma ampla análise de toda a documentação necessária, entre elas, a verificação de encaixe nos critérios de seleção (A UNIÃO, 25 de Julho de 2015, p. 13).

As moradias dos referidos conjuntos estão distribuídas em cinco lotes, sendo que os lotes 1, 2 e 3 fazem parte do conjunto Acácio Figueiredo e os demais formam o Raimundo Suassuna (figura 20).

Figura 20: Distribuição dos lotes nos conjuntos Acácio Figueiredo e Raimundo Suassuna



Fonte: Coletado na unidade da Cehap de Campina Grande em 26/02/2019

Cada lote possui, além da tipologia padrão (figura 21), algumas moradias destinadas para idosos (figura 22a) e também para pessoas com necessidades especiais (PNE) (figura 22b), como mostra a tabela 6.

Tabela 6: Distribuição das unidades habitacionais por lote

Lote	Conjunto Habitacional	Número de unidades habitacionais			
		Tipo 1	Para idosos	PNE	Total
1	Acácio Figueiredo	368 (92%)	20 (5%)	12 (3%)	400 (100%)
2	Acácio Figueiredo	344 (92%)	19 (5%)	11 (3%)	374 (100%)
3	Acácio Figueiredo	333 (92%)	18 (5%)	11 (3%)	362 (100%)
4	Raimundo Suassuna	331 (92%)	18 (5%)	11 (3%)	360 (100%)
5	Raimundo Suassuna	415 (92%)	23 (5%)	14 (3%)	452 (100%)
Total	---	1.791	98	59	1.948

Fonte: Elaboração própria com dados coletados na unidade da Cehap de Campina Grande em 26/02/2019

Como bem coloca Franca e Rezende (2019, p. 12) a Lei Federal nº 11.977/2009 estabeleceu, no âmbito do PMCMV, um limite de 300 moradias para a construção de condomínios fechados e 500 unidades habitacionais no caso de loteamentos. Por sua vez “as construtoras ‘burlam’ facilmente essa regra ao subdividir os projetos por etapas, porém em terrenos contíguos, com as mesmas tipologias, soluções construtivas e projetos arquitetônicos.

Essa estratégia tem a finalidade de facilitar os procedimentos administrativos e legislativos”. Através da tabela 6, que mostra que o maior lote é formado por 452 unidades habitacionais, e dos estudos de campo, nos quais se constata o mesmo padrão arquitetônico em todos os lotes do empreendimento, vemos que é exatamente isso que acontece nos conjuntos Acácio Figueiredo e Raimundo Suassuna.

Figura 21: Tipologia das unidades habitacionais tipo 1 (padrão)



Fonte: Trabalho de Campo – SAMPAIO, Tiago Marques. Junho de 2019.

Figuras 22a e 22b: Tipologias destinadas aos beneficiários idosos e PNE



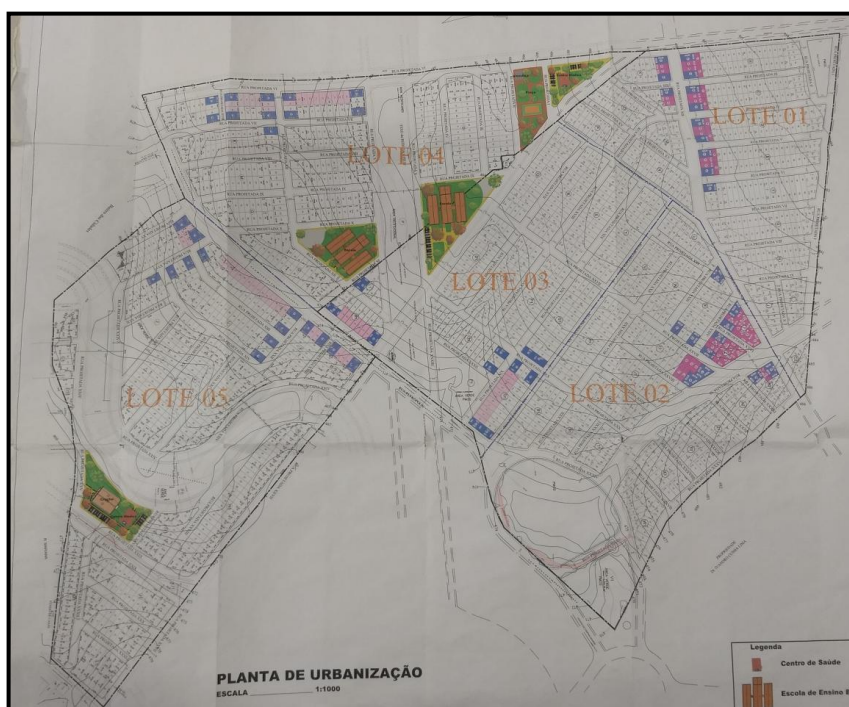
Fonte: Trabalho de Campo – SAMPAIO, Tiago Marques. Outubro de 2017.

O percentual de casas destinadas para beneficiários PNE e idosos (3%) que consta na tabela 6 constitui em uma das normas do programa. Para estes últimos a regra foi estabelecida em agosto de 2013 (BRASIL, 2014). Nota-se que entre as tipologias adotadas não existem diferenças significativas com exceção do tamanho no caso das moradias destinadas aos

idosos, que são um pouco maiores em relação a tipologia padrão, e da rampa de acesso para os moradores PNE.

As moradias destinadas para os idosos e para as pessoas com necessidades especiais estão localizadas em áreas estratégicas do conjunto habitacional, próximo às vias de acesso, como pode ser observado na figura 23, que mostra a planta dos dois empreendimentos.

Figura 23: Distribuição espacial das casas destinadas aos idosos e PNE



Fonte: Coletado na unidade da Cehap de Campina Grande em 26/02/2019

As casas marcadas com a cor rosa são destinadas aos beneficiários idosos e as com a cor azul são destinadas aos classificados como PNE²⁸. Podemos perceber, portanto, que através desse conjunto habitacional existe a tentativa de favorecer a inclusão dos moradores que apresentam necessidades especiais, embora o número de moradias para esse segmento seja muito reduzido.

Através dos questionários aplicados constatamos que alguns estabelecimentos comerciais que surgiram nos espaços residenciais do conjunto Acácio Figueiredo estão suprimindo de maneira relativamente satisfatória algumas demandas da população entrevistada, enquanto outros tipos de comércio permanecem inexistentes nas proximidades do empreendimento, como será mostrado a seguir.

²⁸ A figura 23 trata-se de uma foto da planta dos conjuntos habitacionais Acácio Figueiredo e Raimundo Suassuna e, por essa razão, apresenta uma baixa qualidade de resolução. Por causa disso optamos por colocar em anexo mais imagens dessa planta para facilitar a sua visualização.

CAPÍTULO III

ANÁLISE DO CONJUNTO HABITACIONAL ACÁCIO FIGUEIREDO: APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO, TRABALHO E DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL

Com a “suburbanização” principia um processo, que descentraliza a Cidade. Afastado da Cidade, o proletariado acabará de perder o sentido da obra. Afastado dos locais de produção, disponível para empresas esparsas a partir de um setor de habitat, o proletariado deixará de esfumar em sua consciência a capacidade criadora. A consciência urbana vai se dissipar.

Henri Lefebvre, O direito à cidade (2016, p. 25).

Este capítulo busca apresentar os resultados obtidos com a análise do processo de (re)produção do espaço no conjunto habitacional Acácio Figueiredo. Inicialmente apresentamos um mapeamento das formas de uso e apropriação do espaço, enfocando nos estabelecimentos comerciais encontrados no empreendimento. Em seguida, apresentamos a perspectiva dos moradores contrapondo suas demandas com o funcionamento do comércio local. Por fim, abordamos outros elementos além do acesso aos locais de comércio que foram identificados na pesquisa os quais impedem que os moradores contemplados pelo conjunto Acácio Figueiredo tenham o seu direito à moradia digna efetivado.

O referencial teórico reunido nesta pesquisa mostra que a forma como o PMCMV funciona acaba gerando a segregação dos moradores contemplados, como foi discutido no segundo capítulo. Concordamos com o posicionamento de Carlos (2016b, p. 109) ao afirmar que “a superação da segregação socioespacial encontra seu caminho na construção do direito à cidade, como projeto social”. Por essa razão, analisamos os dados coletados tendo como horizonte a busca não apenas da efetivação do direito à moradia digna, mas também do direito à cidade, considerando que os moradores contemplados foram privados desse direito ao serem incluídos em uma região onde o urbano é desprovido dos elementos da urbanidade²⁹. Por “urbano” compreende-se “a realidade social composta de relações a serem concebidas, construídas ou reconstruídas pelo pensamento”, enquanto que a cidade é a “realidade presente, imediata, dado prático-sensível, arquitetônico” (LEFEBVRE, 2016, p. 54). Em outras palavras, o urbano pode ser compreendido como o “o abstrato, o geral, o externo” enquanto que a cidade é “o particular, o concreto, o interno” (SANTOS, 1997, p. 69).

Nesse sentido, o *direito à cidade* é uma noção desenvolvida por Henri Lefebvre que se constitui em um horizonte utópico e em uma orientação para o pensamento e para a ação política e prática. Continuada por inúmeros pesquisadores a noção do direito à cidade aponta as contradições da produção capitalista do espaço urbano na busca da sua superação. Diante da contradição espaço privado-espaço público³⁰ Carlos (2016a, p. 139) compreende o direito à cidade como o meio para superar essa contradição, constituindo em um “projeto

²⁹ Lefebvre (2016, p. 25) chama essa urbanização desprovida de elementos de urbanidade de “urbanização desurbanizante e desurbanizada”: “com efeito, os ‘suburbanos’, os dos ‘pavilhões’ residenciais, não deixam de ser urbanos mesmo que percam a consciência disso e se acreditem próximos da natureza, do sol e do verde.”

³⁰ Conforme destaca Carlos (2016a, p. 137) na cidade contemporânea “a contradição espaço público/espaço privado revela a extensão da privação, através da forma jurídica da propriedade privada da riqueza, e traduz-se pela hierarquia social que define o acesso aos lugares da cidade, pontuando a diferenciação entre os indivíduos numa classe”. Vimos no primeiro capítulo (subitem 1.2.2) os fundamentos desse processo ao mostrar a relação entre o espaço enquanto uma mercadoria, a propriedade privada e o Estado.

transformador no seio da reprodução social” que restaura “o sentido da liberdade contida no âmbito do espaço urbano”.

Com essa perspectiva adotamos como objeto de estudo a cidade de Campina Grande, mais especificamente o conjunto Acácio Figueiredo localizado no bairro Três Irmãs, compreendendo este lugar como parte da totalidade. Ao fazermos isso, “deparamo-nos com os fundamentos do processo de reprodução capitalista, que é global” (ALVES, 2018, p. 110). Nesse sentido, este estudo favorece a compreensão das contradições do processo de urbanização de Campina Grande, visto dentro da lógica do modo capitalista de produção. Ainda segundo Alves (2018, p. 110) “a singularidade não obstrui a compreensão da totalidade, desde que a contextualização e as articulações escalares sejam sempre realizadas”.

Ao terem o seu direito à cidade negado, os moradores do conjunto Acácio Figueiredo passaram a realizar a sua vida em meio as privações do urbano, construindo e reconstruindo o seu espaço a partir das suas necessidades e possibilidades, como será mostrado a seguir.

3.1 Mapeamento das formas de uso e ocupação do espaço no conjunto habitacional Acácio Figueiredo

Para realização do mapeamento das formas de uso e ocupação do espaço realizamos, inicialmente, visitas *in loco* entre os dias 12 e 29 de maio de 2019. Nesses trabalhos de campo coletamos a localização dos estabelecimentos encontrados com a utilização de GPS (Global Positioning System) para a construção de mapas georeferenciados. A partir dos resultados obtidos dividimos as principais formas de uso, ocupação e apropriação do espaço em três grupos: espaços públicos, espaços privados de uso coletivo e estabelecimentos comerciais.

3.1.1 Equipamentos públicos

Através dos estudos de campo constatamos dentro do perímetro do conjunto habitacional Acácio Figueiredo duas Unidades Básicas de Saúde (UBS) (figuras 24a e 24b), uma escola estadual de ensino fundamental e médio (figura 25a), e uma escola municipal de ensino fundamental (figura 25b).

Figura 24a e 24b: UBS Enfª. Anaílda C. Marinho e UBS Aluísio S. de Farias



Fonte: Trabalho de Campo – SAMPAIO, Tiago Marques. Junho de 2019.

Figura 25a e 25b: Escola Estadual e Escola Municipal



Fonte: Trabalho de Campo – SAMPAIO, Tiago Marques. Junho de 2019.

Esses espaços estão incluídos na planta do empreendimento (figura 23 e em anexo). Por essa razão, concordamos com o posicionamento de Rolnik (2014, p. 59) ao afirmar que “os empreendimentos do PMCMV representam um grande avanço em relação às políticas habitacionais de décadas anteriores, garantindo que não se construa moradia popular onde não haja oferta mínima de equipamentos de educação e saúde”. Entretanto, muitos moradores, ao serem questionados sobre o que gostaria que tivesse no conjunto habitacional, relataram a falta de medicamentos no posto de saúde como também a ausência de atendimento médico: “não tem um enfermeiro para tirar a pressão” relatou uma das moradoras.

Constatam-se, ademais, algumas diferenças em relação às localizações previstas no projeto inicial para esses equipamentos públicos como também a ausência de uma praça, idealizada na planta do conjunto.

Visitando o local com a planta do empreendimento constatamos que a escola municipal foi construída em uma área antes destinada para uma praça e que o terreno no qual esta escola seria construída atualmente encontra-se vazio. É nesse espaço vazio que todos os finais de semana alguns comerciantes montam suas barracas e comercializam alguns produtos, principalmente alimentos (frutas e verduras). Este comércio local recebeu o nome de “Feira Sudoeste”. No mapa 8 é possível observar a localização dos equipamentos públicos citados bem como o local onde é realizada a referida feira.

Mapa 8: Equipamentos públicos no conjunto habitacional Acácio Figueiredo



Org: Elaborado por Geopecom Pesquisas, Consultoria e Mapeamentos para esta pesquisa. Julho de 2019.

Comparando a realidade encontrada no início dessa pesquisa (em 2017) com a dos últimos estudos de campo (em 2019) percebemos um declínio no número de comerciantes que frequentam a Feira Sudoeste, o que pode ter sido causado, em parte, pela ausência de infraestrutura no local, como mostram as figuras 26 e 27.

Figura 26: Feira Sudoeste (2017)



Fonte: Trabalho de Campo – SAMPAIO, Tiago Marques. Outubro de 2017.

Figura 27: Local onde acontece a Feira Sudoeste atualmente



Foto registrada em uma terça-feira. Durante a semana as barracas ficam montadas, mas sem grande fluxo de comerciantes e consumidores. Em uma sexta-feira constatamos apenas uma barraca funcionando. Este fluxo ocorre de maneira mais intensa nos finais de semana mas em número bem reduzido comparado com os anos anteriores. Na foto acima é notória a degradação das barracas decorrente do abandono.

Fonte: Trabalho de Campo – SAMPAIO, Tiago Marques. Junho de 2019.

Ademais, parte do espaço antes destinado para a praça encontra-se sem utilização (figura 28), o que mostra a ausência de iniciativa por parte do poder público para a construção de outros equipamentos, como espaços de lazer ou destinados para a cultura. Além das escolas e unidades de UBS é inexistente praças, parques, e qualquer outro espaço ou

equipamento público que proporcione o bem-estar da população local. Na atual situação em que se encontram os comerciantes da Feira Sudoeste seria de fundamental importância a construção de um mercado público, o que iria oportunizar condições melhores para os feirantes como também para os consumidores. Nas proximidades do conjunto habitacional Major Veneziano também existe um cenário parecido, com a presença de barracas nas proximidades do empreendimento (figuras 29a e 29b). Durante a pesquisa bibliográfica constatamos que em maio de 2017 um vereador da Câmara Municipal de Campina Grande apresentou requerimento solicitando a elaboração de um projeto para construção de um mercado público no bairro Três Irmãs para atender os conjuntos residenciais Acácio Figueiredo, Raimundo Suassuna e Major Veneziano ³¹. Durante o período de realização dessa pesquisa (2017-2019), no entanto, não constatamos nenhuma obra referente a esse projeto.

Figura 28: Terreno localizado por trás da escola municipal



Parte do terreno onde a escola municipal foi construída. Na planta este espaço era destinado para a construção de uma praça. Em alguns locais é possível ver o acúmulo de lixo no local.

Fonte: Trabalho de Campo – SAMPAIO, Tiago Marques. Junho de 2019.

³¹ Fonte: <https://www.camaracg.pb.gov.br/joao-dantas-solicita-mercado-publico-para-atender-os-conjuntos-major-veneziano-acacio-figueiredo-e-raimundo-suassuna/>. Acesso em 16 de junho de 2019.

Figura 29a e 29b: Barracas nas proximidades do condomínio Major Veneziano



Fonte: Trabalho de Campo – SAMPAIO, Tiago Marques. Outubro de 2017.

3.1.2 Espaços privados de uso coletivo

Nesse subitem abordamos as moradias que foram adaptadas para o uso em coletividade embora não sejam espaços públicos. Encontramos 7 moradias que se enquadram nessa modalidade, sendo que 5 foram adaptadas para uso religioso (igrejas) e 2 para a oferta de ensino educacional privado, como pode ser observado nas imagens a seguir.

Figura 30: Igreja Cristã Monte Sagrado



Figura 31: Casa de Oração



Fonte: Trabalho de Campo – SAMPAIO, Tiago Marques. Junho de 2019.

Figura 32: Igreja Assembleia de Deus



Figura 33: Igreja Pentecostal



No caso da Igreja Pentecostal (figura 33) esta está situada em um local onde as transformações espaciais se encontram mais intensas, não sendo mais visível nenhuma forma relacionada a arquitetura utilizada nas casas do Acácio Figueiredo. Da esquerda pra direita encontramos um salão de beleza, a referida igreja, um mini box e uma loja de material de construção.

Fonte: Trabalho de Campo – SAMPAIO, Tiago Marques. Junho de 2019.

Figura 34: Igreja Assembleia de Deus



Fonte: Trabalho de Campo – SAMPAIO, Tiago Marques. Junho de 2019.

Figura 35: Centro Educacional Carrossel



Fonte: Trabalho de Campo – SAMPAIO, Tiago Marques. Junho de 2019.

Figura 36: Escola Trem da Alegria



Fonte: Trabalho de Campo – SAMPAIO, Tiago Marques. Junho de 2019.

Como essa pesquisa tem ênfase nas moradias adaptadas para uso comercial, não realizamos entrevistas com os proprietários desses espaços e assim não podemos afirmar até que ponto as casas foram transformadas nesse processo de adaptação. Entretanto, destacamos dois casos que nos chamaram mais atenção. O primeiro é o da casa transformada em uma Igreja Assembleia de Deus (figura 34). Percebe-se não apenas a completa transformação da

morfologia da casa como também a reprodução do mesmo padrão arquitetônico utilizado por esse grupo religioso, sendo em menor escala devido às proporções do terreno.

O segundo caso é referente a uma das escolas privadas encontradas (figura 36). Com as visitas *in loco* foi possível perceber que esse estabelecimento utiliza duas casas vizinhas para o seu funcionamento, ambas adaptadas para essa finalidade. Com isso, essas moradias acabam tendo sua função inicial (local de habitação para as classes populares) completamente distorcida ao serem transformadas em um espaço para a obtenção de lucro através da oferta de ensino privado. O PMCMV ao adotar a propriedade privada como forma para o acesso à moradia permite, indiretamente, que cenários como esse sejam reproduzidos, o que não tem sido muito abordado nas discussões teóricas. Diante disso, ressaltamos a importância de que ocorra uma maior fiscalização das moradias construídas pelo programa para que elas cumpram a sua função e sejam, de fato, um ambiente utilizado pelas pessoas que se encaixam nas regras dessa política habitacional. Apesar de não estar em consonância com as regras do programa acreditamos que esses espaços possam, em parte, fortalecer as relações de vizinhança dos moradores, principalmente no caso das igrejas, pois essas casas se transformaram em lugares de encontro.

3.1.3 Estabelecimentos comerciais

Durante as visitas de campo constatamos 42 moradias³² que foram adaptadas para uso comercial de variados tipos³³. Destaca-se a quantidade de mini boxes³⁴ encontrada, seguida por salões de beleza, barbearia, borracharia, lojas de artigos de presente, dentre outros estabelecimentos, como mostra o quadro 3.

Quadro 3: Estabelecimentos comerciais encontrados no conjunto Acácio Figueiredo

Estabelecimento	Quantidade
Mini Box	18
Salão/ Serviços de Beleza	5
Barbearia	3
Borracharia	3
Artigos de presente/ Variedades	3
Padaria	2
Material de Construção	2
Açougue	1
Pet Shop/ Rações	1
Serralharia	1
Lanchonete	1
Churrascaria	1
Bar	1
Total	42

Fonte: Trabalho de Campo – SAMPAIO, Tiago Marques. Maio de 2019.

Observando o mapa 9, é possível ver a distribuição espacial desses estabelecimentos, como também das escolas e igrejas abordadas no subitem anterior. Assim, podemos perceber a diversidade de formas de apropriação dos espaços das moradias além do uso residencial.

³² 42 moradias de um universo de 1.136 habitações que compõem os lotes do conjunto Acácio Figueiredo.

³³ Ressalta-se que durante as visitas de campo foi possível perceber que o conjunto Raimundo Suassuna também possui um equipamento público (creche), espaços privados de uso coletivo (clube de mães, igreja), e moradias adaptadas para usos comerciais, mas estes locais não foram abordados pois este conjunto habitacional não faz parte do recorte espacial dessa pesquisa.

³⁴ Contabilizamos como “mini box” todos os estabelecimentos comerciais destinados a venda de alimentos comercializados em supermercado, também chamados de “mercadinho”.

Mapa 9: Estabelecimentos comerciais e espaços privados de uso coletivo



Org: Elaborado por Geopecom Pesquisas, Consultoria e Mapeamentos para esta pesquisa. Julho de 2019

Nota-se uma maior concentração de estabelecimentos comerciais nas casas localizadas nas esquinas das quadras, onde geralmente a moradia apresenta um quintal maior que as demais. Ou seja, existe mais espaço para a construção do estabelecimento. Este é o caso da escola relatada no subitem anterior. Através do mapa 9 é possível perceber também uma maior concentração da oferta de comércio e serviços nas direções oeste e sul, que se contrasta com a inexistência desses estabelecimentos na região leste do empreendimento. Essa porção leste do conjunto habitacional possui menos fluxo de pessoas, o que pode contribuir na ausência de estabelecimentos comerciais, e está situada ao lado de uma grande propriedade pertencente ao Parque Haras Ivandro Cunha Lima (figura 37), na qual se encontra uma placa onde se pode ler “Proibido transitar sem autorização”.

Figura 37: Terreno localizado ao leste do conjunto Acácio Figueiredo



Fonte: Trabalho de Campo – SAMPAIO, Tiago Marques. Junho de 2019.

Parte dessa propriedade pode ser observada no mapa 7, quando abordamos as regiões de vazios urbanos nas proximidades do conjunto Acácio Figueiredo. A referida propriedade forma uma grande área de vazio urbano no sentido leste e nordeste do empreendimento. No segundo capítulo abordamos as consequências da construção dos empreendimentos do PMCMV em áreas de vazios urbanos, pois essas regiões impactam “negativamente a relação das pessoas com o espaço público” tornando o tecido urbano “pouco propício à circulação de pessoas”. Como consequência se diminui a “possibilidade de proliferação de usos e atividades que confirmam diversidade social e cultural a essas áreas, favorecendo a perpetuação de um tecido urbano de caráter monofuncional” (ROLNIK, 2014, p. 54). Com a ausência de fluxo de pessoas como também de estabelecimentos comerciais nas proximidades da propriedade do Parque Haras percebemos que isso acontece no Acácio Figueiredo.

No entanto, podemos perceber também que no conjunto habitacional vem surgindo estabelecimentos comerciais essenciais para a reprodução da vida cotidiana como mini box/supermercados (figura 38), açougue, padaria, lojas de materiais de construção, barbearia (figura 39) salão de beleza (figura 40), etc, embora a quantidade desses estabelecimentos ainda seja muito reduzida considerando o número de habitantes do empreendimento. O espaço do conjunto habitacional em análise ainda carece, ademais, de outros tipos de estabelecimentos como farmácia, restaurantes, espaços voltados para o lazer e para os serviços bancários.

Figura 38: Exemplo de mini box/ mercadinho encontrado no Acácio Figueiredo



Fonte: Trabalho de Campo – SAMPAIO, Tiago Marques. Junho de 2019.

Figura 39: Barbearia encontrada no empreendimento



Fonte: Trabalho de Campo – SAMPAIO, Tiago Marques. Outubro de 2017.

Figura 40: Borracharia e salão de beleza encontrados no empreendimento



Fonte: Trabalho de Campo – SAMPAIO, Tiago Marques. Junho de 2019.

Esse processo de adaptação e (re)produção do espaço das moradias pode ser compreendido à luz do que Santos (2008b) chama de *categorias do método geográfico*. Considerando que o espaço “é um produto social em permanente processo de transformação” Santos (2008b, p. 67) afirma que para estudarmos o espaço, “cumprir apreender sua relação com a sociedade, pois é esta que dita a compreensão dos efeitos dos processos (tempo e mudança) e especifica as noções de forma, função e estrutura, elementos fundamentais para a nossa compreensão da produção do espaço.” Nessa direção, este autor denomina *forma, função, estrutura e processo* como “categorias do método geográfico”, definindo-as da seguinte maneira:

Forma é o aspecto visível de uma coisa. Refere-se, ademais, ao arranjo ordenado de objetos, a um padrão. Tomada isoladamente, temos uma mera descrição de fenômenos ou de um de seus aspectos num dado instante do tempo. *Função*, de acordo com o dicionário Webster, sugere uma tarefa ou atividade esperada de uma forma, pessoa, instituição ou coisa. *Estrutura* implica a inter-relação de todas as partes de um todo; o mundo de organização ou construção. *Processo* pode ser definido como uma ação contínua, desenvolvendo-se em direção a um resultado qualquer, implicando conceitos de tempo (continuidade) e mudança. (SANTOS, 2008b, p. 69)

Analisando as principais formas de uso e ocupação do espaço no conjunto Acácio Figueiredo podemos concluir que, com o processo de apropriação das moradias, os espaços que hoje funcionam como estabelecimentos comerciais ou locais de uso coletivo, passaram a

exercer uma nova função e adquiriram novas formas, se distanciando do espaço padronizado concebido através da articulação entre o Estado e o mercado imobiliário, espaço esse pensado para exercer uma única função (moradia) e que possuía o mesmo padrão arquitetônico em exaustão, ou seja, as moradias apresentavam a mesma forma. Com a apropriação dos moradores esse espaço passou a expressar as marcas do vivido, sendo produzido a partir das relações sociais e servindo de base para que novas relações sociais aconteçam. Dessa forma, esse processo de adaptação das moradias expressa a dialética existente na produção espacial entre as relações sociais que produzem o espaço e o espaço enquanto um produto social que condiciona a vida de seus produtores e influencia, conseqüentemente, nas relações sociais, dialética essa discutida no primeiro capítulo.

Conforme já abordado o processo de uso e apropriação do espaço “se realiza através do corpo (o próprio corpo é extensão do espaço) e de todos os sentidos humanos, e a ação humana se realiza produzindo um mundo real e concreto, delimitando e imprimindo os ‘rastros’ da civilização” (CARLOS, 2011, p. 63). Vimos que Santos (2014b, p. 96) chama essa ação humana de trabalho: “toda ação humana é trabalho, e todo trabalho é trabalho geográfico (...). Como o homem não vive sem trabalho, o processo da vida é um processo de criação do espaço geográfico”. Trazendo essa perspectiva para compreender a realidade em análise nessa pesquisa entendemos que os moradores do conjunto habitacional estão realizando a sua vida em meio às privações do urbano e, ao mesmo tempo, criando espaço. Isso acontece a partir das suas ações, ou seja, do trabalho. Nesse sentido, o trabalho torna-se um elemento que gera a diferenciação da paisagem, antes padronizada.

Esse processo de trabalho é uma resposta a padronização do espaço do conjunto habitacional não apenas do ponto de vista arquitetônico das moradias, mas também funcional. Conforme aponta Rolnik (2014, p. 64) a inserção urbana dos empreendimentos do PMCMV em relação ao acesso aos locais de comércio e serviços apresenta fragilidades relacionadas a dois fatores principais:

- (1) aspectos do desenho urbano, que frequentemente negligencia fatores como a fluidez do ambiente construído e a existência de condições adequadas à circulação de pedestres; (2) à tipologia dos empreendimentos, que geralmente são projetados para abrigar exclusivamente o uso residencial, não prevendo espaços para a provisão de equipamentos públicos e comércio no interior do conjunto habitacional, ou mesmo instalações que permitam a realização de atividades produtivas e a geração de renda tais como costura, salão de beleza e produção de comidas para venda, típicos das dinâmicas econômicas de famílias de baixa renda (ROLNIK, 2014, p. 64).

No conjunto habitacional que nós estamos estudando prevalece o segundo fator. O espaço do conjunto Acácio Figueiredo foi entregue aos moradores com um forte caráter de monofuncionalidade, inexistindo áreas planejadas para que os mesmos possam realizar atividades comerciais. Esses locais passaram a ser construídos pelos moradores mediante o processo de apropriação do espaço. Assim, o espaço habitado se transformou, ganhando novas formas e exercendo novas funções.

Por sua vez, constatamos que novos conjuntos residenciais estão surgindo próximos ao Acácio Figueiredo. Vizinho ao referido conjunto habitacional, no sentido norte, verificamos o surgimento de um novo empreendimento (figura 41) o qual ainda apresenta poucas casas ocupadas. Este conjunto habitacional reforça ainda mais o caráter monofuncional do solo no bairro em análise, predominando a existência de espaços destinados à habitação. É interessante perceber que este empreendimento, que faz parte do Portal Sudoeste, reproduz o mesmo padrão arquitetônico, mostrando que a padronização de moradias não se restringe apenas àquelas que são produzidas através das políticas habitacionais.

Figura 41: Conjunto habitacional localizado ao norte do Acácio Figueiredo



Fonte: Trabalho de Campo – SAMPAIO, Tiago Marques. Junho de 2019.

É importante ressaltar que, todavia, a capacidade de adaptação das habitações pelos moradores apresenta limitações. Sobre os agentes produtores do espaço Santos (2017, p. 80) faz a distinção entre os “atores que decidem e os outros”. O ator que decide, segundo este autor, seria aquele “que pode escolher o que vai ser difundido e, muito mais, aquele capaz de escolher a ação que, nesse sentido se vai realizar”. Analisando o processo de (re)produção

espacial no conjunto Acácio Figueiredo à luz dessa perspectiva percebemos que, os “atores que decidem” nessa conjuntura são o Estado e, sobretudo, o mercado imobiliário. A capacidade de ação dos moradores, comparada com a desses agentes, é muito limitada. As decisões sobre a localização dos imóveis, a tipologia das casas, os espaços públicos construídos no bairro, o padrão arquitetônico das moradias, entre outros fatores, é algo que escapa do poder dos moradores e se concentra nas mãos do setor privado. A construção de estabelecimentos comerciais de forma improvisada e/ou precária e a existência de moradias que não passaram por nenhum tipo de transformação também podem ser vislumbradas como reflexo dessas limitações. Segundo Santos (op. cit. p. 80) “a escolha do homem comum, em muitas das ações que empreende, é limitada. Frequentemente, o ator é apenas o veículo da ação, e não o seu verdadeiro motor”.

Sendo assim, então qual seria atualmente o “*verdadeiro motor*” do processo de (re)produção espacial no conjunto habitacional em análise que estaria por trás da ação dos seus moradores? Enfocando os principais tipos de estabelecimentos comerciais no conjunto habitacional Acácio Figueiredo, bem como sua importância para os moradores (que será discutida a seguir) podemos concluir que as casas adaptadas para o uso comercial transformaram-se em locais de reprodução do *circuito inferior da economia urbana*. Abordamos, no início do segundo capítulo, a lógica que rege os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos, amplamente discutida por Santos (2008a). Segundo este autor o circuito inferior é uma das consequências do atual modelo de crescimento econômico que é, por sua vez, “responsável por uma distribuição de rendas cada vez injusta e impede a expansão do emprego, assim como o desenvolvimento de um mercado interno para os produtos modernos” (SANTOS, 2008a, p. 187). Nesse contexto, o circuito inferior consiste em um circuito econômico “não-moderno, que compreende a pequena produção manufatureira, frequentemente artesanal, o pequeno comércio de uma multiplicidade de serviços de toda espécie. As unidades de produção e de comércio, de dimensões reduzidas, trabalham com pequenas quantidades”. Sua existência se dá “ao lado do circuito moderno” (SANTOS, op. cit. p. 197). Ao distinguir os diferentes tipos de emprego que fazem parte do circuito inferior Santos destaca a questão do *trabalho em casa*. Sobre isso este autor afirma que:

É comum que o local de trabalho dos artesãos e o ponto de venda dos comerciantes sejam em sua habitação, mesmo que alguns disponham de uma venda no mercado ou na cidade. Isso representa uma economia de tempo e de dinheiro e quase sempre constitui a única possibilidade de ter uma atividade econômica. No caso dos artesãos

isso significa também a possibilidade de fugir dos impostos. As mulheres comerciantes podem ter ao mesmo tempo outras atividades, como a de costureira, de lavadeira e sobretudo de mãe de família. O trabalho em casa facilita também as relações com a vizinhança: os clientes estão certos de poderem ser atendidos não importa a que hora, mesmo aos domingos e feriados.

Em casa o trabalho pode se prolongar por longos horários, prática muito corrente no circuito inferior. (...) Esses longos horários podem ser exigidos pelo caráter sazonal da própria atividade ou das atividades que estão ligadas a ela. Mas podem exprimir também a necessidade de aumentar a renda, principalmente quando os lucros não são elevados (SANTOS, p. 217, 2008a).

Durante os estudos de campo realizamos uma entrevista em uma moradia adaptada para uso comercial (supermercado e açougue)³⁵. Através dessa entrevista constatamos que o estabelecimento possui dois funcionários além da proprietária, sendo todos da mesma família (irmãos). Foi ideia da proprietária do imóvel a construção do estabelecimento logo após chegar ao conjunto habitacional tendo em vista a ausência desse tipo de comércio. O entrevistado relatou que a família é de origem do bairro das Malvinas, morando mais de dez anos na moradia anterior, e que antes da mudança não eram comerciantes. Atualmente a família não possui outra atividade remunerada além da manutenção do estabelecimento comercial. O estabelecimento funciona de 07:00 às 13:00 hs e de 15:00 às 19:30 hs e ocupa todo o espaço antes destinado a moradia entregue pelo PMCMV. Por essa razão a família reside no primeiro andar construído acima do estabelecimento, como é possível observar nas imagens a seguir.

³⁵ O modelo do questionário encontra-se em anexo (anexo 2). Utilizamos uma metodologia desenvolvida por Vicentim (2015) realizando algumas adaptações.

Figura 42a, 42b e 42c: Estabelecimento visitado durante a pesquisa



Essa tipologia de comércio, com o estabelecimento ocupando todo o espaço antes destinado à moradia e a construção da casa no primeiro andar, constitui em uma minoria no conjunto habitacional. Na maioria das casas adaptadas para uso comercial encontradas no Acácio Figueiredo o estabelecimento foi construído na parte frontal da casa ou ao lado, ou seja, no espaço destinado para garagem.

Fonte: Trabalho de Campo – SAMPAIO, Tiago Marques. Julho de 2019.

Questionado onde os produtos são adquiridos o entrevistado relatou que existem fornecedores que fazem a entrega dos produtos como também são realizadas compras do estabelecimento *Atacadão*. Foi interessante perceber que, ao ser questionado sobre algo que pudesse melhorar o ambiente comercial no Acácio Figueiredo, aparece na fala do entrevistado

a busca dos moradores pelo comércio de outros bairros e a concorrência que o comércio local enfrenta com esses estabelecimentos, quando ele afirma que

O pessoal [moradores] sai mais pra comprar em Atacadão, o sentido do pessoal é mais de sair pra fora. Aqui o preço é parecido com o do Atacadão, mas eles têm aquela ilusão de sair pra fora. Quem num vai mais é o pessoal que não tem carro, que depende de ônibus, né? Aí não vai fazer feira nesses negócios, né... (entrevista concedida em 02 de julho de 2019).

A fala do entrevistado revela, portanto, as dificuldades para a manutenção e desenvolvimento do comércio local frente às grandes lojas desse departamento já consolidadas em outras regiões da cidade. A ida dos moradores a rede atacadista de supermercado mencionada pelo entrevistado, como também para outros supermercados de outros bairros, também foi constatada através da aplicação dos questionários com os moradores do empreendimento, como será abordado no próximo subitem.

Durante a aplicação dos questionários constatamos também que, em alguns casos, o comércio local favorece não só as relações de vizinhança apontada por Santos como também fortalece o sentimento de pertencimento com o lugar, evitando que os moradores pensem em se mudar do conjunto em virtude do acesso aos locais de comércio. Ao ser questionada sobre o que mais gostava no conjunto habitacional uma das moradoras relatou que seria a proximidade da sua casa com a padaria e o mercadinho. Na sua avaliação o acesso aos locais de comércio após a mudança melhorou e, em sua opinião o comércio que tem surgido no Acácio Figueiredo “é bom, porque tem tudo pertinho de casa”. Essa perspectiva, no entanto, não é compartilhada por todos os moradores, como será mostrado a seguir.

3.2 Análise da acessibilidade dos moradores em relação aos locais de comércio

Diante dos dados do mapeamento do uso e ocupação do espaço no conjunto Acácio Figueiredo nos questionamos: até que ponto o comércio que tem surgido nesse empreendimento supre as demandas da população local? Para responder esse questionamento aplicamos alguns questionários com os moradores do conjunto habitacional.

Para identificar o número de questionários a serem aplicados realizamos o cálculo da amostra³⁶ utilizando as seguintes variáveis:

- Tamanho da população (número de domicílios do lote 1 do conjunto Acácio Figueiredo, que no caso é 400)

³⁶ Para esse cálculo utilizamos a calculadora amostral disponível em: <https://www.netquest.com/pt-br/obrigado-calculadora-tamanho-amostral>

- Nível de confiança (definido em 80%)
- Heterogeneidade (80%)
- Margem de erro (7%)

Obtivemos, com isso, o resultado de 48 questionários como amostra do recorte espacial da pesquisa. Para confecção dos questionários utilizamos o seguinte referencial teórico: sobre os itens do perfil socioeconômico das famílias (questão 1) nos baseamos em Alves (2016). As questões relacionadas com a comparação entre a moradia atual e a anterior (da questão 2 a 14) foram retiradas da metodologia desenvolvida por Rolnik et. al (2015) para avaliação dos empreendimentos do PMCMV. Em relação às questões ligadas ao comércio (15 e 16) nos baseamos em Vicentim (2015). Os questionários foram aplicados entre os dias 5 de junho e 2 de julho de 2019 e seu modelo encontra-se em anexo (anexo 3).

3.2.1 Perfil das famílias entrevistadas

Entre as famílias entrevistadas, destacaram-se mais àquelas formadas por quatro pessoas (39,6%) e por duas pessoas (33,3%). A família mais numerosa que participou da pesquisa contava com oito pessoas. Todas as famílias entrevistadas afirmaram que residem no conjunto habitacional há cerca de quatro anos, desde a época da entrega das casas. Portanto, não encontramos casos de repasse do imóvel.

A maior parte dos entrevistados residiu na moradia anterior em um período entre 5 e 10 anos (54,2%), existindo também muito casos em que esse período é maior que 10 anos (29,2%). Destaca-se, nesse sentido, o percentual de entrevistados que residia em imóvel alugado antes da mudança: 72,9% frente 27,1% que afirmou que sua moradia anterior era cedida. 89,6% dos entrevistados afirmaram preferir a moradia atual que a anterior e um dos principais fatores dessa avaliação é o fato de “sair do aluguel”. Entre os moradores que afirmam preferir a moradia atual é comum a justificativa de “porque é minha” ou então “porque é própria”. Uma das moradoras entrevistadas, aliás, ao responder por que preferia a moradia atual fez uma comparação entre o valor do aluguel que pagava anteriormente e a taxa do PMCMV: “antes eu pagava 200 [reais do aluguel], agora pago 25”.

Também é elevado o percentual de entrevistados que relatou não ter pensado em se mudar após a mudança para o Acácio Figueiredo (83,3%). Os principais motivos relatados por aqueles que já pensaram em se mudar estão relacionados com a localização do

empreendimento que será abordada nos próximos subitens. Acreditamos que o fato dos moradores do Acácio Figueiredo habitarem nessas moradias em um período relativamente longo possa influenciar, em parte, nesse percentual. Uma das moradoras entrevistadas disse que não pensava em se mudar pois “se acostumou” com a nova moradia.

Dentre as famílias que participaram da pesquisa percebemos que um perfil específico se destacou mais que os outros: na maior parte das famílias entrevistadas a posição de chefe é ocupada por mulheres (58,3%). Ademais, em 68,8% das referidas famílias existe algum beneficiário do programa Bolsa Família e, em 50% da população entrevistada, o referido benefício constitui na única renda declarada pelos entrevistados ³⁷. Considerando apenas o perfil das (dos) chefes de famílias, contata-se um elevado percentual de escolaridade e renda baixas, como é possível observar na tabela 7.

Tabela 7: Perfil dos chefes de família

Ocupação	%	Faixa etária	%	Escolaridade	%	Renda (R\$)	%
Autônomo	8,3	18-29	20,8	Fundamental incompleto	41,7	0-500	50
Carteira Assinada	10,4	30-59	66,7	Fundamental completo	4,2	500-1000	50
Assalariado	20,8	60+	12,5	Ensino médio completo	54,1		
Trabalhador eventual	4,2						
Beneficiário do B. Família	50						
Aposentado ou pensionista	6,3						
Total	100	---	100	---	100	---	100

Fonte: Trabalho de Campo – SAMPAIO, Tiago Marques. Julho de 2019.

Apenas em dois casos encontramos a presença de chefes de família que ainda matem os estudos. Em relação ao estado civil dos mesmos a maioria dos entrevistados relatou ser casado (a) (35,4%), índice seguido por solteiro (25%), divorciado (22,9%), união estável (14,6%) e viúvo (2,1%).

³⁷ Acreditamos que o horário da aplicação dos questionários (durante a semana, sempre no período da manhã) possa ter influenciado para que esse perfil de família se sobressaísse em relação aos demais. Durante esse horário encontramos muitas casas fechadas devido os moradores estarem no horário de trabalho. Por essa razão não adotamos uma metodologia específica para escolher as casas das famílias que iriam participar da pesquisa. Em relação ao percentual de famílias chefiadas por mulheres é importante ressaltar que, entre os critérios de seleção dos beneficiados pelo PMCMV a lei nº 12.424, de 16 de junho de 2011, determinou, dentre outras alterações, a “prioridade de atendimento às famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar” (BRASIL, 2011).

Ainda sobre a renda das famílias entrevistadas uma das moradoras que participou da pesquisa destacou a ausência de oportunidades que possam gerar emprego no bairro. Questionada sobre o que gostaria que tivesse no conjunto habitacional esta moradora relatou que, nesse sentido, gostaria que tivesse “mais benefícios... emprego. Uma coisa pra gente trabalhar”.

Questionados sobre o que mais gostava no conjunto habitacional a maioria dos entrevistados fez referência ao mesmo aspecto: a “tranquilidade”, o “sossego” ou a “calmaria” no Acácio Figueiredo. Os aspectos que os moradores menos gostam, no entanto, estão relacionados, em parte, com a localização do empreendimento e serão abordados a seguir.

3.2.2 Avaliação do conjunto Acácio Figueiredo pelos moradores

Em relação às dificuldades enfrentadas pelos moradores do Acácio Figueiredo três aspectos se tornaram mais frequentes entre as falas dos entrevistados: a ausência de atendimento nos postos de saúde existentes no perímetro do empreendimento, a ausência de equipamentos de lazer e a distância do conjunto habitacional em relação aos locais de comércio e serviços.

Muitos moradores, ao serem questionados sobre o que gostariam que tivesse no conjunto habitacional, responderam “uma praça” ou uma “área de lazer”. Um dos moradores respondeu que o que gostaria que tivesse seria “uma praça, uma quadra, uma área de lazer pro povo do conjunto”. Questionado sobre o que mais gostava no conjunto habitacional ele respondeu que o Acácio Figueiredo “não tem nada de interessante. É só casa, só muro”.

Sobre a distância do conjunto habitacional uma das moradoras que participou da pesquisa, por exemplo, afirmou que sente falta da moradia anterior (bairro do Catolé) pois ela estava localizada “perto do centro, da feira, da farmácia, perto de tudo. Aqui é longe de tudo”.

Outra moradora entrevistada corroborou com essa mesma perspectiva. Esta relatou que preferia morar na moradia anterior (bairro das Malvinas) e que, analisando a moradia atual, afirmou que: “a gente aqui é uma calamidade, a gente é esquecido de tudo. Não tem um enfermeiro [no posto de saúde] pra tirar a pressão”. Esta moradora, ademais, afirmou que já pensou em se mudar do Acácio Figueiredo. Questionada sobre o motivo sua resposta foi “a falta de tudo”.

Questionada sobre o que menos gostava no conjunto habitacional outra moradora também fez referência à ausência de atendimento nos postos de saúde e a distância aos locais de comércio: “saúde... Não tem [atendimento no] posto [de saúde], medicamento que não tem, faltando tudo. E aqui é muito longe”. Sobre sua avaliação em relação ao acesso aos locais de comércio ela avaliou que, após a mudança, piorou “porque aqui é longe. Pra tirar dinheiro tem que ir na Catingueira. Aqui tem que melhorar, porque é longe. E caro”. Outra moradora, ademais, compartilhou dessa mesma perspectiva, afirmando que o que menos gostava no conjunto habitacional era a “distância de tudo”.

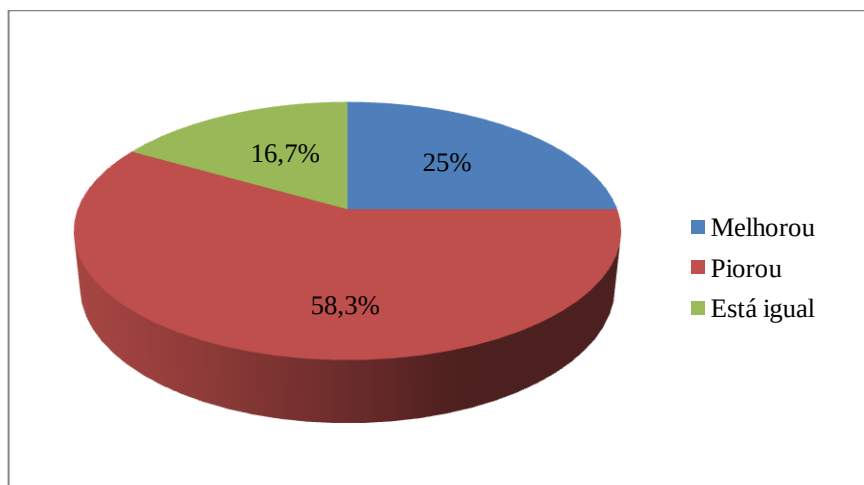
Sobre a opinião dos moradores em relação ao comércio que tem surgido no Acácio Figueiredo muitas falas revelaram que o comércio local não suprem as demandas dos moradores: “aqui tem pouco comércio. Quando você quer comprar não tem. Tem que se deslocar para o centro” relatou um dos entrevistados. Outra moradora avaliou que a atividade comercial no conjunto passou por um declínio: “era bom [o comércio no Acácio Figueiredo] mas depois piorou porque abandonaram a feira [Sudoeste]”. Outro morador, aliás, questionou durante a aplicação dos questionários se fazíamos parte da prefeitura ou se conhecíamos algum político que pudesse fazer algo para recuperar/ revitalizar a referida feira. Foi recorrente na fala dos entrevistados o desejo de que a Feira Sudoeste voltasse a ter a atividade comercial dos anos anteriores.

Embora apresente divergências, a opinião que se sobressai entre a população entrevistada é de que, com a mudança para o conjunto Acácio Figueiredo, o acesso aos locais de comércio piorou, como será abordado a seguir.

3.2.3 Hábitos de consumo dos moradores

As opiniões dos moradores que participaram da pesquisa em relação ao comércio que tem surgido no Acácio Figueiredo variaram. Enquanto alguns moradores fizeram uma avaliação positiva, muitos o consideram “muito fraco” ou insuficiente para a manutenção das necessidades pessoais. Prevalece a percepção de que, com a mudança, o acesso aos locais de comércio piorou, avaliação compartilhada por 58,3% dos entrevistados (gráfico 3).

Gráfico 3: Acesso aos locais de comércio após a mudança



Fonte: Trabalho de Campo – SAMPAIO, Tiago Marques. Julho de 2019.

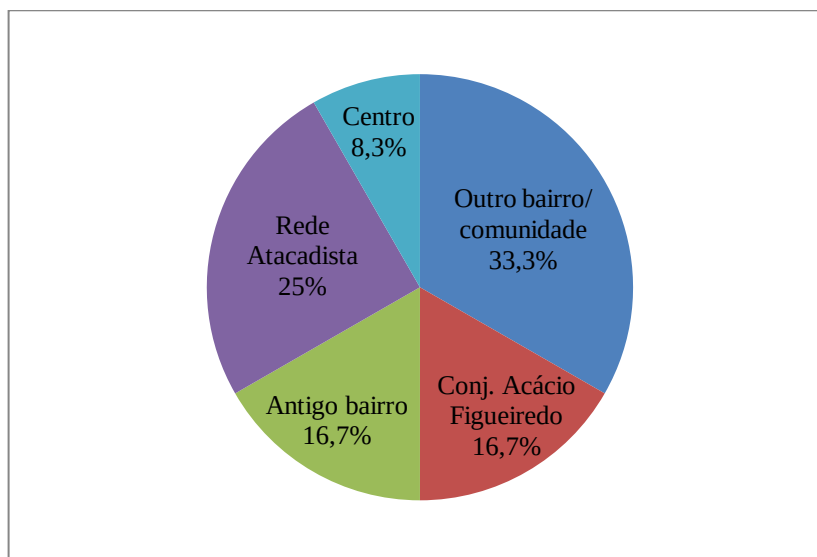
É geralmente nas ruas que concentram um número maior de estabelecimentos comerciais que encontramos os moradores que afirmaram que o acesso ao comércio melhorou.

Ao realizarmos o mapeamento das formas de uso e ocupação do espaço tínhamos a hipótese de que o comércio dos itens relacionados ao supermercado acontecia, em grande parte, no bairro devido ao número de mini box/ mercadinhos que surgiram nos espaços residenciais. Ao analisarmos os dados obtidos com a aplicação dos questionários, no entanto, percebemos que a influência desses estabelecimentos nos hábitos de consumo dos moradores é menor em relação ao que havíamos pensado. A maioria dos entrevistados (33,3%) relatou realizar as compras de supermercado (alimentação) em outro bairro, sobretudo nos bairros Acácio Figueiredo³⁸, Bairro das Cidades e na comunidade Rocha Cavalcante³⁹. Ao longo da pesquisa esses bairros se revelaram em subcentralidades para os moradores entrevistados em diversos momentos. São as regiões urbanas mais consolidadas próximas ao empreendimento. Esse índice é seguido pelas famílias que frequentam a rede atacadista de supermercados da cidade (25%), como mostra o gráfico 4.

³⁸ Popularmente conhecido como bairro da Catingueira.

³⁹ Considerado por muitos como um bairro, o Rocha Cavalcante na verdade é uma comunidade também localizada no bairro Três Irmãs, mas em uma região de urbanização mais consolidada. Por estar em um local distante do conjunto Acácio Figueiredo, optamos por somar os índices daqueles que responderam em seus hábitos de consumo “Rocha Cavalcante” com os números de outros bairros, formando assim o subitem “Outro Bairro/comunidade”. A criação de um subitem intitulado “no bairro” para contabilizar os índices dos hábitos de consumo daqueles que recorrem ao Rocha Cavalcante poderia sugerir uma grande proximidade entre esta comunidade e o conjunto habitacional em análise, o que não corresponde com a realidade.

Gráfico 4: Supermercado (alimentação): local de compra



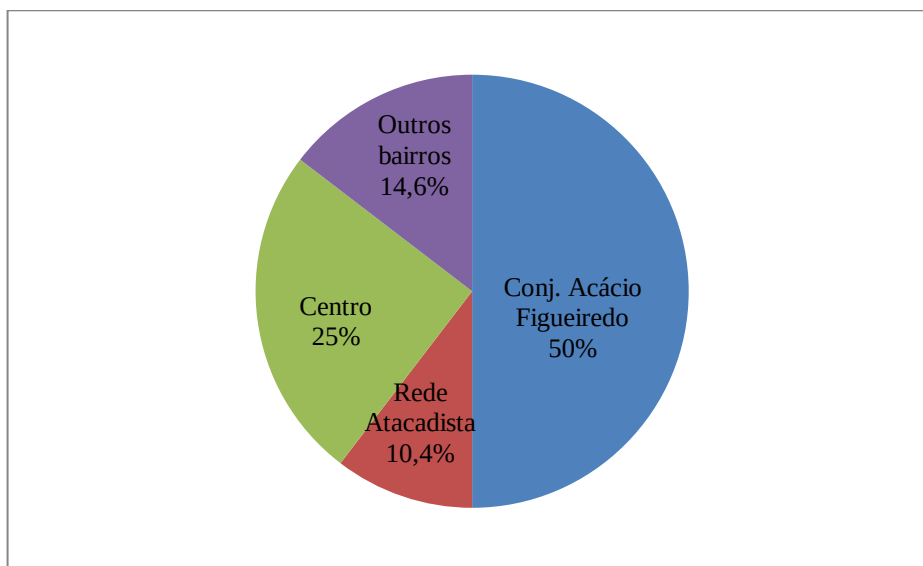
Sobre o índice referente à “rede atacadista”, entre os entrevistados apareceu a citação a mais de uma loja desse ramo (Açaí, Atacadão, etc.). Optamos por agrupar todos em um mesmo grupo ao longo da pesquisa.

Fonte: Trabalho de Campo – SAMPAIO, Tiago Marques. Julho de 2019.

Durante a aplicação dos questionários dois moradores proferiram em sua fala a relação com o comércio dos mercadinhos/mini box locais que acreditamos ser semelhante à de muitos moradores. O primeiro morador mencionado, que faz as compras de supermercado no bairro Rocha Cavalcante, afirmou frequentar o comércio local “às vezes, quando esquece de algum negócio, porque é coisa pouca, pra não ir lá do outro lado[comunidade Rocha Cavalcante]”. O outro morador, que frequenta o comércio do centro da cidade, diz que sua família consome do comércio no Acácio Figueiredo “enquanto a gente não vai pro supermercado grande na feira”. Entre os motivos que se destacam para a ida para outros bairros são frequentemente citados os “preços baixos” e/ou as “variedades de produtos”. Entre aqueles que frequentam o comércio local o principal motivo mencionado é a “proximidade com a casa”.

Na categoria “frutas e verduras” constata-se uma maior participação do comércio local nos hábitos de consumo dos entrevistados (50%), seguido pelo centro (25%), com um número expressivo de moradores que relataram frequentar a feira central da cidade devido aos “preços baixos”. Em seguida, conforme mostra o gráfico 5, aparece o consumo desses itens em outros bairros da cidade como também na rede atacadista.

Gráfico 5: Frutas e verduras: local de compra



Fonte: Trabalho de Campo – SAMPAIO, Tiago Marques. Julho de 2019.

Uma das entrevistadas relatou que consome frutas e verduras no Acácio Figueiredo para “ajudar a feirinha”, o que exemplifica como o comércio local fortalece as relações de vizinhança. Também é de 50% a quantidade de entrevistados que afirmou consumir os itens da categoria “Açougue” no conjunto Acácio Figueiredo (frente a 25% da rede atacadista). Destaca-se no bairro, ademais, o comércio dos itens de material de construção: 41,7% adquirem no referido conjunto enquanto que 12,6% escolhe ir ao centro para suprir essa demanda⁴⁰.

Por sua vez, é no subitem “Padaria” que se constata a melhor inserção urbana⁴¹ entre os tipos de estabelecimentos comerciais em análise. Todos os moradores entrevistados afirmaram que o local de aquisição dos produtos dessa categoria é no Acácio Figueiredo. O conjunto habitacional possui duas⁴² casas adaptadas em padarias, a exemplo da que aparece na figura 43.

⁴⁰ A principal loja de material de construção existente no Acácio Figueiredo aparece na figura 13.

⁴¹ Conforme mencionado essa pesquisa se realiza analisando a inserção urbana do PMCMV na escala do empreendimento. Nessa escala são analisados como o conjunto habitacional “se articula com a malha urbana existente, a disponibilidade de equipamentos públicos, comércio e serviços em seu entorno, as condições de acessibilidade e mobilidade urbana, a oferta de empregos e a disponibilidade de áreas de lazer”. (ROLNIK, 2014, p. 5). Enquanto que no mapeamento do uso e ocupação do espaço no conjunto Acácio Figueiredo mostramos a disponibilidade desses equipamentos, nesta etapa da pesquisa buscamos verificar, através dos questionários aplicados com os moradores, em que medida esses estabelecimentos suprem as demandas da população local.

⁴² Encontramos duas padarias nos lotes que fazem parte do conjunto Acácio Figueiredo. Nos lotes que fazem parte do Raimundo Suassuna (lotes 4 e 5) também existem casas adaptadas para uso comercial mas estes estabelecimentos não aparecem no mapeamento do uso do espaço pois o referido conjunto habitacional, que

Figura 43: Exemplo de padaria encontrada no empreendimento

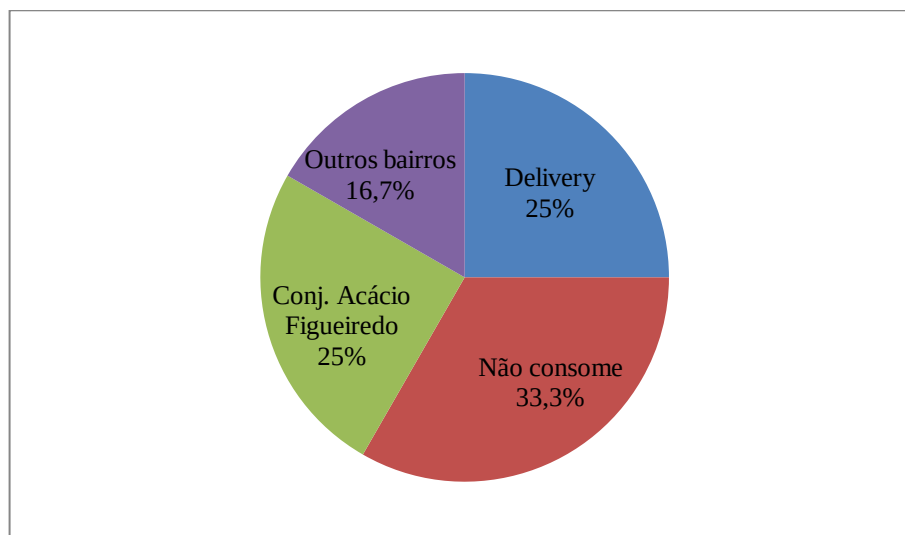


Fonte: Trabalho de Campo – SAMPAIO, Tiago Marques. Julho de 2019.

Ainda sobre os hábitos de consumo dos moradores relacionados com alimentação, na categoria “restaurante, pizzeria, lanchonete, sorveteria, etc.”, 25% dos entrevistados afirmou consumir os alimentos desses ramos no conjunto Acácio Figueiredo. Esse é o mesmo índice de entrevistados que relatou fazer os pedidos e consumir em casa. No entanto, é maior o índice de pessoas que relataram não consumir esses produtos (gráfico 6).

possui a mesma tipologia do Acácio Figueiredo, não faz parte do recorte espacial dessa pesquisa. É possível que os moradores, ao afirmarem que consomem determinados itens no Acácio Figueiredo frequente, na verdade, um estabelecimento do Raimundo Suassuna. Muitas pessoas que frequentam o empreendimento não possuem uma definição clara da divisão entre os dois conjuntos, o que inclui funcionários do posto de saúde do bairro com os quais conversamos no início da pesquisa de campo. A divisão exata entre o Acácio Figueiredo e Raimundo Suassuna foi constatada nos documentos que encontramos na unidade da CEHAP de Campina Grande.

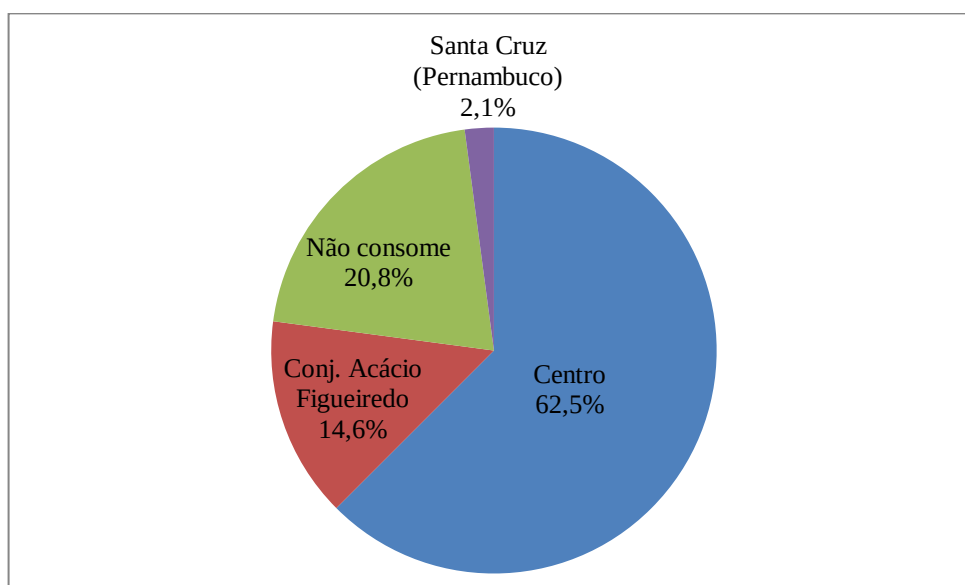
Gráfico 6: Restaurante, pizzaria, lanchonete, sorveteria, etc.: local de compra



Fonte: Trabalho de Campo – SAMPAIO, Tiago Marques. Julho de 2019.

Além categoria de “Frutas e verduras” o centro da cidade de Campina Grande se destaca em mais quatro hábitos de consumo os quais, por sua vez, acontecem geralmente de forma eventual: eletrodomésticos e eletrônicos; medicamentos; serviços financeiros; e vestuário, se sobressaindo neste último. Como é possível observar no gráfico 7, 62,5% dos entrevistados relataram realizar suas compras relacionadas ao vestuário no centro, enquanto que 14,6% afirmaram consumir os itens dessa categoria no próprio conjunto habitacional.

Gráfico 7: Vestuário e Complementos: local de compra



Fonte: Trabalho de Campo – SAMPAIO, Tiago Marques. Julho de 2019.

O índice de entrevistados que relatou consumir os itens de vestuário no conjunto Acácio Figueiredo revela, portanto, a existência de outras formas de comércio no bairro que são desenvolvidas sem a construção de um estabelecimento comercial. Em conversa com uma das comerciantes da Feira Sudoeste que vendia verduras, por exemplo, ela relatou que também vendia roupas.

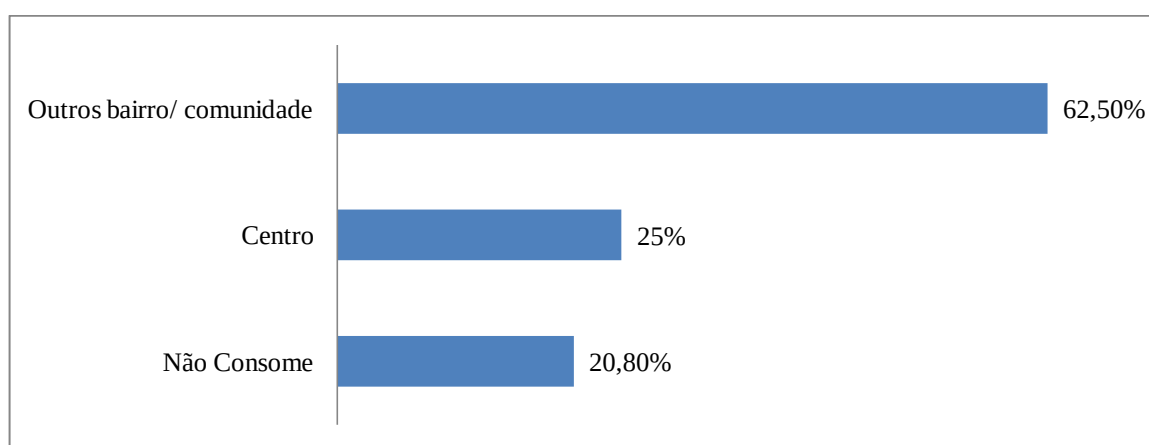
No caso dos eletrodomésticos e eletrônicos 35,4% afirmou ir ao centro quando precisa suprir essa demanda, enquanto 4,2% afirmou comprar pela internet. Os demais entrevistados (60,4%) relataram não ter adquirido produtos dessa categoria recentemente. Em relação aos serviços de beleza e serviços automotivos ambos apresentaram um alto número de moradores que afirmou não consumir/ utilizar esses serviços: 70,9% e 83,3% respectivamente. Também apresentou um percentual elevado (66,7%) o índice de entrevistados que relatou não consumir os produtos relacionados à categoria “bebidas”.

Embora existam alguns estabelecimentos comerciais no Portal Sudoeste estes não aparecem nos hábitos de consumo dos moradores, o que pode estar relacionado com a questão dos preços. Sobre o comércio desse local, uma moradora relatou que, comparado com o comércio no Acácio Figueiredo, “lá no Portal é que é caro mesmo”.

O fato dos moradores frequentarem o comércio local, no entanto, não revela, por si só, se estes estabelecimentos apresentam condições satisfatórias de inserção urbana. Entre os entrevistados que relatou frequentar os estabelecimentos comerciais no conjunto Acácio Figueiredo o motivo que se destaca é a proximidade com a casa, existindo também casos em que é mencionada a qualidade do atendimento e a proximidade com o dono do estabelecimento. Por outro lado, entre aqueles que recorrem à atividade comercial de outros bairros, o principal motivo são os “preços baixos” ou a “qualidade/variedade dos produtos”. Ou seja, embora atenda parte das demandas da população entrevistada, o comércio local carece de um aprimoramento para que sejam oportunizadas melhores condições para os comerciantes e consumidores. Para tanto, seria fundamental a existência de políticas públicas que pudessem incentivar o comércio local, tanto com a construção de espaços destinados para essa atividade, como também com a capacitação dos moradores. Existe também, nesse contexto, a questão de mobilidade, enfrentada por aqueles que não possuem transporte particular mencionada pelo comerciante entrevistado, o que se torna um dos fatores para que os moradores frequentem o comércio existente nas proximidades da sua habitação.

As categorias que apresentaram pior inserção urbana estão relacionados a compra de medicamentos e aos serviços financeiros (pagamentos, saques, depósitos, etc.), o que é decorrente da ausência de farmácias e casas lotéricas/ agências bancárias próximas ao Acácio Figueiredo. Devido a ausência de farmácia a maior parte dos entrevistados (62,5%) relatou ir para outros bairros para atender suas demandas. Nesse caso, destacam-se nos relatos o bairro Acácio Figueiredo (Catingueira) e a comunidade Rocha Cavalcante, as mesmas subcentralidades em relação às compras dos moradores de supermercado. O centro também aparece como local de compra de medicamentos, como mencionado, para 25% dos entrevistados (gráfico 8).

Gráfico 8: Medicamentos: local de compra

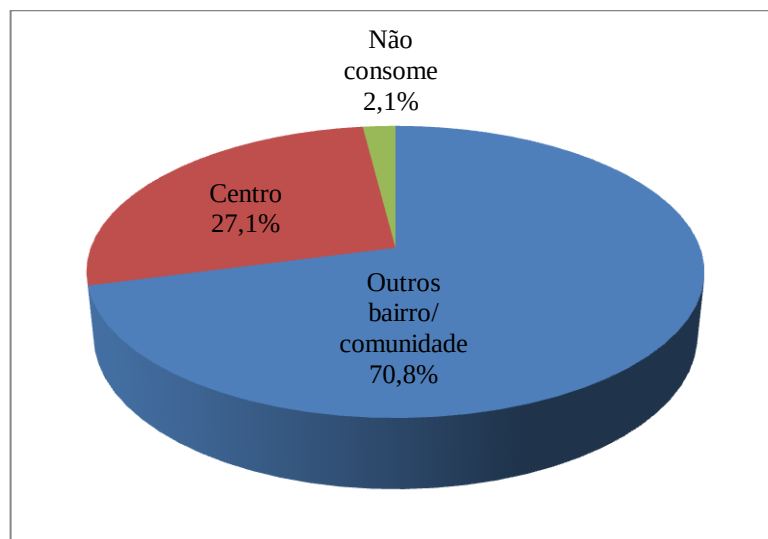


Somados, os índices totalizam mais de 100% pois alguns moradores fizeram referência a mais de um local de compra de medicamentos.

Fonte: Trabalho de Campo – SAMPAIO, Tiago Marques. Julho de 2019.

Assim como em relação à ausência de farmácias, é muito recorrente na fala dos entrevistados a ausência de um local de acesso aos serviços financeiros. Para suprir essa demanda a população local também recorre aos bairros vizinhos, destacando-se mais uma vez o bairro Acácio Figueiredo (Catingueira) e a comunidade Rocha Cavalcante. O centro também aparece como local para a realização desses serviços, mas para uma parcela de entrevistados menor que àqueles que recorrem aos bairros vizinhos ao conjunto Acácio Figueiredo, como mostra o gráfico 9.

Gráfico 9: Serviços financeiros (pagamentos, saques, depósitos, etc.)



Fonte: Trabalho de Campo – SAMPAIO, Tiago Marques. Julho de 2019.

Sendo assim, podemos concluir que, com o PMCMV, o Estado entrega nas mãos dos moradores o papel de construir os espaços necessários para a reprodução da vida além da moradia e dos equipamentos públicos destinados à saúde e a educação básica, sem fornecer nenhum auxílio para isso. Os moradores, então, são encarregados de produzir os elementos que fazem parte da cidade e do urbano sem nenhum planejamento ou suporte do poder público. O resultado é a inserção satisfatória de alguns tipos de estabelecimentos comerciais, enquanto outros permanecem inexistentes, mesmo após quase quatro anos da entrega das casas.

3.3. As barreiras físicas no conjunto habitacional

Além do acesso aos locais de comércio outro fator importante para a análise da inserção urbana dos conjuntos habitacionais é a questão da mobilidade dos moradores. Rolnik (2014) destaca a importância da avaliação das condições de mobilidade nos empreendimentos do PMCMV na escala local compreendendo que

a capacidade de se deslocar pelo território e de acessar diferentes lugares, atividades e serviços tem a ver com características do desenho urbano, do parcelamento do solo e da permeabilidade das edificações (ROLNIK, 2014, p. 54).

Conforme discutido no capítulo anterior os conjuntos Acácio Figueiredo, Raimundo Suassuna e, sobretudo, Major Veneziano foram construídos em uma área de vazio urbano o que, por sua vez, reduz a circulação dos moradores e, conseqüentemente, a “possibilidade de proliferação de usos e atividades que confirmam diversidade social e cultural a essas áreas, favorecendo a perpetuação de um tecido urbano de caráter monofuncional (ROLNIK, 2014, p.

54)”. Entretanto, ao aplicarmos os questionários encontramos outro elemento que dificulta a integração territorial dentro do conjunto habitacional. Questionada sobre o que gostaria que tivesse no Acácio Figueiredo uma moradora respondeu que “o canal era pra tá com uma ponte”. O canal mencionado pela moradora atravessa o lote 5 do empreendimento, ou seja, faz parte do conjunto Raimundo Suassuna. Dentro do referido empreendimento não encontramos nenhuma ponte que pudesse permitir a passagem para o outro lado do canal. A única ponte nas proximidades está localizada fora conjunto habitacional em outro bairro (Bairro das Cidades). Ao longo da maior parte do percurso é notório o acúmulo de lixo às margens do canal (figura 44).

Figura 44: Canal do conjunto Raimundo Suassuna



Em segundo plano o conjunto Raimundo Suassuna.

Fonte: Trabalho de Campo – SAMPAIO, Tiago Marques. Julho de 2019.

Nas figuras 45a e 45b é possível observar o rio que passa por dentro do conjunto Raimundo Suassuna. A primeira imagem é de quando o rio chega ao perímetro do referido empreendimento e a segunda após sua saída. Como mostram as imagens o único trecho do rio que é canalizado é o que faz parte do Raimundo Suassuna. Quando chegamos ao final do canal encontramos a construção de muitas habitações precárias, algumas muito próximas ao leito do rio. O odor das águas causado pela poluição é muito forte. Uma das principais fontes de renda das famílias que moram nesse local é a coleta de material reciclado, o que foi possível perceber através do acúmulo de resíduos sólidos próximos às habitações.

Figura 45a e 45b: Rio que passa por dentro do conjunto Raimundo Suassuna



A segunda foto foi registrada na única ponte existente nas proximidades, localizada no Bairro das Cidades.
Fonte: Trabalho de Campo – SAMPAIO, Tiago Marques. Julho de 2019.

É às margens do canal que encontramos o único espaço público dentro do perímetro do Acácio Figueiredo e Raimundo Suassuna destinado ao lazer: uma praça, completamente abandonada pela gestão municipal e na qual muitos de seus equipamentos não estão mais em condições de serem utilizados, como mostra a figura 46.

Figura 46: Praça do conjunto habitacional Raimundo Suassuna



Fonte: Trabalho de Campo – SAMPAIO, Tiago Marques. Julho de 2019.

O excesso de vegetação em vários locais da praça revela que este espaço não é frequentado pelos moradores. A ausência de espaços públicos de lazer de qualidade para os beneficiados pelos conjuntos Acácio Figueiredo e Raimundo Suassuna compromete a vida

cotidiana dos moradores pois reduz as possibilidades para que estes possam realizar a sua vida em sociedade.

A distância de alguns locais de comércio, a ausência de espaços públicos de lazer (ambos frequentemente citados pelos moradores) e as barreiras físicas decorrentes do desenho urbano do empreendimento e de sua localização são, portanto, as principais privações do urbano enfrentadas pelos moradores do Acácio Figueiredo identificadas nessa pesquisa.

Ao longo desse trabalho buscamos mostrar o espaço enquanto um reflexo do modo de produção dominante. Na produção capitalista do espaço a prática socioespacial

tem concretude no plano do cotidiano como o lugar da reprodução do capital e da realização das alienações impostas pelo desenvolvimento da lógica da valorização. (...) Vivida no plano do cotidiano, em seus fragmentos e percebida como exterioridade, a cidade privatizada torna-se fonte de privação. Nesse plano, o modo diferencial da apropriação dos lugares da vida constitui a segregação como racionalidade que se projeta pela separação dos sujeitos no espaço. A segregação – como a forma da desigualdade espaço-temporal – realiza-se como a negação do urbano e da vida urbana através da separação dos lugares da vida enquanto elementos autônomos. Portanto, a prática espacial urbana despedaçada sinaliza o empobrecimento e a deterioração da vida social diante da extensão da mercantilização que acompanha a privatização do mundo (CARLOS, 2017, p. 35).

Através do PMCMV foi construída uma verdadeira cidade dentro do bairro Três Irmãs mas o urbano foi negado aos seus moradores ao distancia-los dos espaços públicos de lazer, dos locais de comércio, do saneamento básico para aqueles que moram perto do canal, entre outros fatores, o que, em alguns aspectos, precariza a vida cotidiana dos beneficiados e, conseqüentemente, sua prática socioespacial. A tendência é que essa precarização se agrave caso continue o processo já em curso de austeridade e ajuste fiscal realizado pelo Governo Federal o qual tem causado o desmonte das políticas públicas e o agravamento das desigualdades sociais no país.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho analisamos o processo de (re)produção espacial no conjunto habitacional Acácio Figueiredo, localizado no bairro Três Irmãos na cidade de Campina Grande. Procuramos entender este lugar como parte da totalidade, ou seja, parte do modo capitalista de produção. Ao longo dos três capítulos da dissertação apresentamos a produção espacial campinense como um produto do trabalho, socialmente produzido pelo processo de trabalho e reflexo do modo de produção dominante.

Com isso, procuramos elucidar as contradições desse processo o qual é fundamentado no direito à propriedade privada que é, por sua vez, legitimado pelo Estado. Este, em parceria com o mercado imobiliário, passou a ter um maior protagonismo nos rumos da política habitacional brasileira, aumentando os investimentos em habitação, mas sobrepondo os interesses do setor imobiliário às reivindicações dos movimentos sociais urbanos. O resultado foi a construção de grandes empreendimentos em regiões afastadas do centro da cidade, nos locais onde os terrenos são mais baratos e os serviços são mais precários, gerando um cenário de segregação, tal como no conjunto habitacional analisado nessa pesquisa.

Através do referencial teórico vimos que a produção de moradias nas áreas periféricas das cidades no contexto recente se dá em razão dos interesses do mercado imobiliário que, em parceria com o Estado, transforma o déficit habitacional em nicho de mercado e assim a política habitacional passa a funcionar como uma política imobiliária. Além disso, com a incorporação das infraestruturas construídas através das políticas habitacionais as áreas periféricas tornam-se mais valorizadas e, dessa forma, essas regiões se transformam em um instrumento para a obtenção de lucro para o setor imobiliário. Vimos também que esse processo de investimentos do capital financeiro nas áreas periféricas consiste em nova rodada espacial da reprodução do capitalismo imobiliário no Brasil que está, por sua vez, relacionada com a chamada mundialização financeira. O PMCMV se insere, nesse contexto, como a expressão mais recente dessa conjuntura, na qual a política urbana é entregue nas mãos do setor privado.

A análise do espaço do conjunto habitacional Acácio Figueiredo revela como os seus moradores estão conseguindo realizar a sua vida em meio às privações do urbano. Se por um lado o programa contemplou a construção de equipamentos públicos destinados à saúde e à educação básica, por outro esta região carece de locais destinados ao lazer e ao comércio, bem como de atendimento médico na unidade básica de saúde.

O mapeamento das formas de uso e apropriação do solo no Acácio Figueiredo apresenta a construção de espaços antes não contemplados pelo projeto do empreendimento. Destaca-se, nesse sentido, o número de casas adaptadas para uso religioso (igrejas) e também destinadas ao comércio de alimentos (supermercado/ mini box).

O elevado percentual de moradores que dependem dos estabelecimentos comerciais de frutas e verduras, açougue, materiais de construção e, principalmente, padaria no conjunto habitacional, estabelecimentos esses que funcionam em espaços residenciais adaptados para uso comercial, mostra como a inserção desses espaços é negligenciada pelos gestores urbanos. Considerando que o conjunto habitacional faz parte da faixa 1 do programa é importante lembrar que nessa faixa se encontram as famílias contempladas que possuem as menores rendas. Portanto, não são todos os moradores que possuem condições ou interesse de adaptar sua moradia para o uso comercial. Na ausência de moradias que realizem esse processo de adaptação a alternativa dos moradores é se deslocar para o centro da cidade ou ao subcentro comercial mais próximo. É o que acontece no conjunto habitacional em análise em relação, principalmente, ao acesso aos locais de comércio de remédios (farmácia), vestuário e serviços financeiros.

Ademais, a (re)produção espacial no conjunto habitacional Acácio Figueiredo e Raimundo Suassuna exemplifica como a valorização do espaço nas áreas periféricas da cidade ocorre de maneira fragmentada, tal como defende Volochko (2015). Se, por um lado, registra-se uma expansão da produção habitacional do Portal Sudoeste com o surgimento de novos imóveis ao norte do Acácio Figueiredo destinados a um público de classe média, por outro, constata-se a existência de construções precárias, principalmente próximas ao Major Veneziano e ao Raimundo Suassuna após o término do trecho do rio canalizado. Para estudos futuros acreditamos que seriam pertinentes novas pesquisas que analisem essa questão da valorização espacial a partir da construção dos empreendimentos do PMCMV no bairro Três Irmãs, mostrando os desdobramentos desse processo.

Os resultados dessa pesquisa apontam para a necessidade de que as políticas habitacionais incluam no desenho urbano dos empreendimentos espaços destinados para a realização de atividades comerciais o que iria favorecer não apenas a proliferação de outras formas de uso e ocupação do espaço além da moradia, mas também iria contribuir na geração de renda para os moradores, a exemplo de um mercado público. A ausência de espaços de geração de renda apareceu na fala de uma das entrevistadas que relatou que, o que mais

gostaria que tivesse no conjunto habitacional, seria “uma coisa pra gente trabalhar”. Além da geração de renda, a construção de espaços destinados para a realização de atividades comerciais iria facilitar o acesso dos moradores ao comércio o que, ademais, poderia fortalecer as relações de vizinhança.

A construção de locais de lazer também se revela como um dos principais desejos dos moradores do conjunto habitacional, desejo esse expressado na fala do morador que afirmou que o Acácio Figueiredo “não tem nada de interessante. É só casa, só muro”. Destaca-se, nesse sentido, a ausência da gestão municipal não apenas na construção e manutenção de espaços públicos de lazer, mas também em relação à falta de atendimento nos postos de saúde do bairro o que, aliás, também tem sido enfrentado em outros bairros da cidade. Diante disso, compreendemos que alguns problemas enfrentados pelos moradores do Acácio Figueiredo escapam ao PMCMV, tendo sua origem em outras esferas do poder público.

Embora tenha elevado os investimentos em moradia o PMCMV favoreceu a produção da habitação popular de forma massificada em escala nacional atrelada às estratégias do setor privado. Diante da construção de grandes empreendimentos residenciais populares na periferia é fundamental que a gestão municipal busque a integração dos moradores desses conjuntos habitacionais com os locais de trabalho, estudo e necessidades cotidianas, garantindo assim que os referidos moradores tenham efetivado o direito à moradia digna e, de forma mais ampla, o seu direito à cidade. Vimos que, no entanto, o PMCMV inibe a criação de alternativas locais para os problemas relacionados com habitação diante da facilidade de obtenção de recursos federais, tal como defende Lima (2010). O abandono da gestão municipal de Campina Grande com os problemas enfrentados pelos moradores do Acácio Figueiredo, e com a questão de moradia de modo geral, aparece como expressão desse processo. A única obra referente ao acesso à moradia que a gestão municipal vem realizando para entregar a população campinense é o Complexo Aluizio Campos que, aliás, faz parte do PMCMV.

A reprodução das desigualdades sociais em razão dos “efeitos colaterais” do PMCMV, bem como o descaso da gestão municipal com essas questões e, ademais, o cenário de ajuste fiscal que vem avançando em escala nacional e desmontando as políticas públicas expressam, portanto, as ações do Estado para a conservação das contradições da sociedade capitalista e para a manutenção da divisão dessa sociedade em classes.

5. REFERÊNCIAS

A UNIÃO. **Cehap sorteia beneficiários de residenciais em Campina Grande**. Ano CXXII, n. 148. João Pessoa, Paraíba, Sábado, 25 de Julho de 2015. Disponível em: https://issuu.com/auniao/docs/jornal_em_pdf_25-07-15. Acesso em 05 de março de 2019.

ALVES, Gustavo Daniel Farias. **Mobilidade urbana nos empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV)**: Os casos dos conjuntos Major Veneziano e Dona Lindu em Campina Grande, PB. 2016

ALVES, Glória da Anunciação. As centralidades periféricas: da segregação socioespacial ao direito À cidade. In: **Geografia Urbana Crítica: teoria e método**. São Paulo: Contexto, 2018.

AFONSO, Alcilia; CARVALHO, Jully. **O Ouro branco no nordeste brasileiro**: Análise de dois estudos de casos. Resgate das fontes documentais do patrimônio industrial do ciclo do algodão em Campina Grande. 1900-1950. 4º Seminário Ibero-Americano Arquitetura e Documentação Belo Horizonte, de 25 a 27 de novembro de 2015.

AMORE, Caio Santo. Minha Casa Minha Vida para iniciantes. In: _____.; SHIMBO, Lúcia Zanin; RUFINO, Maria Beatriz Cruz.(Org.). **Minha casa... E a cidade?** 1ed.Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015, p. 11-28

AMORE, Caio Santo; LEITÃO, Karina. O espaço existe, o espaço importa: impactos da austeridade fiscal na provisão de habitação social e na urbanização de favelas. In: ROSSI, Pedro; DWECK, Esther; OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de. **Economia para poucos**: impactos sociais da austeridade e alternativas para o Brasil. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.

ARRETCHE, Marta. **Intervenção do Estado e sector privado: o modelo brasileiro de política habitacional**. Espaço & Debates, n. 31, ano x, 1990.

BERNARDO, Luciano Tiago. **A classe média brasileira no século XXI e sua relação com o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV)**: reflexões a partir de Uberlândia (MG). Tese (Doutorado em Geografia) 2018.

BONDUKI, Nabil. **Os pioneiros da habitação social**. V. 1 Cem anos de política pública no Brasil. São Paulo: Editora Unesp/Edições Sesc, 2014

_____. **Origens da habitação social no Brasil**. 7ª ed. São Paulo: Estação Liberdade: Fapesp, 2017.

_____. **Do Projeto Moradia ao programa Minha Casa, Minha Vida**. Teoria e Debate. N 82. Maio/Junho de 2009.

BOTELHO, Adriano. **O urbano em fragmentos**: A produção do espaço e da moradia pelas práticas do sector imobiliário. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007

BRAGA, Ruy. Terra em transe: o fim do lulismo e o retorno da luta de classes. In: SINGER, André; LOUREIRO, Isabel (Orgs.). **As contradições do lulismo**: a que ponto chegamos? São Paulo: Boitempo, 2016.

BRASIL. **Minha Casa Minha Vida entrega 1.948 casas na Paraíba**. 2015a. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/noticias/infraestrutura/2015/09/minha-casa-minha-vida-entrega-1948-casas-na-paraiba>. Acesso em 10 de fevereiro de 2019.

_____. **Minha Casa Minha Vida já investiu R\$ 270 bilhões na economia brasileira, afirma Dilma**. 2015b. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/noticias/cidadania-e-inclusao/2015/08/minha-casa-minha-vida-ja-investiu-r-270-bilhoes-na-economia-brasileira-afirma-dilma>. Acesso em 05 de março de 2019.

_____. **Avaliação de Políticas Públicas. Programa Minha Casa Minha Vida**. Outubro de 2017. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/estudos/2017/InformativoAvaliacaoPoliticPublicasPMCMV_WEB.pdf. Acesso em 16 de março de 2019.

_____. **Minha Casa Minha Vida tem unidades reservadas para idosos**. 2014. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/eu-vou/minha-casa-minha-vida-tem-unidades-reservadas-para-idosos>. Acesso em 21 de março de 2019.

_____. Com nova fase, Minha Casa Minha Vida vai alcançar 4,6 milhões de casas construídas. **Portal Brasil**, 1º abr. 2016. Disponível em <http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2016/03/minha-casa-minha-vida-chega-a-3a-fasecom-2-milhoes-de-novas-moradias-ate-2018>. Acesso em 15 de maio de 2019.

_____. **Lei Nº 12.424**, de 16 de junho de 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12424.htm#art1. Acesso em 20 de julho de 2019.

CAPEL, Horacio. **La morfologia de las ciudades**. V. III. Agentes urbanos y mercado inmobiliario. Barcelona: Serbal, 2013.

_____. **Capitalismo y Morfologia urbana en España**. Barcelona: Ediciones de Frontera, 4 ed., 1983.

CARDOSO, Adauto Lucio; JAENISCH, Samuel Thomas. **Mercado imobiliário e política habitacional nos governos de Lula e Dilma: entre o mercado financeiro e a produção habitacional subsidiada**. XVII ENANPUR. São Paulo, 2017.

CARDOSO, A. L; ARAGÃO, T. A; ARAUJO, F. S. Habitação de interesse social: política ou mercado? Reflexos sobre a construção do espaço metropolitano. In: **XIV Encontro Nacional da ANPUR**. Rio de Janeiro, 2011.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A privação do urbano e o “direito à cidade” em Henri Lefebvre. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; ALVES, Glória; PÁDUA, Rafael Faleiros de (Orgs.). **Justiça espacial e o direito à cidade**. São Paulo: Contexto, 2017.

_____. **A Condição Espacial**. 1. ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2016a.

_____. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: _____; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011.

_____. A prática espacial urbana como segregação e o “direito à cidade” como horizonte utópico. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI (orgs.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. 1ª. ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2016b.

CARLOS, A. F. A.; VOLOCHKO, Danilo; ALVAREZ, Isabel Pinto. Introdução. In: _____; _____. (orgs.). In: **A cidade como negócio**. São Paulo: Contexto, 2015.

CORRÊA, Roberto Lobato. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011.

_____. **O espaço urbano**. 3.ed. São Paulo: Ática, 1995.

COSTA, Renata Assunção da. **Uma nova conquista: A família Oliveira Ledo e o processo de ocupação espacial do sertão do Piancó (1663-1730)**. Monografia (Graduação em História) - Departamento de História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

COSTA, Leonardo Barboza da. **Estruturação da cidade de Campina Grande: As estratégias e intencionalidades do mercado imobiliário**. Dissertação de Mestrado. João Pessoa. 2013.

DAMIANI, Amélia Luisa. **A cidade (des)ordenada: Concepção e Cotidiano do Conjunto Itaquera I**. Tese (doutorado). Doutorado em Geografia Humano - USP: São Paulo, 1992.

DEÁK, Csaba. **O mercado e o Estado na organização espacial da produção capitalista**. Espaço & Debates, n. 28, Ano IX, 1989

DINIZ, Lincoln da Silva. **As bodegas da cidade de Campina Grande: objetos de permanência e transformação do pequeno comércio no bairro de José Pinheiro**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

ENGELS, Friedrich. **Sobre a questão da moradia**. São Paulo: Boitempo, 2015.

FARIAS, Paulo Sérgio Cunha; COSTA, Antônio Albuquerque da. **As rugosidades do comércio algodoeiro no espaço urbano atual de Campina Grande-PB**. In: Revista GeoSertões (Unageo/CFP-UFCG). vol. 2, nº 4, jul./dez. 2017.

FRANÇA, João Paulo. **A “rua do esquecimento”**: a memória dominante nos logradouros centrais de Campina Grande-PB. Revista Espacialidades. V. 8, n. 1, 2015.

FRANCA, Sarah Lucia Alves; REZENDE, Vera Lucia. **O Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV EM Aracaju-SE: uma nova “roupagem” da política habitacional do Banco Nacional de Habitação – BNH?** Anais XVIII ENANPUR. Natal. Maio de 2019.

FUNDAÇÃO FRIEDRICH EBERT STIFTUNG (FES). **Austeridade e Retrocesso - finanças públicas e política fiscal no Brasil**. São Paulo: Fórum, 21; GT de Macro da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP); e Plataforma Política Social. Setembro de 2016.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO – FJP. **Déficit Habitacional no Brasil 2015**. Diretoria de Estatística e Informações. Belo Horizonte: FJP, 2018.

GEORGE, Pierre. **Panorama do Mundo Atual**. 2ª ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968.

GOTTIDIENER, Mark. Além da Economia Política Marxista: A Fórmula da Trindade e a Análise do Espaço. In: **A produção social do espaço urbano**. 2ª ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Edusp, 2016.

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

_____. **A produção capitalista do espaço**. 2ª ed. São Paulo: Anablume, 2006.

_____. **Paris: capital da modernidade**. São Paulo: Boitempo, 2015.

_____. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

_____. **Os Limites do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

INSTITUIÇÃO FISCAL INDEPENDENTE (IFI). Relatório de Acompanhamento Fiscal. Outubro de 2017. **Por dentro do gasto público: infraestrutura**. Brasília, 2017. Disponível em: http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/532983/RAF_09_2017_pt05.pdf Acesso em 13/05/2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo demográfico 2010**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/campina-grande/panorama>>. Acesso em: 20 de Agosto de 2018.

KLINTOWITZ, Danielle. Por que o Programa Minha Casa Minha Vida só poderia acontecer em um governo petista? In: **Cad. Metrópoles**. V. 18, n. 35, p.9. 2016.

LEFEBVRE, Henri. A produção do espaço. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão : início - fev.2006

_____. **O direito à cidade**. 5ª ed. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro Editora, 2016.

_____. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

_____. **Marxismo: Uma breve introdução**. Porto Alegre: L&PM, 2017.

_____. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

_____. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

LIMA, Yure Silva. **A política habitacional em Campina Grande (1988-2009)**. Dissertação de Mestrado. João Pessoa. 2010.

MAIA, Doralice Sátyro. **Habitação popular e o processo de periferização e de fragmentação urbana: uma análise sobre as cidades de João Pessoa-PB e Campina Grande-PB**. In: Geosul, Florianópolis, v. 29, n. 58, p 89-113, jul./dez. 2014.

MAIA, Doralice Sátyro; CARDOSO, Carlos Augusto; ALONSO; Sérgio Fernandes; BEZERRA; Rogério Silva. Campina Grande: dinâmica econômica e reestruturação urbana, permanências e transformações. In: ELIAS, Denise; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; SOARES, Beatriz Ribeiro (Org). **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional**: Campina Grande e Londrina. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

MARICATO, Ermínia. **O impasse da política urbana no Brasil**. 3ª ed. 3ª reimpressão. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 2009.

MARX, Karl. **O Capital**. Crítica da Economia Política. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil S.A., 1994.

MOREIRA, Emília. **O espaço enquanto produto do trabalho**: Uma contribuição ao ensino de Geografia. In: Cadernos do Logepa. João Pessoa Vol. 1, n.2 Julho/Dez -2002 p. 33-46.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. **Dossiê “Teoria Social Urbana e Direito à Cidade: um debate interdisciplinar”**. 2019a Disponível em: <http://observatoriodasmetrolopes.net.br/wp/dossie-teoria-social-urbana-e-direito-cidade-um-debate-interdisciplinar/>. Acesso em 1 de abril de 2019.

_____. **Medida Provisória 868: A MP da sede e da conta alta está de volta**. 2019b. Disponível em: <http://observatoriodasmetrolopes.net.br/wp/medida-provisoria-868-mp-da-sede-e-da-conta-alta-esta-de-volta/>. Acesso em 1 de abril de 2019.

OLIVEIRA, Elizângela Justino de; LOURENCETTI, Fernanda de Lima. **A (re)organização do espaço urbano-regional de Araraquara/SP e Campina Grande/PB decorrente da implantação da ferrovia (1885-1907)**. XV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. A Cidade, o Urbano, o Humano. Rio de Janeiro, 18 a 21 de setembro de 2018.

PEDROSA, Ricardo Nóbrega. **Avaliação pós-ocupação sob o aspecto do saneamento ambiental em área de interesse social urbanizada no município de Campina Grande**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil e Ambiental. Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2014.

QUEIROZ, Ana Keli de. **Produção e apropriação espacial em Campina Grande**: O empreendimento imobiliário residencial Major Veneziano I (2010-2015). 2016. 115f. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – PPGDR. Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2016.

RETALHOS HISTÓRICOS DE CAMPINA GRANDE. Disponível em cgretalhos.blogspot.com. Acesso em março de 2019.

RIBEIRO, Luís Cesar de Queiroz. **Dos cortiços aos condomínios fechados**: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

RIBEIRO, George Ivisson Vidal, MIRANDA, Livia Izabel Bezerra de. Entre a política e o mercado: Inserção urbana dos empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) na Região Metropolitana de Campina Grande: Um estudo de caso do conjunto

habitacional Major Veneziano II. In: **XII Congresso de Iniciação Científica da Universidade Federal De Campina Grande**. 2015

RONCAYOLO, Marcel. Mutações do espaço urbano: a nova estrutura da Paris Haussmanianna. In **Projeto história**. São Paulo, maio de 1999.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Desigualdades socioespaciais – A luta pelo direito à cidade. In: **Cidades**. v. 4, n. 6, 2007, p. 73-88

ROLNIK, R. ; NISIDA, V. C. ; BORRELLI, J. F. S. ; VANNUCHI, L. ; PEREIRA, A. L. S. ; IACOVINI, R. F. G. ; OLIVEIRA, A. P. L. ; MOREIRA, F. A. ; ROSSI, L. G. A. . Inserção urbana no PMCMV e a efetivação do direito à moradia adequada: uma avaliação de sete empreendimentos no estado de São Paulo. In: Caio Santo Amore; Lúcia Zanin Shimbo; Maria Beatriz Cruz Rufino.. (Org.). **Minha Casa? E a cidade? Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros**. 1ed.Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015, v. 1, p. 391-416.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares**: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

_____. **A cidade e a lei**: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: FAPESP/NOBEL, 1997.

_____. **O fim do Minha Casa Minha Vida para quem mais precisa?** 2016. Disponível em: <https://raquelrolnik.wordpress.com/2016/10/07/o-fim-do-minha-casa-minha-vida-para-quem-mais-precisa/>. Acesso em 2 de maio de 2019.

_____. **Como os presidentiáveis pretendem enfrentar a crise urbana e habitacional**. 2018. Disponível em: <https://raquelrolnik.wordpress.com/2018/09/03/como-os-presidentiaveis-pretendem-enfrentar-a-crise-urbana-e-habitacional/>. Acesso em 10 de maio de 2019.

_____. **Ferramentas para avaliação da inserção urbana dos empreendimentos do MCMV**. LabCidade. FAU/USP. 2014.

ROSSI, Pedro; DWECK, Esther; OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de. **Economia para poucos**: impactos sociais da austeridade e alternativas para o Brasil. São Paulo: Autonomia Literária, 2018a.

ROSSI, Pedro; DWECK, Esther; ARANTES, Flávio. Economia Política da Austeridade. In: _____.; _____.; OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de. **Economia para poucos**: impactos sociais da austeridade e alternativas para o Brasil. São Paulo: Autonomia Literária, 2018b.

ROYER, Luciana de Oliveira. **Financeirização da política habitacional**: limites e perspectivas. Tese de Doutorado. São Paulo: USP / Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2009.

SALLES, Michelle. **Radiografia da metrópole carioca: registros da cidade no cinema e os paradoxos da sua imagem**. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2006.

SANTOS, Milton. **O Espaço Dividido: Os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos**. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 2008a.

_____. **A Natureza do Espaço**. 4ª ed. São Paulo: EDUSP, 2017.

_____. **Economia Espacial: Críticas e Alternativas**. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 2011.

_____. **O espaço do cidadão**. 7ª ed. São Paulo: EDUSP, 2014a.

_____. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. São Paulo: EDUSP, 2014b

_____. **Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **Espaço e Método**. 5ª. ed. São Paulo: EDUSP, 2008b.

SANTOS, Cesar Simoni. Do lugar do negócio à cidade como negócio. In: CARLOS, A. F. A.; VOLOCHKO, Danilo; ALVAREZ, Isabel Pinto (orgs). In: **A cidade como negócio**. São Paulo: Contexto, 2015a.

_____. **A fronteira urbana: urbanização, industrialização e mercado imobiliário no Brasil**. São Paulo: Anablume, 2015b.

SANTOS, Sâmara Iris de Lima. **Os espaços de lazer nos conjuntos habitacionais Major Veneziano e Dona Lindú em Campina Grande-PB: da produção à apropriação**. Dissertação de Mestrado. João Pessoa. 2016.

SAMPAIO, Tiago Marques. **A produção do espaço urbano na cidade de Campina Grande-PB: avaliação do PMCMV através da análise do Residencial Vila Nova Da Rainha**. Trabalho de Conclusão de Curso. Campina Grande, 2016.

SARAIVA, Luiz Arthur Pereira. **A participação socioespacial das representações de bairro na gestão e no planejamento de Campina Grande/PB: “ativismos” entre precariedades democrático-cidadãs**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

SHIMBO, Lúcia Zanin. **Habitação Social, Habitação de Mercado: a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro**. Tese de Doutorado. São Carlos, 2010.

SILVA, Valéria Patrícia Araújo. **“A Terra do Nunca”**: luta por moradia, conflitos e sociabilidades em um condomínio vertical do Programa Minha Casa, Minha Vida na cidade de Campina Grande-PB. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande, 2017.

SOUSA, Fabio Gutemberg Ramos Bezerra de. Campina Grande: cartografias de uma reforma urbana no Nordeste do Brasil (1930-1945). In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 23, nº 46, pp. 61-92 - 2003.

SOUZA, Marcelo Lopes. **A prisão e a ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. **ABC do Desenvolvimento Urbano**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2003.

SOUZA, Sonale Vasconcelos de. **Relação cidade-campo: permanência e recriação dos subespaços rurais na cidade de Campina Grande-PB**. Dissertação de Mestrado. João Pessoa, 2013.

SOUZA, Maria Angela de Almeida. Pensando a Política Nacional de Habitação para a Diversidade das Famílias e dos Municípios Brasileiros. In: BITOUN, Jan; MIRANDA, Livia Izabel Bezerra de Miranda (Org.). **Desenvolvimento e Cidades no Brasil**: Contribuições para o Debate sobre as Políticas Territoriais. Rio de Janeiro: Fase/Observatório da Metrópoles, 2009.

THEIS, Ivo Marcos; GALVÃO, Antônio Carlos F. A formulação de políticas públicas e as concepções de espaço, território e região. In: **Estudos Urbanos e Regionais**. V.14, N.2. Novembro de 2012.

VEIGA, Daniela Andrade Monteiro. **Domicílios sem Moradores, Moradores sem Domicílios: um estudo sobre domicílios vagos em Salvador como subsídio para políticas habitacionais**. Salvador: Edições Uesb, 2009.

VICENTIM, Thaisa Nunes. **Análise do comércio e serviço nos empreendimentos do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV)**: estudo de caso do Residencial Vista Bela - Londrina – PR. Dissertação de Mestrado. 2015.

VOLOCHKO, Danilo. A moradia como negócio e a valorização do espaço urbano metropolitano. In: CARLOS, A. F. A.; VOLOCHKO, Danilo; ALVAREZ, Isabel Pinto (orgs). In: **A cidade como negocio**. São Paulo: Contexto, 2015.

_____. Nova Produção das Periferias Urbanas e Reprodução do Cotidiano. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). **Crise Urbana**. 1. ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018.

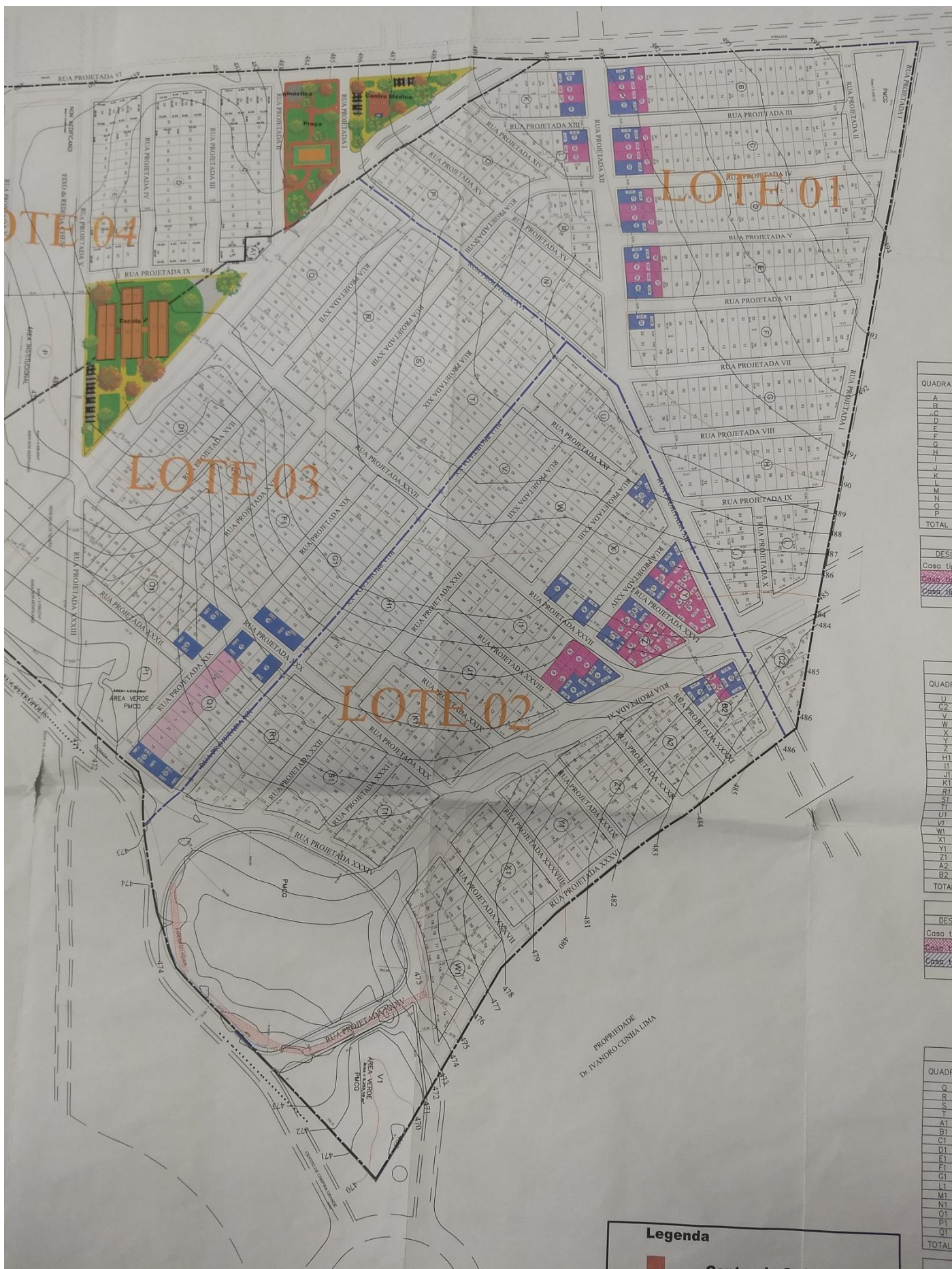
ANEXOS

ANEXO 1

Planta dos conjuntos habitacionais Acácio Figueiredo e Raimundo Suassuna







QUADRA
A
B
C
D
E
F
G
H
I
J
K
L
M
N
O
P
TOTAL

DESC
Casa tip
0000/00

QUADR
U
C2
V
W
X
Y
Z
H1
I1
J1
K1
R1
S1
T1
U1
V1
W1
X1
Y1
Z1
A2
B2
TOTAL

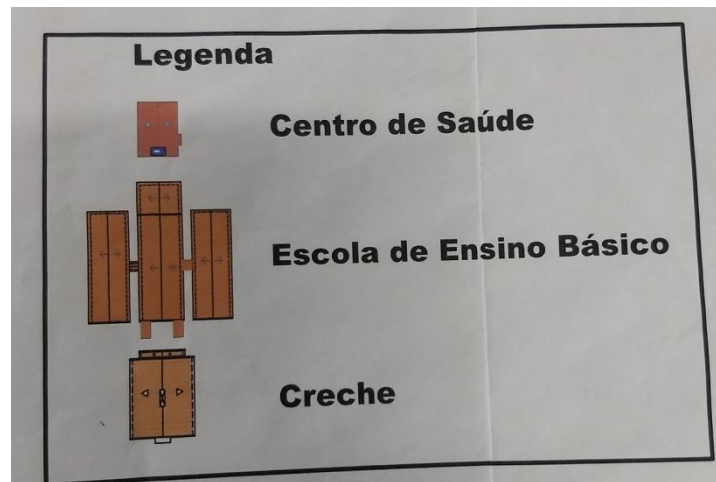
DES
Casa ti
0000/00

QUADR
Q
R
S
A1
B1
C1
D1
E1
F1
G1
L1
M1
N1
O1
P1
Q1
TOTAL

Legenda

Centro de Saúde

Legenda da planta



Parte da planta que contempla uma praça (ao norte do lote 3)



ANEXO 2

Questionário aplicado com um comerciante do conjunto habitacional Acácio Figueiredo

PARTE 01 – IDENTIFICAÇÃO

Identificação do aplicador: _____ Data entrevista: ____/____/____

1.1. Rua e Nº da unidade:

1.2. Data da abertura do comércio:

1.3. Reside na mesma unidade habitacional em que se encontra o comércio?

() Sim () Não. Reside em outra casa no conjunto Acácio Figueiredo.

() Não. Reside em outro bairro. Onde? _____

(Caso o comerciante não resida no Acácio Figueiredo pular para a pergunta 2.1)

1.4. A sua moradia anterior era: 1. Própria 2. Alugada 3. Cedida 4. Outra. Qual? _____

1.5. Quanto tempo residiu na moradia anterior? 1. Menos de 1 ano 2. De 1 a 2 anos 3. De 2 a 5 anos 4. De 5 a 10 anos 5. Acima de 10 anos

1.6. Data da mudança:

1.7. Localização da moradia anterior:

1. Na comunidade
2. No bairro
3. Em Campina Grande, bairro _____
4. Na Paraíba; cidade _____
5. Em outro estado _____

PARTE 2 – CARACTERIZAÇÃO DO ESTABELECIMENTO

2.1. Dados do estabelecimento				
Nome do comércio (A)			Nº Funcionários (B)	
Dia e horário de funcionamento (C)	(1) Todos os dias (2) Segunda a sábado (3) Quarta a domingo (4) Terça a domingo (5) Domingo à sexta-feira (6) Finais de semana	Horário de funcionamento:	CNPJ (D)	(0) Não (1) Sim
Tipologia do comércio (E)	(1) Garagem (reco frontal) (2) Garagem (reco frontal) + parte interna da residência (3) Ocupa parte interna da residência (4) Banca garagem (reco frontal) (5) Banca na calçada (6) Ambulante (7) Outro tipo _____			

2.2. Descreva o tipo de comércio e especifique os produtos vendidos

- (1) Mini Box
- (2) Manicure/ Serviços de Beleza
- (3) Igreja
- (4) Fornecimento de Água/ Gás
- (5) Material de Construção
- (6) Barbearia

- (7) Artigos de presente/ Variedades
- (8) Centro Educacional/ Escola privada
- (9) Padaria
- (10) Rações
- (11) Açougue
- (12) Serviços de festa
- (13) Outro. Qual? _____

2.3. Onde adquire os produtos (cite os fornecedores)?

- (1) Distribuidor entrega no comércio
- (2) Mercados atacadistas
- (3) Mercado comum
- (4) Parte distribuidor/parte em mercado/Ceasa

- (5) Lojas do centro
- (6) Lojas de atacado no centro
- (7) Outros. Qual? _____

2.4. Pretende ampliar ou realizar melhorias em seu estabelecimento comercial? (Listar as melhorias).

(0) Não (1) Sim. Quais?

2.5. Utiliza algum artifício para estimular a compra (brindes, descontos, decoração da loja, organização do ambiente)?

- (0) Não
(1) Sim Quais:

2.6. Conhece os clientes pessoalmente? Como é a relação comerciante/cliente?

- (0) Não (1) Sim (2) Alguns
a) Amizade b) Comercial/profissional c) Amizade com alguns

2.7. Quais são seus principais clientes (homens, mulheres, crianças)?

- (1) Homens
(2) Mulheres
(3) Crianças
(4) Misto

2.8. Qual forma de pagamento mais utilizada pelos clientes?

- (1) Pagamento a vista
(2) Fiado (caderneta)
(3) Cheque
(4) Cartão de créditos
(5) Outra _____

2.9. Quais as maiores dificuldades enfrentadas para a manutenção do estabelecimento comercial?

PARTE 3 –PERFIL DO COMERCIANTE

3.1. O proprietário do negócio exerce simultaneamente a função de patrão e empregado?

- (0) Não (1) Sim

3.2. Há familiares empregados no negócio?

- (0) Não (1) Sim

3.3. Como adquiriu capital para iniciar o negócio?

- (1) Economias
(2) Empréstimo em banco
(3) Empréstimo parente/amigo
(4) Recisão/acerto emprego anterior
(5) Material em consignação
(6) Herança
(7) Lucro de outras atividades
(8) Outros. Qual?

3.4. Antes de abrir o próprio negócio, houve tentativas de ingressar no mercado de trabalho com carteira assinada (formal)? Quais as barreiras encontradas?

- (0) Não (1) Sim

Barreiras:

- | | | |
|------------------------------------|----------------------------------|---------------------------------|
| (a) Não encontrou nenhuma barreira | (b) Já atuou no mercado formal | (c) Filho (criança ou especial) |
| (d) Problemas de saúde | (e) Não possui estudo suficiente | (f) Racismo |
| (g) Problemas com o patrão/salário | (h) Não gostava do ofício | (i) Idade |
| (j) Falência da empresa | (k) Outro. Qual? | |

3.5. Além deste comércio, você exerce outra atividade profissional?

- (0) Não (1) Sim Quais:

3.6. Antes de iniciar a atividade comercial no Acácio Figueiredo, já atuava como comerciante em outro local?

- (0) Não. Então quais eram as atividades exercidas? _____
(1) Sim. Especifique o local _____

3.7. Participa de Sindicato e organizações/associações relacionadas ao comércio?

- (0) Não (1) Sim. Quais? _____

3.8. Tem alguma sugestão para melhorar o ambiente comercial no Acácio Figueiredo?

- (0) Não (1) Sim. Quais? _____

ANEXO 3

Questionário aplicado com os moradores do conjunto habitacional Acácio Figueiredo

QUESTIONÁRIO COM MORADORES DO CONJUNTO HABITACIONAL ACÁCIO FIGUEIREDO

ENTREVISTADOR: _____ DATA: ____/____/____ NOME DO ENTREVISTADO: _____
 ENDEREÇO: _____

1. Perfil socioeconômico dos moradores

	Nome do morador	Posição familiar	Sexo	Faixa etária	Ocupação	Renda (SM)	Estado Civil	Estuda?	Escolaridade
1									
2									
3									
4									
5									
6									

POSIÇÃO	SEXO	F. ETÁRIA	OCUPAÇÃO	RENDA (SM)	ESTADO CIVIL	ESTUDA?	ESCOLARIDADE
1. Chefe 2. Cônjuge 3. Filho 4. Enteado 5. Neto 6. Pai/Mãe 7. Sogro(a) 8. Irmão 9. Agregado 10. República de estudantes	M: Masculino F: Feminino	A: 0 – 11 B: 12 – 17 C: 18 – 29 D: 30 – 59 E: 60+	1. Desempregado	X: Sem renda	1. Solteiro(a)	S: Sim	1. Pré-escola
			2. Assalariado	A: [0 ; 1]	2. Casado(a)	N: Não	2. Fundamental Incompleto
			3. Carteira Assinada	B: [1 ; 1,5]	3. União estável		3. Fundamental Completo
			4. Autônomo	C: (1,5 ; 2]	4. Divorciado(a)		4. Ensino Médio Incompleto
			5. Idade insuficiente	D: (2 ; 3]	5. Separado(a) informalmente		5. Ensino Médio Completo
			6. Dona de casa	E: 3+	6. Viúvo(a)		6. Ensino Superior Incompleto
			7. Trabalhador eventual		7. Outro:		7. Ensino Superior Completo
			8. Aposentado pensionista				8. Pós-graduação
			9. Beneficiário do B. Família				9. Técnico
			10. Estagiário ou bolsista				10. Não respondeu
			11. Estudante				X. Nenhum
			12. Servidor Público				
			13. Cargo Pub. Comissionado				
			14. Outro				
			15. Não sabe				
			16. Não respondeu				
			X: Não se aplica				

2. Participa de algum programa de transferência de renda (RM)?

1. Não
2. Bolsa Família
3. PETI
4. Outros. Qual?

3. Qual o tempo de residência na moradia atual?

- | | |
|-------------------------|-------------------------|
| 1. Há menos de um ano | 3. De três a cinco anos |
| 2. Entre um e três anos | 4. Mais de cinco anos |

4. A sua moradia anterior era:

- | | |
|------------|-----------------|
| 1. Própria | 3. Cedida |
| 2. Alugada | 4. Outra. Qual? |

5. Quanto tempo residiu na moradia anterior?

- | | |
|-------------------|---------------------|
| 1. Menos de 1 ano | 4. De 5 a 10 anos |
| 2. De 1 a 2 anos | 5. Acima de 10 anos |
| 3. De 2 a 5 anos | |

6. Localização da moradia anterior:

1. Na comunidade
2. No bairro
3. Em Campina Grande, bairro _____
4. Na Paraíba; cidade _____
5. Em outro estado _____

7. O Sr.(a) prefere morar:

1. Na moradia atual. Por quê? _____
2. Na moradia anterior. Por quê? _____

8. O Sr.(a) sente falta de algum ambiente/espço que tinha na moradia anterior?

1. Sim. Qual(ais)? _____
2. Não

9. O que o Sr.(a) gostaria que tivesse no conjunto habitacional?

1. Sim 2. Não

1. Falta de condições de pagamento da prestação e das contas de condomínio, água e de luz
2. Problemas familiares
3. Distância dos locais de trabalhos
4. Tamanho do apartamento/casa
5. Problema com a vizinhança
6. Problema de transporte
7. Problemas de segurança e violência (*para quem responder a alternativa 7, faça a pergunta 7.1*)

7.1. Dê um exemplo _____

8. Outro motivo. Qual?

[illegible]

CATEGORIA	1. LOCAL	2. MOTIVO
A. ALIMENTAÇÃO: SUPERMERCADO	(1) Conj. Acácio Figueiredo	(1) Proximidade com a casa
	(2) Proximidades do Conj. Acácio Figueiredo (no bairro)	(2) Preços baixos
	(3) Antigo bairro em que morava	(3) Variedades de produtos
	(4) Outro bairro. Qual?	(4) Marcas famosas
	_____	(5) Qualidade do produto
	(5) Centro	(6) Limpeza e organização
	(6) Shopping	(7) Amizade com o dono
	(7) Outros locais	(8) Outros _____

B. ALIMENTAÇÃO: PÃES, BOLOS, SALGADOS, MASSAS PRONTAS (PADARIA)	(0) Não consome (1) Faz em casa (2) Conj. Acácio Figueiredo (3) Proximidades do Conj. Acácio Figueiredo (no bairro) (4) Antigo bairro em que morava (5) Outro bairro. Qual? _____ (6) Centro (7) Shopping (8) Outros locais _____	(0) Não consome (1) Proximidade com a casa (2) Preços baixos (3) Variedades de produtos (4) Marcas famosas (5) Qualidade do produto (6) Limpeza e organização (7) Amizade com o dono (8) Outros _____
C. ALIMENTAÇÃO: SACOLÃO/QUITANDA (FRUTAS E VERDURAS)	(0) Não consome (1) Conj. Acácio Figueiredo (2) Proximidades do Conj. Acácio Figueiredo (no bairro) (3) Antigo bairro em que morava (4) Outro bairro. Qual? _____ (5) Centro (6) Shopping (7) Outros locais _____	(0) Não consome (1) Proximidade com a casa (2) Preços baixos (3) Variedades de produtos (4) Marcas famosas (5) Qualidade do produto (6) Limpeza e organização (7) Amizade com o dono (8) Outros _____
D. ALIMENTAÇÃO: AÇOUGUE (CARNES)	(0) Não consome (1) Conj. Acácio Figueiredo (2) Proximidades do Conj. Acácio Figueiredo (no bairro) (3) Antigo bairro em que morava (4) Outro bairro. Qual? _____ (5) Centro (6) Shopping (7) Outros locais _____	(0) Não consome (1) Proximidade com a casa (2) Preços baixos (3) Variedades de produtos (4) Marcas famosas (5) Qualidade do produto (6) Limpeza e organização (7) Amizade com o dono (8) Outros _____
E. ALIMENTAÇÃO: RESTAURANTE, PIZZARIA, LANCHONETE, SORVETERIA	(0) Não consome (1) Conj. Acácio Figueiredo (2) Proximidades do Conj. Acácio Figueiredo (no bairro) (3) Antigo bairro em que morava (4) Outro bairro. Qual? _____ (5) Centro (6) Shopping (7) Outros locais _____	(0) Não consome (1) Proximidade com a casa (2) Preços baixos (3) Variedades de produtos (4) Marcas famosas (5) Qualidade do produto (6) Limpeza e organização (7) Amizade com o dono (8) Outros _____
F. ALIMENTAÇÃO: BEBIDAS	(0) Não consome (1) Conj. Acácio Figueiredo (2) Proximidades do Conj. Acácio Figueiredo (no bairro) (3) Antigo bairro em que morava (4) Outro bairro. Qual? _____ (5) Centro (6) Shopping (7) Outros locais _____	(0) Não consome (1) Proximidade com a casa (2) Preços baixos (3) Variedades de produtos (4) Marcas famosas (5) Qualidade do produto (6) Limpeza e organização (7) Amizade com o dono (8) Outros _____

G. VESTUÁRIO E COMPLEMENTOS	(0) Não consome (1) Conj. Acácio Figueiredo (2) Proximidades do Conj. Acácio Figueiredo (no bairro) (3) Antigo bairro em que morava (4) Outro bairro. Qual? _____ (5) Centro (6) Shopping (7) Outros locais _____	(0) Não consome (1) Proximidade com a casa (2) Preços baixos (3) Variedade de produtos (4) Marcas famosas (5) Qualidade do produto (6) Limpeza e organização (7) Amizade com o dono (8) Outros _____
H. CASA: ELETRODOMÉSTICOS, ELETRÔNICOS	(0) Não consome (1) Conj. Acácio Figueiredo (2) Proximidades do Conj. Acácio Figueiredo (no bairro) (3) Antigo bairro em que morava (4) Outro bairro. Qual? _____ (5) Centro (6) Shopping (7) Outros locais _____	(0) Não consome (1) Proximidade com a casa (2) Preços baixos (3) Variedades de produtos (4) Marcas famosas (5) Qualidade do produto (6) Limpeza e organização (7) Amizade com o dono (8) Outros _____
I. CASA: PRODUTOS DE CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO	(0) Não consome (1) Conj. Acácio Figueiredo (2) Proximidades do Conj. Acácio Figueiredo (no bairro) (3) Antigo bairro em que morava (4) Outro bairro. Qual? _____ (5) Centro (6) Shopping (7) Outros locais _____	(0) Não consome (1) Proximidade com a casa (2) Preços baixos (3) Variedades de produtos (4) Marcas famosas (5) Qualidade do produto (6) Limpeza e organização (7) Amizade com o dono (8) Outros _____
J. MEDICAMENTOS	(0) Não consome (1) Conj. Acácio Figueiredo (2) Proximidades do Conj. Acácio Figueiredo (no bairro) (3) Antigo bairro em que morava (4) Outro bairro. Qual? _____ (5) Centro (6) Shopping (7) Outros locais _____	(0) Não consome (1) Proximidade com a casa (2) Preços baixos (3) Variedades de produtos (4) Marcas famosas (5) Qualidade do produto (6) Limpeza e organização (7) Amizade com o dono (8) Outros _____
K. PRODUTOS DE HIGIENE E BELEZA	(0) Não consome (1) Conj. Acácio Figueiredo (2) Proximidades do Conj. Acácio Figueiredo (no bairro) (3) Antigo bairro em que morava (4) Outro bairro. Qual? _____ (5) Centro (6) Shopping (7) Outros locais _____	(0) Não consome (1) Proximidade com a casa (2) Preços baixos (3) Variedades de produtos (4) Marcas famosas (5) Qualidade do produto (6) Limpeza e organização (7) Amizade com o dono (8) Outros _____

L. SERVIÇOS DE BELEZA	(0) Não consome (1) Conj. Acácio Figueiredo (2) Proximidades do Conj. Acácio Figueiredo (no bairro) (3) Antigo bairro em que morava (4) Outro bairro. Qual? _____ (5) Centro (6) Shopping (7) Outros locais _____	(0) Não consome (1) Proximidade com a casa (2) Preços baixos (3) Variedades de produtos (4) Marcas famosas (5) Qualidade do produto (6) Limpeza e organização (7) Amizade com o dono (8) Outros _____
M. SERVIÇOS AUTOMOTIVOS	(0) Não consome (1) Conj. Acácio Figueiredo (2) Proximidades do Conj. Acácio Figueiredo (no bairro) (3) Antigo bairro em que morava (4) Outro bairro. Qual? _____ (5) Centro (6) Shopping (7) Outros locais _____	(0) Não consome (1) Proximidade com a casa (2) Preços baixos (3) Variedades de produtos (4) Marcas famosas (5) Qualidade do serviço (6) Limpeza e organização (7) Amizade com o dono (8) Outros _____
N. SERVIÇOS FINANCEIROS (PAGAMENTOS, SAQUES, DÉPOSITOS, SERVIÇOS BANCÁRIOS EM GERAL, ETC.)	(0) Não consome (1) Conj. Acácio Figueiredo (2) Proximidades do Conj. Acácio Figueiredo (no bairro) (3) Antigo bairro em que morava (4) Outro bairro. Qual? _____ (5) Centro (6) Shopping (7) Outros locais _____	(0) Não consome (1) Proximidade com a casa (2) Preços baixos (3) Variedades de produtos (4) Marcas famosas (5) Qualidade do serviço (6) Limpeza e organização (7) Outros _____